



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA - UNEB
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO - CAMPUS I
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE
- PPGEDUC

EDITE MARIA DA SILVA DE FARIA

A LUTA SOCIAL ENSINA: O DIREITO À EDUCAÇÃO NA VIDA DE MULHERES E
HOMENS SISALEIROS - ASSENTAMENTO NOVA PALMARES - CONCEIÇÃO
DO COITÉ – BAHIA

Salvador
2014

EDITE MARIA DA SILVA DE FARIA

**A LUTA SOCIAL ENSINA: O DIREITO À EDUCAÇÃO NA VIDA DE MULHERES E
HOMENS SISALEIROS - ASSENTAMENTO NOVA PALMARES - CONCEIÇÃO
DO COITÉ – BAHIA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade, Departamento de Educação – Campus I, Universidade do Estado da Bahia (UNEB), como requisito parcial para obtenção do grau de Doutora em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Dias Nascimento

Salvador
2014

SIBI/UFBA/Faculdade de Educação – Biblioteca Anísio Teixeira

Faria, Edite Maria da Silva de.

A luta social ensina: o direito à educação na vida de mulheres e homens sisaleiros - assentamento Nova Palmares - Conceição do Coité-Bahia / Edite Maria da Silva de Faria. – 2014.

208 f : il.

Orientador: Prof. Dr. Antônio Dias Nascimento.

Tese (doutorado) - Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Educação, Campus I. Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade, Salvador, 2014.

1. Educação de adultos – Nova Palmares (Conceição do Coité, BA).
2. Educação popular - Nova Palmares (Conceição do Coité, BA). 3.
Idosos – Educação. 4. Educação popular. I. Nascimento, Antônio Dias. II.
Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Educação. III.
Título.

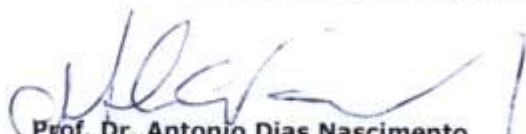
CDD 374.98142 – 22. ed.

FOLHA DE APROVAÇÃO

A LUTA SOCIAL ENSINA: O DIREITO À EDUCAÇÃO NA VIDA DE MULHERES E HOMENS SISALEIROS ASSENTAMENTO NOVA PALMARES – CONCEIÇÃO DO COITÉ - BAHIA

EDITE MARIA DA SILVA DE FARIA

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade, em 25 de abril de 2014, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Educação e Contemporaneidade pela Universidade do Estado da Bahia, composta pela Banca Examinadora:



Prof. Dr. Antonio Dias Nascimento
Universidade do Estado da Bahia - UNEB
Doutorado em Sociologia
The University of Liverpool, LIVERPOOL, Inglaterra



Prof. Dr. Salomão Antonio Mufarrej Hage
Universidade Federal do Pará - UFPA
Doutorado em Educação
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC/SP, Brasil



Prof. Dr. Eduardo José Fernandes Nunes
Universidade do Estado da Bahia - Uneb
Doutorado em Análise Geográfica Regional
Universidade de Barcelona



Profa. Dra. Jane Paiva
Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ
Doutorado em Educação
Universidade Federal Fluminense, UFF, Brasil



Profa. Dra. Tânia Maria Hetkowski
Universidade do Estado da Bahia - Uneb
Doutorado em Educação
Universidade Federal da Bahia, UFBA, Brasil



Profa. Dra. Débora Alves Feitosa
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB
Doutorado em Educação
Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS

Ao meu amado e inesquecível pai Ricardo Ney da Silva (in memoriam)

AGRADECIMENTOS

A Deus, toda adoração, honra, glória e exaltação.

À minha mãe Maria das Neves da Silva, minha gratidão! Seu amor, apoio, dedicação, fibra e orações me fortaleceram nesta caminhada.

Ao meu companheiro amado, Raimundo Nonato de Faria, por todo carinho, atenção, paciência, incentivo e referência de persistência, com seu lema de vida “eu não desisto!”

Aos meus queridos irmãos, Paulo Nei da Silva, Mariney da Silva Amorim e Iara Maria da Silva Rodrigues pela força e união. Vocês fazem parte desta peleja desde os tempos de Capanema.

Aos sobrinhos maravilhosos, Paulo Ricardo, Felipe Ney e Arthur Ney pelos momentos que me propiciaram de leveza e aconchego. Tia Dinha ama vocês!

Aos demais familiares, agradeço o carinho e torcida.

Às “mulheres e homens de fibra” do Território do Sisal, que contribuíram com suas Histórias, memórias e saberes construídos na peleja da vida para o desenvolvimento deste estudo, e pelo crescimento não só acadêmico, mas principalmente humano, que me propiciaram na conexão transcendental com Nova Palmares.

Ao meu caríssimo orientador Antônio Dias Nascimento, meus agradecimentos sinceros pelas orientações nesta jornada.

Às queridas professoras Jane Paiva, Débora Alves Feitosa, Tânia Maria Hetkowsk e aos caríssimos professores Salomão Mufarrej Hage e Eduardo José Fernandes Nunes. Seus questionamentos e sugestões, durante o exame de qualificação, foram fundamentais para o aprofundamento e amadurecimento das questões apresentadas nesta Tese.

Às professoras, Jéssica Ferreira, Débora Cristina Jeffrey, Sonia Giubilei, Eliane Dayse Pontes Furtado, Adriana Marmorì, Sandra Siqueira e aos professores Rogério Cunha Campos, Miguel Almir Lima de Araújo, Luis Enrique Aguilar e Zacarias Pereira Borges pelas importantes contribuições que permeiam esta Tese.

Aos colegas dos grupos de pesquisa Educação do Campo e Contemporaneidade, Teoria Social e Projeto Político Pedagógico do PPGEduC e do

Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação de Jovens e Adultos (GEPEJA) da Faculdade de Educação da UNICAMP, especialmente aos caríssimos colegas e amigos, Heron Ferreira Souza, Daniela Donadon Gazoli, Fábio Pereira Nunes, Poliana Santos Camargo, Sônia Silva Barreto, José Vitorio Sacilotto e Oswaldo Veiga Filho.

Aos professores, colegas e funcionários do doutorado do PPGEduc.

À Universidade do Estado da Bahia e ao Departamento de Educação – Campus XIV – Conceição do Coité.

Ao Fórum Estadual de Educação de Jovens e Adultos (EJA) do Estado da Bahia e, particularmente, ao Fórum Regional de EJA do Território do Sisal, terreno de militância, e companheirismo.

A Luciana Oliveira Lago, Gabriel Pinto (Jango), Carol Ruiz de Macedo, Ivna Herbênia, Sandra Moniz, Yse Vinhaes, Sônia Vieira, Paulo Henrique Lomi Medeiros, Orlando Matos Barreto, Maria Julice da Silva, Rita Railda e Renata Fornelos que me ajudaram na feitura da Tese.

A todas e todos que de alguma forma, direta ou indiretamente, contribuíram extraordinariamente nesta caminhada. Meus agradecimentos sinceros! Muita fibra para todos nós!

SER SISALEIRO

*Ser Sisaleiro é
Antes de tudo um forte
Gente de fibra!
Sisaleiro é resistente feito bode
Cabra valente que enfrenta até Leão do Norte
Verdadeiro Sisaleiro é ser do bem
Na sina ou na sorte*

*O ser Sisaleiro não é estrangeiro
Tem na identidade a autenticidade
De nordestino cabra da peste
Sisaleiro retado ver na honestidade seu suporte
Solidariedade é seu nobre porte*

*Sisaleiro nativo não se acomoda
Tem brilhante ação
Na organização crucial, luta em defesa do bem
Combatendo o mal social*

*E segue o ideal:
“O Sertão tem tudo que se precisa se faltar a gente inventa”
Ser Criativo o Sisaleiro é!
Em matéria de sustentabilidade
O Território do Sisal é sensacional
Agora com a Caatinga em pé arrebenta!
Porque o bioma é vital*

*Outrora a ignorância desprezava
A consciência ecológica preserva
nesta hora*

*Acordado se organiza, celebra no campo e na cidade
Ser Sisaleiro é ser sonhador...
Respeitando a diversidade
Quando algo não vai bem, essa gente se une, se mobiliza e grita
Na luta em defesa da Vida com ardor!*

*Ser Sisaleiro verdadeiro é amigo da utopia
Dia e noite, noite e dia
Vive o dom da Poesia
Na irmandade, na fé, na lida
Na dor ou na alegria!*

*O Ser Sisaleiro é guerreiro, parceiro forte
Tem na sorte a força que vence o poder da morte
É rebento que sempre vence
Transcende sem medo de ser feliz
Ser Sisaleiro é ser cidadão vital
Barro da Bahia sob o céu cor de anil
É a esperança alegre
Essencial bela da energia do Brasil*

*Companheiro de fibra, sujeito varonil
O Ser Sisaleiro é...
Bote fé!*

Fredson Costa

RESUMO

Este trabalho analisa como se produz o direito à educação na vida de mulheres e homens sisaleiros que vivem o cotidiano do campo e como se dão os aprendizados no Assentamento Nova Palmares, localizado no município de Conceição do Coité, pertencente ao Território do Sisal da Bahia. A pesquisa procura traçar o perfil dos sujeitos, conhecer suas histórias e trajetórias de vida que, desde crianças, os interrogam e interrogam a educação sobre os significados políticos da miséria, da fome, da luta pela terra, pela identidade e pela sua cultura, pela vida e dignidade. O referencial teórico que fundamenta este estudo compreende a relação indissociável entre a educação, à luta social e o direito na vida dos jovens, adultos e idosos do campo, numa perspectiva transformadora e forjada no movimento concreto da luta dos trabalhadores na direção da superação e transformação da sociedade que se organiza, tendo por base as desigualdades sociais e o não direito. O caminho metodológico baseia-se no estudo do cotidiano, partindo da análise dos memoriais e entrevistas com os sujeitos, das observações *in loco* e dos registros a partir de fotografias e diário de campo. Os resultados da pesquisa revelam a importância da educação na vida dos protagonistas deste estudo, como também as expectativas, dificuldades, entraves e desencantos com a educação que é pensada para eles e não com eles. A relação que estabelecem com ela revela o lugar que ocupa nas suas trajetórias de vida e na luta social.

Palavras-chave: Educação de pessoas jovens, adultas e idosas- Educação do campo - Educação popular - Direito à educação – Cotidiano – Luta social.

ABSTRACT

This study analyzes how to produce rights to education in life of women and men who work with sisal fiber, their routine in the countryside and how is the learning experiences in Nova Palmares Settlements, located in the municipality of Conceição do Coité, belonging to Sisal Territory of Bahia. The research seeks to plot the profile of individuals to know their stories, their life paths since childhood, that study interrogates them and interrogates education about political meanings of misery, about starving, the struggle for land by the identity, by culture, for the life and dignity. Theoretical reference that establishes grounded this study comprises inextricable link between the education, the social struggle and the rights in life of youth, life of adult and elderly of the field, in transforming perspective, forged in the concrete movement of the struggle of workers toward overcoming and the transformation of society which organizes itself based on the social inequalities and not in Right. Methodological path basing in the study of everyday life based on an analysis of memorials and interviews with subjects to observation *in loco* and records from photographs and field diary survey results reveal the importance of education in the life of the protagonists in this study as well as the expectations, the difficulty, obstacles and disenchantment with education that I designed for them and not by them. The relation they establish with education reveals the position it occupies in course of life and social struggle.

KEYWORDS: Education for young people Adults and older– Field education- Popular education - Right to education – Everyday life – The social life.

RESUMEN

Este trabajo analiza el modo como se produce el derecho a la educación en la vida de las mujeres y los hombres “sisaleros” que viven en el campo y, además, cómo ocurre el aprendizaje en el Asentamiento Nova Palmares, ubicado en el municipio Conceição do Coité, perteneciente a la región del sisal en Bahía. La investigación busca definir el perfil de los ciudadanos, conocer sus historiales y trayectos de vida desde su niñez, ante los interrogantes que les plantea la educación sobre los significados políticos de la miseria, del hambre, de la lucha por la tierra, por su identidad y por su cultura, por la vida y la dignidad. El marco teórico del presente estudio se refiere a la relación indisociable entre la educación, la lucha social y el derecho a la vida de parte de los jóvenes, adultos y mayores, según unas perspectivas transformadoras y forjadas en el movimiento de lucha de los campesinos, teniendo en cuenta la superación y transformación de la sociedad que se organiza bajo las desigualdades sociales y el no-derecho. El recorrido metodológico se basa en el estudio del cotidiano, a partir del análisis de los memoriales y entrevistas; de la observación *in loco*; de los registros fotográficos y del libro diario. Los resultados de la investigación ponen de relieve la importancia de la educación para los protagonistas de este estudio y asimismo las expectativas, las dificultades, los lastres y los desencantos que tienen con la educación, pensada hacia ellos pero sin ellos. La relación que establecen con la educación revela el lugar que ella ocupa en sus vidas y en la lucha social.

Palabras-clave: Educación de jóvenes, adultos y mayores– Educación del campo
Educación popular – derecho a la educación – Cotidiano – Lucha social.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AJA	Alfabetização de Jovens e Adultos
APAEB	Associação de Desenvolvimento Sustentável e Solidário da Região Sisaleira
ANPEd	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
APPAPNP	Associação dos Pequenos Produtores Assentados do Projeto Nova Palmares
BDTD	Biblioteca Digital de Teses e Dissertações
BNDE	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
CAF	Consolidação da Agricultura Familiar
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CAT	Conhecer, Analisar e Transformar
CDA	Central de Associações de Araci
CDC	Centro Digital de Cidadania
CEAIC	Centro de Apoio aos Interesses Comunitários
CEB	Câmara de Educação Básica
CEB	Comunidade Eclesial de Base
CENEJA	Comissão Nacional de Educação de Jovens e Adultos
CEPLAR	Campanha de Educação Popular da Paraíba
CESBA	Centro de Estudos Supletivos da Bahia
CETA	Movimento Estadual de Trabalhadores Assentados, Acampados e Quilombolas
CFE	Conselho Federal de Educação
CNAA	Campanha Nacional de Educação de Adolescentes Adultos
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNER	Campanha Nacional de Educação Rural
CODES SISAL	Conselho Regional de Desenvolvimento Rural Sustentável da Região Sisaleira do Estado da Bahia
COELBA	Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia
CONFINTEA	Conferência Internacional de Educação de Adultos
CONPAL	Cooperativa de Produção, Beneficiamento e Comercialização do Projeto de Assentamento Nova Palmares
CONSISAL	Consórcio Público de Desenvolvimento Sustentável do Território do Sisal
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CONTRAF	Congresso dos Trabalhadores Rurais e Agricultores Familiares da Região do Sisal
COOAFES	Cooperativa dos Agricultores Familiares e Grupos de Empreendimentos Solidários
CORTRAD	Coordenação de Relações do Trabalho e Documentação
CPC UNE	Centro Popular de Cultura da União Nacional dos Estudantes
CPR	Cédula de Produto Rural
CRT	Coordenação de Relações do Trabalho
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DEC	Departamento de Educação Continuada

DDD	Discagem Direta a Distância
DDI	Discagem Direta Internacional
DESAGRO	Fundação para o Desenvolvimento da Agronomia
DIREC	Diretoria Regional de Educação
EBDA	Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola
EC	Educação do Campo
EFAS	Escola Família Agrícola
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EMBASA	Empresa Baiana de Água e Saneamento S.A
ENEJA	Encontro Nacional de Educação de Jovens e Adultos
EP	Educação Popular
EPT	Educação para Todos
EQUIP	Escola de Formação Quilombo dos Palmares
FASE	Federação de Assistência Social e Educacional
FATRES	Fundação de Apoio aos/as Trabalhadores/as Rurais, Agricultores/as Familiares da Região do Sisal
FETAG	Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado da Bahia
FORUMEJA	Fórum de Educação de Jovens e Adultos
FUNDACENTRO	Fundação Jorge Duprat e Figueiredo
GEPEJA	Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação de Jovens e Adultos
IAT	Instituto Anísio Teixeira
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IES	Instituições de Ensino Superior
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
IRDEB	Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia
JUCEB	Junta Comercial do Estado da Bahia
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LIDER	Liga Desportiva e Cultural dos Assentamentos da Região do Sisal e Semiárido da Bahia
MCP	Movimento de Cultura Popular
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MEB	Movimento de Educação de Base
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MOC	Movimento de Organização Comunitária
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais SemTerra
MUC	Movimento de Unificação Camponesa
NEJA	Núcleo de Educação de Jovens e Adultos
NEPSBA	Núcleo de Educação Popular do Sertão da Bahia
NUPEP	Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão em Educação de Jovens e Adultos
OBEJA-SISAL	Observatório Educação de Jovens e Adultos do Território do Sisal – Bahia
ONG	Organização não Governamental
PA	Projeto de Assentamento
PBA	Programa Brasil Alfabetizado

PCB	Partido Comunista Brasileiro
PDRS	Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável
PDSA	Plano de Desenvolvimento Sustentável
PDT	Política de Desenvolvimento Territorial
PEIS	Projeto Educativo de Integração Social
PETI	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PETROBRAS	Petróleo Brasil S/A
PIBID	Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
PNCF	Programa Nacional de Crédito Fundiário
PNE	Plano Nacional de Educação
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPGEDUC	Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade
PROEJA	Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos
PRONERA	Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
PT	Partido dos Trabalhadores
REIFASA	Rede das Escolas Famílias Agrícolas Integradas do Semiárido
SAE	Serviço de Assistência ao Educando
SDT	Secretaria de Desenvolvimento Territorial
SEC	Secretaria de Educação e Cultura
SEC/BA	Secretaria Estadual de Educação da Bahia
SEC-MEC	Secretaria de Educação Fundamental do Ministério da Educação
SECADI	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão
SEI	Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia
SEPLAN	Secretaria do Planejamento da Bahia
SETRAS	Secretaria do Trabalho e Ação Social
SETRE	Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte
SICOOB	Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil
SINTRAF	Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura Familiar
SIPRA	Sistema de Informação de Projetos de Assentamento
SIRENA	Sistema Radio-Educativo Nacional
STR	Sindicato dos Trabalhadores Rurais
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
SUDET	Superintendência de Desenvolvimento do Trabalho
TOPA	Todos Pela Alfabetização
UEFS	Universidade Estadual de Feira de Santana
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFRB	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
UJA	Unidade de Jornada Ampliada
UNDIME	União dos Dirigentes Municipais de Educação
UNEB	Universidade do Estado da Bahia
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNESP
UNICAMP
UNICEF
USP

Universidade Estadual Paulista
Universidade Estadual de Campinas
Fundo das Nações Unidas para a Infância
Universidade de São Paulo

LISTA DE FOTOS

Foto 1	Vegetação sertaneja sisaleira, Conceição do Coité, 2013.....	68
Foto 2	Vegetação sertaneja sisaleira, Conceição do Coité, 2013.....	69
Foto 3	Bumba-meu-boi do Povoado de Juazeirinho, Conceição do Coité, 2013.....	70
Foto 4	Agricultores sisaleiros estendendo o agave (sisal), Conceição do Coité, 2013.....	71
Foto 5	Local de peregrinação do povo sertanejo sisaleiro em Serrinha/BA, 2013.....	72
Foto 6	Trabalhadores sisaleiros na labuta cotidiana com o sisal, Conceição do Coité, 2013.....	87
Foto 7	Trabalhadores sisaleiros e a máquina “paraibana”, Conceição do Coité, 2013.....	88
Foto 8	Farracho para limpar fibra do sisal, Barrocas, 2011.....	89
Foto 9	O desfibramento no motor do sisal, Conceição do Coité, 2013.....	91
Foto 10	Trabalhadora sisaleira no corte do sisal, Conceição do Coité, 2013.....	92
Foto 11	Trabalhador sisaleiro mutilado na peleja com a máquina paraibana, Conceição do Coité, 2014.....	94
Foto 12	Artesanatos sisaleiros comercializados numa feira popular em Serrinha/BA, 2013.....	99
Foto 13	Exposição de artesanatos feito com o sisal em Valente/BA, 2013.	100
Foto 14	Café partilhado em comemoração aos 15 anos de Nova Palmares, Conceição do Coité, 2013.....	114
Foto 15	Celebração do aniversário do Assentamento Nova Palmares Conceição do Coité, 2014.....	115
Foto 16	O marco da Ocupação- Assentamento Nova Palmares, Conceição do Coité, 2014.....	116
Foto 17	Planta que produz o “cuite”, Conceição do Coité, 2012.....	119
Foto 18	Visão panorâmica de Conceição do Coité, 2009.....	120
Foto 19	Apresentação de Reisado no Fórum Regional de EJA do Sisal, Conceição do Coité, 2011.....	123
Foto 20	O Cruzeiro no Assentamento Nova Palmares, Conceição do Coité, 2014.....	127
Foto 21	Agricultor assentado estendendo o sisal no Assentamento Nova Palmares, Conceição do Coité, 2013.....	129
Foto 22	A manifestação de união e religiosidade em Nova Palmares, Conceição do Coité, 2013.....	130
Foto 23	Visão panorâmica do Assentamento de Nova Palmares, Conceição do Coité, 2013.....	131
Foto 24	Os problemas ambientais em Nova Palmares, Conceição do Coité, 2013.....	132
Foto 25	Uma das aguadaque faz parte dos recursos hídricos de Nova Palmares, Conceição do Coité, 2013...	133
Foto 26	Associação do Assentamento - Local de reuniões e celebrações, Conceição do Coité, 2013.....	134
Foto 27	Escola do Assentamento Nova Palmares, Conceição do Coité, 2012.....	135

Foto 28	Assentada escrevendo pela primeira vez uma carta, Conceição do Coité, 2012.....	138
Foto 29	Sala de aula do projeto Comunicação pelos Direitos na Região Sisaleira, Conceição do Coité, 2012.....	139
Foto 30	Encontros com os assentados de Nova Palmares, Conceição do Coité, 2012.....	141
Foto 31	Uma ciranda de trabalhadores sertanejos em Ribeira do Pombal/BA.....	142

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa 1	Localização dos municípios do Território do Sisal/BA.....	75
Quadro 1	População Residente Urbana e Rural, taxas de ocupação territorial, e Densidade demográfica, segundo municípios da Região Sisaleira, 2000-2010.....	76
Quadro 2	Classificação Estadual dos municípios da Região Sisaleira, segundo a posição do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) 2013.....	77
Mapa 2	Localização dos Projetos de Assentamento do Território do Sisal / BA.....	80
Figura 1	Protesto de mutilados no motor do sisal, 1985.....	90
Mapa 3	Localização do PA, Nova Palmares, Conceição do Coité, do Território do Sisal.....	124
Tabela 1	Classificação dos municípios, segundo a posição do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) na Região Sisaleira/ 2011.....	160

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	20
1.1	REMEMORANDO O PERCURSO FORMATIVO DA PESQUISADORA.....	24
1.1.1	Trajectoria escolar e de vida: ponto de partida.....	25
1.1.2	Inserção no Universo Acadêmico: tempos fecundos de novos saberes e perspectivas.....	26
1.1.3	Ser, Saber, Saber-Fazer: elementos conjugados ao longo de minha história como prática de vida.....	31
1.1.4	O Mestrado e o Doutorado: celeiro de descobertas e território de novas possibilidades.....	32
2	EDUCAÇÃO POPULAR: CAMPO POLÍTICO E DE CONSTRUÇÃO SOCIAL COLETIVA.....	36
2.1	O DIREITO DE REMEMORAR A EDUCAÇÃO POPULAR NO CONTEXTO BRASILEIRO.....	36
2.1.1	O Golpe na Educação: enfraquecimento do ideal popular ou do popular ideal?.....	42
2.1.2	Os Movimentos Sociais Populares do Campo: espaço de participação e intervenção social.....	52
2.2	MOVIMENTOS SOCIAIS POPULARES DO TERRITÓRIO DO SISAL: ESPAÇOS DE LUTAS E APRENDIZAGENS.....	54
2.2.1	As Comunidades Eclesiais de Base (CEB`s): semeando a fé e a luta.....	55
2.2.2	Movimento de Organização Comunitária (MOC): na luta por um Sertão Justo!.....	56
2.2.3	Núcleo de Educação Popular do Sertão da Bahia (NEPSBA): espaço de empoderamento e intervenção social.....	59
2.2.4	Associação Cultural e Beneficente <i>Revolution Reggae</i> : espaço da resistência negra sisaleira.....	61
2.2.5	Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (SINTRAF) “semeando sonhos...cultivando direitos”.....	63
2.2.6	Fórum Regional de Educação de Jovens e Adultos (EJA) do Território do Sisal: campo político, de lutas, direitos de mulheres e homens de fibra.....	64
3	A QUESTÃO FUNDIÁRIA NO TERRITÓRIO DO SISAL DA BAHIA.....	68
3.1	SER SISALEIRO: HERDEIROS DE UM LEGADO DE PRIVAÇÕES E RESISTÊNCIAS.....	68
3.2	CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO DO SISAL.....	75
3.2.1	A Concentração Fundiária no Território do Sisal.....	79
3.2.2	A Peleja no Sisal: O processo de trabalho no sisal.....	83
3.2.3	Sistema de Produção Sisaleiro: “vem do sisal, meu senhor!”.....	97
4	CENÁRIO E TRAJETÓRIA DA PESQUISA.....	101
4.1	O PERCURSO METODOLÓGICO.....	101
4.1.1	A Abordagem, os Procedimentos e os Instrumentos.....	105

4.1.2	O Cotidiano na Pesquisa: arte do fraco é ser de fibra.....	110
4.2	PERFIL MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO COITÉ – CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO.....	119
4.3	O UNIVERSO DA PESQUISA: CARACTERIZAÇÃO DO PROJETO DE ASSENTAMENTO NOVA PALMARES	124
4.3.1	Histórico do Projeto de Assentamento e das Famílias	125
4.4	IDENTIDADE DOS SUJEITOS SISALEIROS: MULHERES E HOMENS DE FIBRA.....	142
5	DESAFIOS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DO CAMPO.....	155
5.1	“GENTE DA ROÇA NÃO CARECE DE ESTUDO” ENTRE O DIREITO E A NEGAÇÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA NO CAMPO	155
5.2	A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DO CAMPO NA CONTEMPORANEIDADE.....	163
5.2.1	O Direito à Educação de Pessoas Jovens, Adultas e Idosas: conquista social ou tutela do Estado?.....	173
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	179
	REFERÊNCIAS.....	186
	ANEXO A - Carta do Sisal.....	199
	ANEXO B - Lei nº 313, de 14 de outubro 2002. Eleva Nova Palmares a condição de Povoado do Município de Conceição do Coité.....	201
	APÊNDICE A - Projetos de Assentamentos da Região Sisaleira/BA.....	203
	APÊNDICE B - Carta de Cessão.....	204
	APÊNDICE C - Roteiro de Entrevistas (assentados).....	205
	APÊNDICE D - Roteiro de Memorial.....	206

1 INTRODUÇÃO

[...] *Que coisa maior poderia eleger do que ser homem?*

Rousseau, 1755

A escrita, muitas vezes, é uma peleja realizada numa solidão quase absoluta. A minha escrita brota do trabalho solidário e coletivo, do encontro de pessoas, ideias, saberes, fazeres e sonhos. Povoada de vozes, trajetórias, desejos, entusiasmos, expectativas e possibilidades. Histórias de homens e mulheres e de imagens cotidianas da vida. Histórias impregnadas de privações, lutas, agruras, persistências e de resistência.

Parto do princípio de que homens e mulheres são sujeitos historicamente datados e socialmente situados, autores de sua própria existência e que essa autoria é o fundamento básico do processo social. O ato de narrar sua própria história, mais do que contar história sobre si e compartilhar experiências, é um ato de conhecimento. Revela modos de pensamento e reflete formas de organizar, criar e recriar, cotidianamente, o mundo.

No decorrer das orientações, do levantamento do Estado da Arte da EJA (revisão bibliográfica, tomando como ponto de partida o estudo de monografias, dissertações e teses), no contexto brasileiro, baiano e sisaleiro, das discussões desenvolvidas nos encontros do fórum de pesquisa da Linha 03 - Educação, Gestão e Desenvolvimento Local Sustentável no Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade (PPGEduC) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), com a significativa colaboração, muitas vezes materializada a partir das opiniões, pistas e, particularmente, das provocações dos colegas e professores, percebi que precisava delimitar e principalmente, aprofundar ainda mais meu foco de estudo.

A compreensão da relação entre a educação, a luta social e o direito fundamenta este estudo. Essa tríade tem como origem — e continuam se constituindo — a dinâmica da luta de classes na sociedade capitalista, vinculando-se à luta dos trabalhadores e avançando, tendo por base, além da experiência concreta que as disputas de cada tempo histórico exige os acúmulos e legados obtidos na

formulação das ideias pedagógicas e nas significativas práticas educativas, e colocam-se na direção da emancipação humana.

A educação de pessoas jovens, adultas e idosas, numa perspectiva transformadora e forjada no movimento concreto da luta dos trabalhadores, pode fazer sua parte, esboçando conexões entre as várias lutas com as quais os diversos movimentos e sujeitos (seus processos são feitos por eles e com eles e não para eles) estão engajados, na direção da superação e transformação da sociedade que se organiza, tendo por base as desigualdades sociais e o não direito.

As indagações e inquietações são marcas visíveis presentes na organização desta pesquisa, desde a problematização inicial à configuração final. O caminho metodológico baseado no estudo do cotidiano, partindo da análise dos depoimentos dos sujeitos, das observações *in loco* e dos registros a partir de fotografias e do diário de campo, materializa o desejo e a necessidade de apresentar os sujeitos, verdadeiramente como protagonistas deste estudo.

Mulheres e homens sertanejos sisaleiros que estão vinculados diretamente às lutas sociais e que são marcados direta ou indiretamente pelo motor do sisal, pais e mães de família, na faixa etária de 27 a 52 anos, herdeiros de um legado de negação de direitos básicos, mas também de muita luta, resistência e esperança.

Durante a ida a campo, no contato direto com os sujeitos da pesquisa, percebi que poderia alargar mais meu olhar e perspectivas na educação, cultura e cotidiano de jovens, adultos e idosos do campo, especificamente no Assentamento Nova Palmares¹, localizado no município de Conceição do Coité que pertence ao Território do Sisal da Bahia.

Neste contexto, surgiram as inquietações que provocaram ao mesmo tempo desejo e necessidade de aprofundamento teórico-metodológico sobre a problemática apontada. Como se produz o direito à educação na vida de mulheres e homens de Nova Palmares e como vivem o cotidiano e os processos de aprendizagem no assentamento? Esta tornou-se a pergunta de partida deste estudo e que possibilitou a penetração no mundo vivo e vivido dos sujeitos deste estudo.

Quem são, o que pensam, fazem, desejam e demandam estes sujeitos? A escola e os outros espaços de aprendizagem têm respondido de que maneira às

¹ O Projeto de Assentamento Nova Palmares fica a 12km da sede de Conceição do Coité. Posteriormente será aprofundada a sua caracterização.

suas demandas? Qual a importância da educação na vida deles? E que educação está disponibilizada para eles? Estas são questões norteadoras deste estudo.

Os encontros coletivos, a participação nos festejos e reuniões na associação foram singulares, momentos de troca de saberes entre pesquisadora e os sujeitos envolvidos nesta pesquisa. A metodologia flexibilizou as minhas intervenções como pesquisadora, me proporcionando maior liberdade para viver a partir dos tempos, ritmos e do extraordinário cotidiano dos sertanejos sisaleiros de Nova Palmares.

A Tese foi organizada em seis capítulos. No Capítulo 1, inicio partindo do desejo e necessidade de rememorar a minha História de vida, atitude que me aproximou das histórias dos sujeitos da pesquisa. O sonho provoca o desejo e a necessidade de ser mais do que expectadora de mim mesma. Ao narrar minha trajetória, reconheço-me para além da pesquisadora, identifico-me como um dos sujeitos dentro do processo de pesquisa.

No Capítulo 2, analiso a caminhada histórica da Educação Popular no Brasil, perpassando também pela América Latina, sinalizando que para superar as lacunas do poder público em relação à negação de direitos básicos, os movimentos sociais populares envolvidos com as populações da cidade e especialmente do campo têm forjado processos emancipatórios em diferentes espaços de luta e aprendizagem para os camponeses. Aponto a educação popular como campo político e de construção coletiva no contexto brasileiro e especificamente no Território do Sisal, enfatizando sua relevância e as possibilidades que oferece para se repensar a educação pública popular do campo.

No Capítulo 3, aprofundo a análise sobre a questão fundiária no Território do Sisal enfatizando o processo de trabalho na lavoura do sisal. Trago a discussão sobre a negação de direitos trabalhistas e especialmente humanos para os trabalhadores. A peleja com o sisal gerou herdeiros de um legado de privações, contribuiu para o desenraizamento de homens e mulheres das suas terras, contudo o sistema de produção do sisal confere características especiais à mão de obra familiar que através de estratégias e arranjos internos busca atender concomitantemente as múltiplas demandas.

Enfatizo também que a cadeia produtiva do sisal sofre com vários fatores para além da prolongada seca que se abate sobre a região, especialmente, as arcaicas relações trabalhistas predominantes no setor que ainda continuam incompatíveis

com a legislação vigente e potencializam as desigualdades sociais. Essa realidade ainda é vivenciada pelos trabalhadores sisaleiros.

No Capítulo 4, delinheiro o cenário da investigação, procuro fazer um esboço dos passos que foram dados durante todo o processo de sistematização deste estudo. A escolha da abordagem, os procedimentos e instrumentos tomados no contexto metodológico partiram da clareza do foco de investigação; para tanto, buscou-se traçar o perfil dos sujeitos da pesquisa, o lugar onde estão localizados, isto é, a caracterização do território, tomando como referência suas trajetórias de vida.

Conhecer seu aqui e agora me aproximou, significativamente, do universo da pesquisa. Ajudou-me a estabelecer diálogos e compreender a trajetória do outro, cheia de saberes e fazeres que foram compartilhados e respeitados dentro do seu cotidiano. Usualmente as pesquisas se limitam em apontar estes sujeitos como invisibilizados, oprimidos e na maioria das vezes, “coitados” e “desvalidos”. Neste estudo eles são reconhecidos como mulheres e homens de possibilidades, que transformam a si e o meio em que vivem.

No Capítulo 5, aponto os desafios contemporâneos da educação de pessoas jovens, adultas e idosas no contexto brasileiro, mais especificamente no cenário baiano e no Território do Sisal. Discuto a questão do direito e também ressalto a necessidade de superar o fosso entre o dito e o feito nas políticas públicas para os povos que vivem no campo, superando, assim, a visão preconceituosa de sujeitos da falta e os reconhecendo como sujeitos de direitos. Considera-se normal e banaliza-se a existência de um grande número de mulheres e homens excluídos do acesso à escolarização. Mesmo aqueles e aquelas que foram excluídos ou que nunca foram à escola, acreditam nela.

Historicamente, os debates e as discussões em torno da necessidade de eliminar o analfabetismo, especialmente dos sujeitos que vivem no campo brasileiro, por meio da disseminação da educação por todo o país, oscilam entre a tutela e responsabilidade do Estado e a luta pela conquista desse direito pela própria população. Essas pessoas, na sua maioria, carregam trajetórias excludentes, fragmentadas, descontínuas, mas também de incansável resistência, exigindo o direito à aprendizagem ao longo da vida.

No sexto e último capítulo, nomeado Considerações Finais, após a feitura da Tese, as reflexões permanecem em aberto tornando-se assim, campo fértil e

necessário para novas discussões e reformulações. Como contribuição à educação de pessoas, jovens, adultas e idosas do campo, os resultados da pesquisa apontam a necessidade de dar vez e voz aos sujeitos. Ouvindo as mulheres e homens sertanejos sisaleiros protagonistas deste estudo foi possível perceber as “duas faces da mesma moeda”, a inexistência de políticas educacionais que reconheça efetivamente os direitos dos sujeitos que na infância sofreram com a ausência e insuficiência de escolarização e que gerou um contingente de mulheres e homens que ingressam na ineficiente educação escolar enraizada na sociedade contemporânea desigual e injusta; por outro lado, revela as estratégias e táticas materializadas através de resistência, revolta e organização para resistir aos contínuos e constantes mecanismos políticos, educacionais, sociais e econômicos que negam seus direitos. A luta ensina, não apenas a escola.

A possibilidade de pesquisar as lutas, ações e atuações de diferentes, segmentos torna-se um dos caminhos possíveis, embora complexos, que poderá contribuir na construção e efetivação das políticas públicas destinadas às mulheres e homens do Território do Sisal, como também para o desenvolvimento territorial, particularmente garantindo o desenvolvimento humano sustentável, tanto econômico, como educacional e sociocultural.

Marcados direta ou indiretamente pelo motor do sisal no corpo e na existência, as mulheres e homens deste estudo mostram sua importância e singularidades em busca de igualdade e conquistas através das trajetórias de idas e voltas, avanços e recuos, de caídas e recaídas. Geralmente, de escolhas sem horizontes definidos, mas também de luta, resistência e muita fibra.

Os sisaleiros não vivem somente das agruras, como geralmente é identificado, mesmo com as privações cotidianas e o sofrimento que historicamente marcam sua existência, as mulheres e homens vivem do trabalho e também da alegria na sua plenitude.

1.1 REMEMORANDO O PERCURSO FORMATIVO DA PESQUISADORA

Eu agora diria a nós, como educadores e educadoras: ai daqueles e daquelas, entre nós, que pararem com a sua capacidade de sonhar, de inventar a sua coragem de denunciar e de anunciar. Ai daqueles e daquelas que, em lugar de visitar de vez enquanto o amanhã, o futuro, pelo profundo engajamento com o hoje, com o aqui e com o

agora, ai daqueles que em lugar desta viagem constante ao amanhã, se atrelem a um espaço de exploração e de rotina. (FREIRE, 1982, p. 101)

1.1.1 Trajetória escolar e de vida: ponto de partida

Mulher, negra, nordestina e professora, nascida em 1972, em Capanema, distrito do município de Maragogipe, Recôncavo Baiano, sendo ainda a mais velha de quatro filhos, posso dizer que tive uma infância feliz e fui criada com muito carinho e desvelo dos meus pais.

Mesmo com tantos afazeres, meu pai e minha mãe não se descuidavam de nós. Vivíamos no campo, ambos queriam proporcionar aos filhos tudo aquilo que não tiveram na infância, inclusive o direito de estudar.

Eles não concluíram o Ensino Fundamental I, tiveram inserção tardia na escola. Em minha casa o lema sempre foi “estudar sem compromisso”, aparentemente estavam implícitos o deleite e o puro prazer de aprender novos conhecimentos a partir da curiosidade, da alegria e da liberdade.

No período de minha inserção na escola, já sabia decodificar as palavras. A minha primeira escola era uma típica “escola da roça”, não lembro o nome, pois sempre que se referiam a ela, chamavam-na de Prédio Escolar. Lembro que sempre existiu a alegria, laços de amizade e afetos na minha primeira escola. Minha escola era precária, sem infraestrutura adequada, sem cadeiras e carteiras suficientes e sem livros.

Os materiais escolares constituíam-se de: lápis, caneta, borracha, tabuada, a cartilha do ABC, a lancheira “solidária”, que não podia faltar, visto que não havia merenda escolar e, muitas vezes, compartilhávamos o lanche com alguns colegas que não levavam, e, claro, um banquinho e uma almofadinha (minha mãe bordava com muito carinho e esmero o meu nome e também o dos meus irmãos), importantes e necessários companheiros.

Estes eram os nossos acessórios pedagógicos básicos, que materializavam o descaso com a educação pública dos filhos dos camponeses. O banquinho servia para colocarmos os cadernos; a almofada para colocarmos no chão e ajoelharmos,

ressaltando que a escola não possuía cadeiras e carteiras suficientes para todos os alunos. Fazíamos revezamento, cada um tinha seu momento/tempo de ficar ajoelhado para estudar, momentos de superação para qualquer sujeito, particularmente para crianças de seis e sete anos de idade, no início da sua escolarização. Começava, então, o primeiro desafio da minha peleja escolar dentro da educação pública.

Tempos mais tarde, por motivo de saúde de meu pai, tivemos que sair com urgência de Capanema rumo a Salvador. Éramos uma família unida e humilde, saímos do interior com o mínimo possível, somente com as roupas do corpo, com poucos pertences e a esperança de dias melhores e mais oportunidades. Nós fomos morar na periferia da capital baiana.

Entre 1983 e 1989, estudei numa escola pública tida como referência no bairro onde eu e minha família morávamos, o Colégio Polivalente do Cabula. Este foi um período importante da minha vida, pois nesta escola comecei a 5ª série e, lá mesmo, terminei o Ensino Médio. Muitas amizades foram construídas e aprendizagens significativas foram internalizadas.

Uma destas aprendizagens foi sempre acreditar que existe espaço e possibilidade de (re)construir uma escola pública, popular e democrática, preocupada com a emancipação humana, apesar das complexidades que permeiam o seu interior e para além dos seus muros.

1.1.2 Inserção no Universo Acadêmico: tempos fecundos de novos saberes e perspectivas

Entre 1989 e 1991, fiquei sem estudar, não tinha condições de frequentar um curso pré-vestibular. Sendo assim, comecei a estudar nas bibliotecas públicas da cidade de Salvador com módulos e livros emprestados dos amigos que faziam cursinho, tomando sempre como referência o lema “estudar sem compromisso”, estudar pelo prazer de estudar.

Nasceu, nesse período, o desejo de me tornar professora e, acima de tudo, pesquisadora. Em 1992, iniciei o curso de Pedagogia, na UNEB, Campus I, de Salvador. Mesmo depois da conclusão do curso em 1996, o desejo de ser

pesquisadora no campo da educação pública ficou latente, pois na minha trajetória acadêmica e profissional a pesquisa é vista como elemento constitutivo fundamental do fazer docente.

Durante a graduação, participei ativamente de atividades científicas ligadas às questões sociais, particularmente com pesquisas na área da escola pública, movimentos sociais e na educação de pessoas jovens, adultas e idosas da periferia de Salvador e, também, de vários municípios baianos. Também participei da formação de professores leigos e alfabetização de jovens e adultos em contextos escolares e não escolares.

Cada conquista, cada progresso em minha vida, aumentou ainda mais a responsabilidade. Vejo injustiças, desigualdades e discriminações. Entretanto, vejo também a “boniteza” da vida. Ela é maior que a tristeza da vida. Sempre desejei trabalhar com pessoas das classes populares.

Segundo o poeta baiano Damário da Cruz² “a vida é todo risco”, é de uma complexidade que não tem medição; é desafio, principalmente, quando se é mulher, trabalhando com pessoas que contínua e constantemente são excluídas, exploradas, subalternizadas, invisibilizadas e oprimidas.

Sempre desejei, de alguma forma, fazer a revolução na educação nos diferentes espaços de aprendizagens onde estão inseridas as pessoas das camadas populares, os trabalhadores que vivem nas periferias, muitos deles expulsos do campo, da sua terra, do seu lugar. O campo da educação de pessoas jovens, adultas e idosas e minha relação com o Território do Sisal tem como gênese minha própria trajetória de vida e profissional.

Concluí duas especializações, a primeira na UNEB, em Metodologia do Ensino, Pesquisa e Extensão e a segunda na Universidade Federal da Bahia (UFBA), em Educação Superior, procurei aprofundar-me em estudos e desenvolvi projetos de pesquisas sobre a relação existente entre o mundo do trabalho e o mundo da escola. O desejo em me aprofundar nesta área veio depois da inserção como docente em escolas públicas e comunitárias de bairros populares de Salvador.

Durante as aulas, muitas vezes, pude observar o desânimo e o cansaço vencerem alguns alunos trabalhadores (jovens, adultos e até mesmo crianças),

² Foi um poeta, fotógrafo e jornalista brasileiro. Há 10 anos, abriu o Pouso da Palavra, um centro cultural com pequena galeria de arte, café, biblioteca e espaço para eventos como saraus e lançamentos de livros na cidade de Cachoeira. Faleceu no dia 21 de maio do ano de 2010.

entretanto havia aqueles que, mesmo exaustos, participavam ativamente da aula, dando contribuições, opinando e relatando sobre seu dia, seu trabalho, sua família, etc. Nesta perspectiva, o espaço escolar transformava-se em ambiente de convivência com seus iguais, de desabafo dos problemas diários e suprimento de afetividades.

Dentro da minha trajetória profissional e acadêmica, sempre busquei estabelecer uma relação de pertencimento e identificação com as questões sociais, particularmente das classes populares, fosse na capital ou nos diferentes contextos dos municípios baianos em que desenvolvi atividades e funções.

Minha experiência, atuação e engajamento em Educação de Jovens e Adultos (EJA) tem início com a minha participação em dois programas de alfabetização de jovens e adultos. Essa inserção no campo da EJA foi fundamental para a sistematização das minhas inquietações no desenvolvimento da pesquisa.

Atuei no Programa Cresce Bahia, em 2000, no município de Jacobina e, particularmente em 2004, no programa de Alfabetização de Jovens e Adultos da Bahia (AJABahia), no município de Conceição do Coité pertencente ao Território do Sisal da Bahia. Ambos os programas de alfabetização de jovens e adultos tinham como um dos principais objetivos a “erradicação” do analfabetismo.

Atuei como formadora e surge destas duas experiências a gênese do compromisso de atuar, pesquisar, lutar e militar na educação de pessoas jovens, adultas e idosas, não somente como uma bandeira de luta ou mero ativismo, mas uma escolha consciente e responsável no contexto da educação de pessoas jovens, adultas e idosas na Bahia, particularmente nos municípios pertencentes ao Território do Sisal.

O meu percurso como professora universitária iniciou-se em 2003, quando ingressei na UNEB, via concurso público, como professora auxiliar do Departamento de Educação, Campus XIV, de Conceição do Coité, ministrando as disciplinas Estrutura e Funcionamento de Ensino, Didática e História da Educação Brasileira.

Ao longo do meu processo formativo, tenho indagado sobre a identidade do professor da EJA e algumas questões acompanham minhas reflexões e inquietações como professora/formadora no campo da EJA: quem são os professores que atuam na EJA? Qual é o perfil dos professores de EJA nos cursos de Pedagogia e demais licenciaturas? Como ocorre, de fato, a profissionalização

dos docentes que atuam na educação de pessoas jovens, adultas e idosas? Quais as experiências que subsidiam seus saberes e fazeres na docência?

Nos trabalhos acadêmicos que se referem à formação de professores da EJA, ainda são constatadas lacunas significativas. As pesquisas no campo da formação docente sinalizam que a formação recebida pelos professores, por meio de treinamentos e cursos aligeirados, não atende satisfatoriamente à educação de pessoas jovens, adultas e idosas.

Um dos desafios atuais é transformar a Universidade em espaço de legitimação da EJA, visto que ainda ocorre à margem, quase sempre em um segundo plano, isto é, na maioria das vezes se materializa como estágio nos últimos semestres, ou como disciplina optativa nos currículos dos cursos de licenciatura que não contemplam os conteúdos referidos ao ciclo de vida dos jovens e adultos e nem, tampouco, as suas necessidades de aprendizagem específicas, ora em curso de extensão esporádico, e/ou atividades pulverizadas, enfim, sempre como algo “flutuante”.

O trabalho que venho desenvolvendo durante uma década com as mulheres e homens dos municípios do Território do Sisal tem mostrado o potencial destes sujeitos, verdadeiramente são “mulheres e homens de fibra” que possuem um profundo enraizamento e pertencimento com a cultura sisaleira.

No seu cotidiano vivo e vivido, nas lutas, agruras, pelejas e resistências constroem seus saberes e fazeres, que perfazem a singularidade do universo cultural do sertanejo.

Ainda há muito por fazer, os desafios e entraves são imensos. Um deles ainda é a ausência do reconhecimento do protagonismo dos sujeitos da EJA. No contexto do ensino, pesquisa e extensão, procuro desenvolver e materializar propostas e ações que contribuam para a visibilização dos sujeitos da educação de pessoas jovens, adultas e idosas.

Um marco importante para minha efetivação e comprometimento com a EJA ocorreu quando elaborei uma proposta do curso de extensão itinerante, intitulado *Educação de Jovens e Adultos do Território do Sisal: Sentidos e Perspectivas*. Esse curso, vinculado ao Departamento de Educação do Campus XIV/UNEB, potencializou e reconfigurou a formação docente inicial e continuada na EJA no cenário educacional de seis municípios do Território do Sisal. Inicialmente ocorreu em Conceição do Coité, no campus da UNEB e posteriormente sua configuração

ficou itinerante, atendendo assim, as demandas dos municípios sisaleiros: Valente, São Domingos, Serrinha, Araci e Santa Luz.

Participaram 180 pessoas de diferentes segmentos: das escolas públicas municipais e estaduais, movimentos sociais, populares, sindicais e organizações que atuam com pessoas jovens, adultas e idosas.

Além do curso itinerante no contexto da EJA, no Território do Sisal, elaborei, em 2011, uma proposta para o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) que foi aprovada num edital da CAPES, sob o título: *Educação de Jovens e Adultos: novos caminhos para uma escola solidária*.

A proposta fez a inserção de 20 (vinte) bolsistas graduandos de Licenciatura em Letras – Português, da UNEB – Campus XIV e 2 (dois) professores da Educação Básica, desenvolvendo ações de ensino e pesquisa em classes de EJA, junto aos gestores, professores e alunos nas escolas públicas do município de Conceição do Coité.

Atualmente, faço parte do Observatório Educação de Jovens e Adultos do Território do Sisal – Bahia (OBEJA) vinculado ao PPGEduc/UNEB e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), onde são desenvolvidas pesquisas no contexto das escolas públicas municipais e estaduais, em seis municípios sisaleiros, que estão inseridos como parceiros do Fórum Regional de EJA do Sisal.

Vale ressaltar que o Programa Observatório da Educação, resultado da parceria entre a CAPES, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), tem o objetivo de fomentar estudos e pesquisas em educação, e utiliza a infraestrutura disponível das Instituições de Educação Superior (IES) e as bases de dados existentes no INEP.

O Programa visa, principalmente, proporcionar a articulação entre pós-graduação, licenciaturas e escolas de Educação Básica e estimular a produção acadêmica e a formação de recursos pós-graduados, em nível de mestrado e doutorado.

Desde 2006, venho atuando e contribuindo significativamente com ações e propostas para o protagonismo da EJA nos municípios sisaleiros, por meio do Fórum Regional de EJA do Território do Sisal, que constitui um espaço político, de lutas,

direitos e responsabilidades, que reconhece as potencialidades dos homens e mulheres de fibra que são sujeitos da EJA, nos municípios do Território do Sisal.

Mulheres e homens que ainda vivem na invisibilidade, são marcados pela exclusão, preconceito e discriminação, ainda não são considerados como protagonistas da sua vida, da sua história. Os desafios são extraordinários para o redimensionamento da EJA nos municípios sisaleiros, o que não é diferente no contexto baiano e também brasileiro.

1.1.3 Ser, Saber, Saber-Fazer: elementos conjugados ao longo de minha história como prática de vida

Como professora universitária, preocupo-me com os impactos das políticas de formação inicial e continuada de professores da EJA dentro da Universidade e para além dela. Observo que as limitações nessa formação dificultam e fragilizam a participação nos debates globais, pois infelizmente ainda existe falta de investimento na formação específica dos educadores para atuarem no campo da educação de pessoas jovens, adultas e idosas.

Em 2004, ministrei a disciplina Estrutura e Funcionamento do Ensino Fundamental e Médio no curso de Letras do Departamento de Educação do Campus XIV- Conceição do Coité e Departamento de Ciências Humanas do Campus V - Santo Antônio de Jesus, ambos da UNEB. A partir das discussões em sala de aula e das demandas dos alunos nos dois *campi*, surgiu a proposta de pesquisar a realidade educacional dos municípios das duas regiões, onde os alunos estavam inseridos como professores e cidadãos.

O foco da pesquisa foi diagnosticar a estrutura e funcionamento da educação no Território do Sisal e no Recôncavo Baiano. Para tanto foram analisados os seguintes aspectos: as políticas públicas educacionais, concepção de gestão nas escolas estaduais e municipais, além da organização pedagógica, administrativa e regimental.

Os alunos/pesquisadores coletaram dados por meio de observações, registros em diário de campo, questionários e entrevistas. Concomitantemente,

ocorreram em sala de aula discussões, orientações e avaliações permanentes nas diversas etapas da pesquisa.

Como resultado da investigação, foi proposta, inicialmente, a realização de um seminário aberto para a comunidade e, também, a construção de um banco de dados para o fomento de novas pesquisas, além de subsidiar possíveis políticas públicas educacionais de inclusão social.

Os resultados deste trabalho interdepartamental dentro da UNEB apontaram a necessidade da realização de pesquisas cada vez mais em colaboração entre a universidade e a comunidade local.

Existe uma demanda para a implantação do Núcleo de Educação de Jovens e Adultos (NEJA) do Campus XIV, que tem como objetivos: construir um centro de documentação, informação e acervo na área da EJA, colocando-o à disposição das comunidades locais do Território do Sisal; além disso, atuar na formação inicial e continuada de educadores, fomentando pesquisas e produção acadêmica no campo da educação popular de pessoas jovens, adultas e idosas do campo, estabelecendo interlocução e parceria com os diferentes segmentos que atuam no Território do Sisal.

1.1.4 O Mestrado e o Doutorado: celeiro de descobertas e território de novas possibilidades

Na seleção para o curso de mestrado em 2006, na Linha de Pesquisa 03 no PPGEduC/UNEB, o projeto de pesquisa apresentado tinha como foco de investigação *Os Impactos das Políticas Públicas de Inclusão Social na Estrutura e no Funcionamento das Escolas Públicas da Região Sisaleira*. Contudo, diante da impossibilidade de realizar uma pesquisa nesta dimensão, pois existem vinte municípios no Território do Sisal, delimito o objeto de estudo, dando ênfase à *Trajatória Escolar e de Vida de Egressos do Programa AJABahia: herdeiros de um legado de privações e resistências – Laginha – Conceição do Coité – Bahia*, que defendi, no dia 26 de setembro de 2008.

A escolha do lugar da defesa da dissertação foi significativa, o auditório Jurandir Oliveira, na UNEB, no Departamento de Educação do Campus I de

Salvador, lugar em que iniciei minha trajetória acadêmica no curso de Pedagogia. Após a feitura da dissertação, surgiram brechas e lacunas que necessitavam de estudos mais amplos. Daí a possibilidade de continuar no “solo fértil” da pesquisa no contexto do Território do Sisal contribuiu significativamente para “trilhar” os “caminhos” do Doutorado.

A minha vinculação no grupo de pesquisa Educação do Campo e Contemporaneidade e no grupo de pesquisa Teoria Social e Projeto Político Pedagógico e a necessidade e o desejo de dar continuidade e aprofundar cada vez mais a análise da EJA dentro do Território do Sisal, subsidiaram minha proposta de investigação no Doutorado. O projeto foi, inicialmente, intitulado “Educação do Campo na Região Sisaleira: território de luta e emancipação de mulheres e homens de fibra”.

Minha inserção no Doutorado no PPGEduC/UNEB foi a materialização de um sonho e, ao mesmo tempo, um compromisso assumido com a educação de pessoas jovens, adultas e idosas ao longo da minha trajetória profissional e, especialmente, humana. O desejo e a necessidade são fundamentos da escolha do meu campo de estudo, dando maior ênfase ao protagonismo das mulheres e homens sisaleiros, tornando-os razão da pesquisa.

A delimitação deste estudo também foi marcada pela minha inserção durante o período de intercâmbio na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) em 2012. Além de cursar disciplinas na Pós-Graduação que me subsidiaram na aquisição e (re)elaboração de novos conhecimentos no campo da EJA, vinculei-me ao Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação de Jovens e Adultos (GEPEJA) da Faculdade de Educação da UNICAMP.

Em aproximadamente um ano, participei ativamente de atividades acadêmicas na UNICAMP, como também na Universidade de São Paulo (USP) e Universidade Estadual Paulista (UNESP), apresentando trabalhos, participando de atividades e ações no campo da EJA e, também, ampliando minha produção acadêmica com a publicação de artigos.

Duas experiências foram marcantes para o meu percurso formativo nessa “itinerância acadêmica”, que contribuíram extraordinariamente para repensar e alargar o meu conhecimento na atual configuração da educação de pessoas jovens, adultas e idosas do campo.

A primeira foi (com)partilhar as experiências e vivências no Projeto Educativo de Integração Social (PEIS), na cidade de Campinas e, a segunda experiência, foi no Acampamento Elizabeth Teixeira, no município de Limeira, em São Paulo (SP). O PEIS é um Projeto de Extensão Universitária, vinculado à UNICAMP, com mais de trinta anos de atividades. Um dos objetivos do projeto é contribuir para o aprimoramento do adulto enquanto cidadão, visando uma participação social mais efetiva. Os educandos definem, em diálogo com os educadores, o nível escolar em que se encontram, ou no qual querem estudar. Também definem coletivamente o currículo.

Todas as aulas são construídas com base em temas geradores, definidos coletivamente no primeiro dia de aula, durante a socialização. O círculo de cultura e o estudo do meio também fazem parte do processo de ensino e aprendizagem. No PEIS os educandos são protagonistas tanto quanto os professores.

A minha participação em atividades com sujeitos da educação de pessoas jovens, adultas e idosas na ocupação pré-assentamento rural do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), denominado Assentamento Elizabeth Teixeira, situado em Limeira, foi relevante para aprofundar a análise sobre os sujeitos da EJA que labutam e pelem para viver no campo.

O Assentamento Elizabeth Teixeira existe há cerca de sete anos e não é, ainda, considerado um assentamento por questões jurídicas imbricadas em relações de poder governamental.

Ele está situado às margens da Rodovia Anhanguera, no km 136A, vivendo, no local, cerca de cento e quatro famílias, oriundas de diversas localidades do país, que construíram seus barracos, plantaram suas roças e praticam diariamente o cotidiano de um movimento social na luta por um bem comum – a terra.

O sonho da terra significa, para cada indivíduo, a luta coletiva que os impulsiona a viverem nessa comunidade, mesmo em condições ainda precárias, dividirem os espaços comuns, construírem discursos coletivos e trocarem conhecimentos próprios na busca pelo conhecimento coletivo.

Um exemplo dessa organização é a construção solidária de uma escola para a comunidade. Esse espaço de aprendizagem representa a união da comunidade por um bem comum, pois concebem essa escola como um dos espaços para transmissão de seus conhecimentos e maior autonomia dos moradores.

O pré-assentamento Elizabeth Teixeira não possui casas de alvenaria, as casas são de madeira compensada ou mesmo de lona estruturada por toras de madeira. A escola é a primeira construção em alvenaria que a comunidade possui, onde cada tijolo foi fabricado por eles, utilizando apenas terra e cimento. As portas e janelas foram confeccionadas por um morador que possui o ofício de carpinteiro. Assim por diante, cada morador foi levando suas contribuições em material ou trabalho físico e a escola é uma realidade, funcionando às noites para as aulas das pessoas jovens, adultas e idosas da EJA.

A importância dessa escola para a comunidade é que ela representa um avanço na busca pela legitimação de seus conhecimentos, saberes, fazeres e autonomia, seja pelo fato de possuírem uma primeira construção em alvenaria, como representação simbólica de organização interna, como pelo fato de uma escola do campo ser um projeto que pode hoje, sair do papel.

Todo processo de ensino e aprendizagem toma como referência a Educação Popular, especialmente as ideias de Paulo Freire. As aulas são planejadas por sujeitos do Coletivo Universidade Popular³ – Campinas, SP. O espaço também é frequentemente ocupado pela comunidade para suas práticas cotidianas e culturais.

Este percurso formativo potencializou meu desejo de conhecer as complexas trajetórias de vida dos sujeitos do campo. Certamente não são trajetórias lineares, fáceis, de superfície, sem significados políticos e sociais. Ao contrário, são trajetórias que, desde crianças, os interrogam e interrogam a educação sobre os significados políticos da miséria, da fome, da luta pela terra, pela identidade e pela sua cultura, pela vida e dignidade.

³ Um coletivo formado por alunos (graduandos, mestrandos e doutorandos), principalmente da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), que atuam como educadores populares junto à classe trabalhadora nas áreas de assentamentos rurais vinculados a movimentos sociais do campo na região de Campinas.

2 EDUCAÇÃO POPULAR: CAMPO POLÍTICO E DE CONSTRUÇÃO SOCIAL COLETIVA

Os sonhos são os projetos pelos quais a gente luta.
(FREIRE, 2001)

2.1 O DIREITO DE REMEMORAR A EDUCAÇÃO POPULAR NO CONTEXTO BRASILEIRO

A história da Educação Popular (EP) no Brasil e na América Latina, a partir do final da década de 1950, só poderá ser contada em complementaridade com a história dos movimentos populares. Desde a década de 1950, no Movimento de Cultura Popular (MCP) em Recife, capital de Pernambuco até os dias atuais, a EP procura ser contrária à imitação, reprodução e engessamento.

Na América Latina e no contexto brasileiro, a EP constituiu-se como instrumento de organização, formação e desenvolvimento da consciência social junto a inúmeros movimentos populares, contribuindo para a transformação social, econômica, política e cultural das camadas populares tanto da cidade, como do campo.

Um dos objetivos principais era ampliar o olhar e o diálogo com aqueles que caminham na busca das utopias, do ser mais, da esperança, por fim, como base das lutas sociais, dos sonhos, projetos e ações para a transformação.

Conforme Semeraro, (2009), mostravam que os subalternos poderiam elaborar uma visão própria de mundo e colocar em marcha uma nova maneira de fazer política, seguindo o que Gramsci havia delineado como filosofia da práxis, quer dizer, uma filosofia que se faz política e de uma política que inspira a filosofia.

Para Gramsci (1979), a filosofia da práxis tenta ultrapassar a filosofia primitiva do senso comum, conduzindo as massas a uma mais elevada concepção de vida, num processo de esclarecimento levado a cabo por participantes autoconscientes.

Assim, todos os elementos sociais, psicológicos, culturais e políticos de um dado bloco ético/moral, incluindo o conhecimento escolar e os currículos, passam a ter uma intencionalidade política e ideológica.

A partir da década de 1990, a EP vem passando por avaliação quanto ao seu papel na sociedade, alguns aspectos passam por redirecionamento, especialmente

no que diz respeito: à qualidade do processo educativo, ao diálogo com diferentes segmentos sociais, à relação pedagógica e à sua própria relação com o Estado.

Um dos seus objetivos centrais é fomentar a geração de conhecimentos novos, que permitam desenvolver mudanças nas práticas cotidianas daqueles que tomam seus princípios para lutar em prol da educação de mulheres e homens que sofrem continuamente com a privação de direitos básicos.

Se descobre que o fator educativo fundamental não é o processo pedagógico em si, senão as ações de luta (às vezes mais espontâneas, outras vezes mais organizadas) em que o povo intervém vitalmente na história. A educação popular não é um momento prévio de tomada de consciência, após o qual se poderia passar para a ação consciente, senão que a educação popular é um processo permanente de teorização sobre a prática, ligado indissolivelmente ao processo organizativo das classes populares. (JARA, 1994 *apud* 2009, p. 29)

Historicamente, a EP sempre atuou sobre sua própria referência. Nas últimas décadas, ela rejeitou o Estado, criticou as políticas oficiais e as iniciativas implementadas pelos governos militares ou ditatoriais civis, especialmente no campo da alfabetização de adultos.

As parcerias entre a sociedade, os diversos segmentos e o Estado contribuirão na materialização e configuração da educação de pessoas jovens, adultas e idosas, na medida em que garantam e legitimem os direitos e os reconheçam como sujeitos coletivos na totalidade dos direitos humanos e, com isso, superem visões assistencialistas.

O surgimento de múltiplas vozes e setores em busca de novas diretrizes e o erguimento de governos tidos como populares e democráticos trouxeram novas experiências, novos desafios e sentidos na América Latina e no contexto brasileiro.

Neste sentido, a relação a ser construída baseia-se na cooperação, dando espaço para a construção de novos saberes, fazeres e valores pela consciência crítica e pela dialogicidade.

Neste contexto, a EP é potencializada, demandando novos debates, maiores e melhores investimentos para a consecução de espaços de aprendizagem, além da própria escola para jovens, adultos e idosos, uma vez que seja capaz de investir no processo de emancipação desses sujeitos.

Existe a necessidade de contemplar experiências que articulam EP com cultura, trabalho, agricultura, saúde, gênero e, especialmente, com a realidade complexa dos sujeitos. Quem são esses sujeitos? Onde estão localizados? O que pensam, desejam e demandam? Como ocorre o processo educativo e as práticas que fomentam a conscientização e participação dos sujeitos da EP?

EP é importante quando contribui para que mulheres e homens se tornem mais humanizados para enfrentar a realidade injusta, desigual e perversa em que vivem, portanto, busca enfrentar a desigualdade como obstáculo a ser superado. Não se trata, no entanto, de qualquer forma de educação, mas de uma educação que se compromete com a conscientização das pessoas que estão nela envolvidas.

Para Freire (1974), trata-se de uma educação humanizadora, libertadora e crítica, que não existe sem conflitos, pois é seu papel também desmitificar a opressão que há mesmo dentro do oprimido, nas relações nas quais se identifica como “menos”. O papel da educação libertadora é a realização do “ser mais”, da humanização dos homens e mulheres envolvidos nesse processo de reciprocidade e complementaridade.

Não existindo interlocução, tampouco gestão democrática entre os diferentes segmentos e/ou setores, que assegurem de fato a valorização da diversidade na educação dos sujeitos que não tiveram acesso à escola ou dela foram excluídos, o direito à educação ao longo da vida fica ameaçado de materializar-se e consolidar-se.

Neste sentido, inserir a educação de pessoas jovens, adultas e idosas efetivamente na agenda de governo e, especialmente, no conjunto de políticas públicas de direito torna-se um desafio para diferentes governos e para a sociedade como um todo, especialmente quando permanece a falta de articulação e colaboração efetiva entre os sistemas de ensino estaduais e municipais e as iniciativas das organizações sociais, o que representa um obstáculo a ser superado.

De outro lado, para as organizações, os governos deixaram de ser o oponente a ser combatido e passaram a destacar e enfatizar seu papel público, como polo gerador, financiador e implementador de iniciativas sociais, em programas que buscam patrocinar ações de inclusão social dos excluídos de uma forma geral: pobres, analfabetos, desempregados e discriminados por sexo, etnia e cor.

Todos falam em nome da cidadania, contudo, enfatizam mais os deveres do que os direitos do “cidadão”. Essa realidade é visível no cotidiano vivido pelos sujeitos do campo, especialmente aqueles que são egressos de programas e projetos de educação de jovens, adultos e idosos de curta duração que, muitas vezes, “usam” em seus princípios, os pressupostos da EP.

Na sua efetivação, caracterizam-se como pontuais e descontínuos, e que não combinam a escolarização com oportunidades de educação profissional, desenvolvimento cultural, ação comunitária, cidadania e emancipação humana. Constata-se o fosso entre o instituído e o instituinte, estão presentes as contradições entre o “velho” e o “novo”.

Neste contexto, a educação ganha centralidade nos discursos e políticas sociais, porque eles enfatizam que competirá a ela ser um instrumento de democratização em um mercado de escolhas e oportunidades.

O número de anos de escolarização associado à qualidade da educação recebida é apresentado como “passaporte” para o acesso ao mercado de trabalho, elevação do nível de renda e, até mesmo, qualidade de vida.

Uma característica sociológica da EP é que a ênfase da participação em projetos de investigação-ação transformou, ao longo dos anos, do trabalho com os pobres e também camponeses para o desenvolvimento de projetos principalmente nas periferias das grandes áreas urbanas, especialmente as favelas, onde os níveis de pobreza e de desemprego e especialmente, à crescente imigração dos trabalhadores rurais para as cidades, são os mais visíveis.

O campo da EP se ampliou, deixou de ser algo alternativo, marginal à política estatal; ganhou centralidade nas políticas sociais. Mas sua natureza também se alterou, suas práticas alteraram seu perfil político: de contestação à ordem, à busca da igualdade via pressões e movimentos para obterem direitos sociais; mais voltadas para incluir, ainda que marginal e precariamente, os excluídos pelo sistema econômico mais geral.

Nesta perspectiva, a EP exige novas visões, concepções, e diálogo contínuo e constante com os movimentos sociais, mundo das artes, das festas populares, das escolas, universidades e diferentes espaços de aprendizagens.

Rememorando a história da EP no Brasil é possível verificar a importância das mobilizações e encontros que tomavam a educação de adultos como bandeira de luta e garantia de direitos.

A educação se apresenta como forma de aprendizagem aos participantes dos movimentos sociais e associações; como efeito pedagógico multiplicador das ações coletivas junto à sociedade civil e à sociedade política; e como demandas específicas na área educacional, dentro e fora da instituição escolar. Tudo isso podemos resumir com a frase: os movimentos sociais, das diferentes camadas sociais, com suas demandas, organizações, práticas e estruturas, possuem caráter educativo, assimilável aos seus participantes e à sociedade mais ampla. Os resultados deste processo traduzem-se em modos e formas de construção da cidadania político-social brasileira. (GOHN, 2005b, p. 114)

Assim podemos ressaltar que a educação de pessoas jovens, adultas e idosas é um campo político e de construção social coletiva e carrega consigo o rico legado da Educação Popular (EP). Constituiu-se como um campo de complexidades e, por isso, necessita de (re)definições e posicionamentos claros no atual contexto brasileiro.

Será que a educação de pessoas jovens, adultas e idosas na contemporaneidade, com o sentido de aprender por toda a vida, e não somente de escolarizar-se, em múltiplos espaços sociais, responde às exigências do mundo contemporâneo, para além da sala de aula, da escola? Será mesmo que, na relação indissociável entre educação-história-cultura, as mulheres e homens são realmente considerados como sujeitos históricos, conscientes e transformadores?

Na contemporaneidade a EP tem como um dos desafios, não perder o sentido de sua “missão”, que é gerar sujeitos políticos, críticos e emancipados. Portanto, analisar os valores e criar suportes metodológicos que combinem o cognitivo e o afetivo; as aprendizagens significativas, com as aprendizagens vinculadas à vida cotidiana, ou seja, ao saber popular, é o fazer requerido por esse modo de pensar a educação vinculada às novas tendências sociais, políticas e pedagógicas.

Para tanto, a ênfase ao processo de formação dos educadores será fundamental, pois terão a responsabilidade de levar à prática, as novas ideias e as transformações que estão ocorrendo no contexto da EP. O educador é um dos elementos essenciais deste processo.

O desafio será formar educadores que entrarão no processo pedagógico gerando novas relações com os educandos. Muitos educadores ainda carecem de formação adequada e específica, além de não possuírem concretamente as ferramentas que possam gerar um processo educativo transformador e emancipatório na vida dos sujeitos.

Neste contexto, pela educação, mulheres e homens podem vivenciar o mundo do trabalho, como esfera da vida produtiva adulta, que permite condições de existência material que não se sustenta na condição de assujeitados ao modelo do capital.

A EP tem-se desenvolvido em relação às práticas educativas dos movimentos sociais na América Latina que lutam para articular a educação aos cuidados de saúde, condições dignas de trabalho, às exigências de ter uma casa, à posse de terra e direitos básicos, nas periferias das cidades e no campo.

A referência singular e protagonista de Paulo Freire no contexto da EP durante, aproximadamente, cinco décadas, contribuiu para repensar a Educação como componente decisivo no diálogo entre história e cultura.

A educação configura-se como componente decisivo no diálogo entre história e cultura. O aprender por toda a vida faz homens e mulheres serem sujeitos da História, humaniza-os, potencializa suas condições de sujeitos pensantes, que interferem e transformam, com seu agir, o seu cotidiano, o seu lugar, o mundo. 'Estar no mundo sem fazer história, sem por ela ser feito, sem fazer cultura, sem tratar sua própria presença no mundo, sem sonhar, sem cantar, sem musicar, sem pintar, sem cuidar da terra, das águas, sem usar as mãos, sem esculpir, sem filosofar, sem pontos de vista sobre o mundo, sem fazer ciência, ou teologia, sem assombro em face do mistério, sem aprender, sem ensinar, sem ideias de formação, sem politizar não é possível. (FREIRE, 1998, p. 58)

Conforme Freire é dessa relação indissociável que se deve partir no processo educativo percebendo homens e mulheres como instituintes e instituidores da história. Educar-se, segundo Freire é um processo que se dá em um contexto histórico, político e ideológico. É um processo impregnado pela cultura de um tempo e de um lugar.

A escola, bem como outros espaços de aprendizagem para pessoas jovens e adultas, ao pensar os seres humanos, como afirmava Freire (1997), como seres inconclusos e inacabados, contribuirá para que estes sujeitos se façam cientes dessa inconclusão, incentivando-os para a busca de um devir, do ser mais.

Então, a característica distintiva de quaisquer atividades que se considerem educativas e a sua qualidade acadêmico-social será identificada na contribuição que forem capazes de oferecer para o crescimento humano integral de trabalhadores e

trabalhadoras por conta própria, empregados, desempregados, todos reconhecidos enquanto sujeitos históricos e sociais.

Essa contribuição será validada, especialmente, no desenvolvimento de suas competências intelectuais e inserção na transformação das relações sociais predominantes, que provocam as desigualdades econômico-sociais e as exclusões histórico-culturais.

O fato de ainda vivermos, em pleno terceiro milênio, num país em que milhões e milhões de mulheres e homens não (com)partilham do direito e da beleza que é ler e escrever provoca uma reflexão sobre o lugar que ocupam esses sujeitos na História. Segundo Viero (2007, p. 206):

É uma sociedade que naturaliza diferença de acesso à cultura escrita como inferioridade, ao mesmo tempo em que culpabiliza os excluídos desse bem cultural pela realidade educacional do país. Disso resulta um planejamento de ações para inferiores, considerando-os desde as relações de tutela e de cooptação. É um amálgama ideológico que remonta à origem do Brasil.

Conforme (GOHN, 2009), este período gerou, além de inúmeros movimentos sociais populares que tiveram um papel decisivo para a mudança do regime político vigente, uma série de técnicas e metodologias de trabalho de campo, de natureza ativa e participativa, dentre os quais se destacam: o sociodrama, o teatro de comédias e pantomimas, jogos de papéis, dinâmicas grupais; produção de audiovisuais, vídeos populares, cartazes, cartilhas, leituras coletivas de textos, entre outros.

Na América Latina, a EP nos anos de resistência aos regimes militares e no período da transição à democracia, teve uma natureza essencialmente sociopolítica, porque ela era um instrumento de mobilização e organização popular. Constrói-se um jeito novo de fazer política no cotidiano, questionando, resistindo e desafiando, de alguma forma, a ordem dominante vigente.

2.1.1 O Golpe na Educação: enfraquecimento do ideal popular ou do popular ideal?

O atual contexto brasileiro suscita reflexões sobre os elementos fundamentais que caracterizam a situação do país, especialmente no que diz respeito à

compreensão da dependência estrutural política e econômica vigente e seus impactos no cenário educacional do país.

Um ponto importante neste contexto, que é considerado como a linha divisória entre a época da democracia populista e a da ditadura militar, é o Golpe de Estado de 1964.

O populismo surge na fase de transição de uma civilização agrária para uma civilização urbano-industrial, fase caracterizada por manifestações de rompimentos político-econômicos internos e externos. Desta forma, a industrialização brasileira foi, antes de tudo, resultado das modificações nas relações com os países hegemônicos.

Distinguem-se três etapas do desenvolvimento industrial do país, sendo a primeira até 1930, quando se destaca a economia de tipo colonial exportadora cafeeira. Nesta fase, o capital agrícola é a base do capital industrial, abrindo caminho para uma nova etapa no desenvolvimento industrial no Brasil.

A segunda etapa caracterizou-se pela diversificação e a expansão do setor, segundo o modelo de substituição de importações propagado por Getúlio Vargas. Entre 1930 e 1964, o Estado assume, de fato, a política econômica nacional investindo no setor industrial.

Nesse período são criados, com o intuito de dinamizar a economia nacional, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE)⁴, com o objetivo de ser o órgão formulador e executor da política nacional de desenvolvimento econômico; a Petróleo Brasil S/A (PETROBRAS), tendo como principal objetivo a exploração petrolífera no Brasil em prol da União, impulsionado pela campanha popular iniciada em 1946, cujo *slogan* era “o petróleo é nosso”; e a criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE).

A terceira etapa enfatiza a internacionalização da economia brasileira, que tem suas bases lançadas já no governo de Juscelino Kubitschek (1956-1960), com o plano de metas, que também implantou a internacionalização da economia como modelo.

⁴ O início dos anos 80 foi marcado pela integração das preocupações sociais à política de desenvolvimento. A mudança se refletiu no nome do Banco, que, em 1982, passou a se chamar Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Na mesma época, o BNDES adotou a prática do planejamento estratégico, com elaboração de cenários prospectivos. Tratava-se de uma consolidação da vocação do Banco para o estudo, análise e formulação de políticas, presente desde o Plano de Metas de Juscelino Kubitschek e desde a proposição das diretrizes com foco social.

Desta forma, o modelo de Vargas caracteriza-se pela atuação conservadora do Estado e pelo nacionalismo, enquanto o de Juscelino se concentra na atividade reformista e dinamizadora, porém, sem conseguir eliminar as desigualdades e distorções estruturais vigentes.

As massas surgem com a consolidação urbana industrial e, com elas, as decisões políticas não poderiam ser formuladas apartadas de seus interesses, por isso a importância da política de massas. O nacionalismo e a participação do Estado são elementos fundamentais para o controle e delimitação das condições de atuação das classes assalariadas.

Além disso, esta política de massas conseguiu chegar ao campo, pois ali as mudanças nas relações de produção também se fizeram sentir. O reflexo disso foi a Consolidação das Leis do Trabalho, a criação do Estatuto do Trabalhador Rural e o êxodo rural. A democracia populista, que propiciou a conciliação de interesses em benefício da industrialização e em nome do desenvolvimento nacionalista, controlou e utilizou a força política das classes assalariadas.

Neste sentido, segundo Ianni (1994), o governo Juscelino Kubitschek foi uma transição entre o modelo getulista e o modelo da ditadura pós-64. Assim, apenas um outro governo pautado no carisma de seu governante conseguiu plantar as sementes do colapso da ideologia getuliana e de seu populismo.

Dessa forma, no dia 1º de abril de 1964 configura-se o golpe de Estado pelo poder militar, tendo como bases de manobra a classe média, sempre vulnerável e dócil às soluções autoritárias, pois a massa operária atemoriza a massa de classe média. O golpe só foi efetivado graças a uma operação político-militar organizada em torno da ideia de combate ao comunismo e à corrupção.

Os militares surgem como forças decisivas, ao encaminhar, apressar e controlar o desenrolar dos acontecimentos. Isto porque o poder político e o militar fazem parte de um mesmo poder, ainda que em espaços diferenciados.

O golpe de 1º de abril de 1964 deu nova direção ao processo histórico nacional na medida em que encerrou o desenrolar de acontecimentos que levaram o Brasil a se reintegrar à civilização Ocidental econômica e politicamente.

A industrialização baseada na substituição de importações do padrão getuliano chegava ao fim para dar lugar à doutrina de interdependência baseada nas novas relações com o mundo capitalista, encabeçada pelos Estados Unidos.

O populismo nacional, segundo Cunha e Góes (1994) teve as seguintes características: “[...] foi revolucionário em 1930; bonapartista em 1937; nacionalista e anti-imperialista de 1950 a 1954; desenvolvimentista no final dos anos 1950; moralista em 1961; nacionalista e sindicalista até a sua queda em 1964”. (CUNHA; GÓES, 1994, p. 10)

A crise é política, econômica, educacional e social no contexto brasileiro na década de 1960. O país aglutinava interesses econômicos antagônicos, tais como: o latifúndio, imutável às demandas sociais; grupos interessados em defender a internacionalização do capital para assegurar o poder político contínuo, contrapondo-se à

s concessões à força do trabalho, potencializando as desigualdades e não a aliança de classes.

Nesse contexto, o movimento operário era vulnerável, principalmente pela sua dependência do Estado interventor em sindicatos; a crise social era latente e sem uma comunicação efetiva com as massas; no período, o campo estava na fase de organização dos seus trabalhadores em sindicatos rurais e na tentativa de defender seus interesses fortalecendo as Ligas Camponesas.

Sob a liderança dos nordestinos, o Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais, concebido como movimento social antes mesmo da legitimação dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais a partir de 13 de maio de 1962, passou a ganhar expressão nacional por meio de um persistente trabalho de formação de lideranças e de quadros técnicos desenvolvido pelas Federações Estaduais e Sindicatos de Trabalhadores Rurais. Esse trabalho conseguiu angariar a adesão da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado da Bahia, entre os anos de 1972 e 1973. A partir daí os sindicatos municipais tornaram-se bases de apoio às lutas dos trabalhadores, constituindo-se em espaços políticos efetivos. (NASCIMENTO, A., 2010, p. 25)

O surgimento do Movimento Sindical de Trabalhadores Rurais no contexto populista do final dos anos 1950 e início dos anos 1960, no Nordeste, quando foram conquistadas as primeiras cartas sindicais, em 13 de maio de 1962, na sessão de encerramento do I Congresso de Trabalhadores Rurais do Norte e Nordeste do Brasil, na cidade de Itabuna na Bahia, traduz o impacto da ação dos movimentos sociais nascidos fora da ordem estatal, a despeito do controle dos coronéis e da força policial.

O cenário na região Nordeste entre as décadas de 1940, 1950 e 1960 foi permeado de conflitos entre camponeses e latifundiários. A formação desses movimentos sociais colocou em questão a estrutura agrária existente no país, haja vista as barreiras impostas ao homem do campo ao tentar se organizar em associações, ou expressar seus interesses frente a um cenário em que predominavam os interesses dos grandes proprietários de terras.

As experiências mais determinantes e significativas na história da educação popular de pessoas jovens, adultas e idosas foram aquelas que nasceram e/ou vincularam-se aos movimentos sociais que conseguiram avanços na legitimidade dos direitos, especialmente neste período histórico, em que o ideal popular foi vigente e resistente, mesmo com as perseguições e tentativas de silenciamento e desmobilizações.

No início dos anos 1960, surgiram alguns dos movimentos mais expressivos de educação e cultura popular do Brasil: Movimento de Cultura Popular (MCP) em 1960, inicialmente implantado no Recife, depois estendido para outras cidades do Estado de Pernambuco.

O ano de 1961 foi significativo pela quantidade de movimentos ocorrendo concomitantemente: Campanha de Educação Popular da Paraíba (CEPLAR), Campanha *De pé no chão também se aprende a ler*, de Natal; Movimento de Educação de Base (MEB) ligado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil; Centro Popular de Cultura da UNE (CPC/UNE) que se desdobrou em vários CPC estaduais.

O discurso e a prática que uniram cultura e educação popular com a participação política floresceram em um Brasil recém-confrontado com a abertura democrática promovida pelo governo de Juscelino Kubitschek, que teve como meta o desenvolvimento econômico acelerado, marcado pelo populismo.

Nesse cenário, o I Encontro Nacional de Alfabetização e Cultura Popular, realizado em setembro de 1963, no Recife foi a culminância do grande processo de mobilização da sociedade civil brasileira.

Reuniu 200 delegados representantes de mais de 70 instituições e movimentos de alfabetização, cultura e educação popular, criados entre 1960 e 1963, em todos os estados do país.

Este encontro não só colaborou para a definição e implantação da Comissão Nacional de Cultura Popular, oficializada por meio de uma portaria do Ministro da

Educação e Cultura em 1964⁵, como influenciou as diretrizes do Plano Nacional de Alfabetização, elaborado no final de 1963 e lançado no início de 1964. Esse período foi considerado muito importante para educação de jovens e adultos.

Elevada agora à condição de relevante instrumento de ação política, pela prática educativa de refletir o social, a educação de adultos ia além das preocupações existentes com os aspectos pedagógicos do processo de ensino e aprendizagem, à medida que a tradicional relevância do exercício do direito de todo cidadão de ter acesso aos conhecimentos universais uniu-se à ação conscientizadora e organizativa de grupos e atores sociais.

O I Encontro Nacional de Alfabetização e Cultura Popular foi um marco na história dos movimentos de cultura e educação popular no Brasil. Legitimou uma nova compreensão do conceito e da importância da educação de jovens e adultos, que passou a ser vista como pré-condição para a participação plena de todos os indivíduos na vida nacional.

Tendo a cultura como alicerce, o modelo de educação de jovens e adultos defendido pelo MCP de Pernambuco serviu de pauta para os grupos e atores sociais e passou a ser reconhecido como um elemento de ação política.

Com seu compromisso explícito em favor das classes populares rurais e urbanas, essa pauta representou, sem dúvida, um avanço em relação às campanhas de erradicação do analfabetismo e de educação de adultos, até então propostas pelo poder público nas décadas de 1940 e 1950. O II Congresso, no qual se discutiram 120 teses, foi um momento de esperanças e retomada de esperanças, mesmo que sua base de sustentação estivesse fragilizada pelo legado de fracassos e ineficiência das experiências anteriores.

Seguindo a linha do tempo temos: a Agência Alfabetizadora Confessional, a Cruzada Nacional de Educação, 1932, a Bandeira Paulista de Alfabetização, 1933, a Cruzada de Educação de Adultos, 1947, o Serviço de Educação de Adultos, 1947, o I Congresso Nacional de Educação de Adultos, 1947, o Sistema Rádio-Educativo

⁵ O Ministro da Educação no governo João Goulart era o advogado carioca Paulo de Tarso Santos que ficou no período de 18 de junho a 21 de outubro de 1963. Paulo de Tarso lançou neste período o educador Paulo Freire no cenário nacional, dando-lhe o suporte para seu programa de conscientização, que compreendia a alfabetização de adultos, ressaltando-se que teve como chefe de sua assessoria o sociólogo Herbert de Souza, o Betinho. Com a ditadura militar foi obrigado a sair do país, permanecendo durante seis anos no Chile acompanhado de sua família. Paulo de Tarso foi o primeiro brasileiro exilado no Chile, e quem deu apoio aos brasileiros que também foram exilados naquele País: Paulo Freire, Almino Afonso, entre outros.

Nacional (SIRENA),1957, a Campanha de Educação de Adultos e Adolescentes, 1947-1954, a Campanha de Educação Rural, 1952-1959, a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo, 1958. (CUNHA; GÓES, 1994, p. 11)

Todas as experiências ressaltadas caracterizam-se por serem dirigidas a adultos analfabetos ou de baixa escolarização, apresentando em comum – quer se pretendam para a conservação, quer para transformação da sociedade – ações no âmbito da educação básica e da capacitação técnica para o trabalho.

Vale ressaltar que a ênfase e a compreensão do que seja cada uma das vertentes variam, quantitativa e qualitativamente, de acordo com as demandas e necessidades do momento histórico específico.

Conforme Soares e Fávero (2009) um marco dessa mudança foi a intervenção de Paulo Freire, representando a delegação de Pernambuco no II Congresso Nacional, como parte do seu relatório, sob o tema “A educação de adultos e as populações marginais: o problema dos mocambos”, recolocando em outros termos o problema do analfabetismo.

Consta nesse relatório a preocupação em rever a “inadaptação e transplantes” que agiram sobre o sistema educativo, para que pudessem ser adequados à nova realidade vivida; a preocupação de proporcionar ao homem um preparo técnico especializado, tirando-o da condição de “marginal” para a de participante do trabalho, da produção, do rendimento; denunciando a então vigente educação para e sobre o homem e defendendo a educação com o homem.

Segundo Soares e Fávero (2009), o relatório enfatizava a necessidade de planejamento dos cursos com os alunos, para que correspondessem à realidade existencial e ainda a preocupação com as metodologias e com o lugar a ser assumido pelos educadores e educandos.

Destaque-se o papel do MCP nesta história. Criado no dia 13 de maio de 1960, como uma instituição sem fins lucrativos, durante a primeira gestão de Miguel Arraes na Prefeitura do Recife, sua sede funcionava no Sítio da Trindade, antigo Arraial do Bom Jesus, localizado no bairro recifense de Casa Amarela.

O MCP recebeu diversas influências, principalmente de obras e autores franceses. Seu nome foi herdado do movimento francês *Peuple et Culture* (Povo e Cultura). Suas atividades iniciais eram orientadas, fundamentalmente, para conscientizar as massas por meio da alfabetização e da educação de base.

Era constituído por estudantes universitários, artistas e intelectuais e tinha como objetivo realizar uma ação comunitária de educação popular, a partir de uma pluralidade de perspectivas, com ênfase na cultura popular, além de formar uma consciência política e social nos trabalhadores, preparando-os para uma efetiva participação na vida política do país.

Como uma das propostas básicas do MCP era a educação de adultos, em setembro de 1961 foram criadas escolas de rádio que visavam suprir esse segmento educacional bastante carente. Essas experiências evoluíram no sentido da organização de grupos populares articulados aos sindicatos e outros movimentos sociais.

No Brasil, a educação de adultos como tema de política educacional constituiu-se a partir dos anos 1940. Em 1962, professores e intelectuais organizaram uma cartilha intitulada Livro de Leitura para Adultos, ou Cartilha do MCP para a alfabetização de adultos.

Embaladas pela efervescência política e cultural do período, professavam a necessidade de realizar uma educação de adultos crítica, voltada à transformação social, à participação e emancipação humana e não apenas à adaptação e/ou regulação da população a processos de modernização conduzidos por forças externas.

Essa tendência expressou-se em várias ações e programas governamentais, nos anos 1940 e 1950. Os programas radiofônicos eram transmitidos pelas rádios Clube de Pernambuco e Continental. De acordo com Fávero (2006, p. 51):

Esses movimentos, nascidos todos no mesmo período, operam um salto qualitativo em relação às campanhas e mobilizações governamentais contra o analfabetismo de jovens e adultos ou de educação rural da década de 1950. São propostas qualitativamente diferentes das ações anteriores. E o que as fazia radicalmente diferentes das ações anteriores era o compromisso explicitamente assumido em favor das classes populares urbanas e rurais, assim como o fato de orientarem sua ação educativa para uma ação política.

A menção à necessidade de oferecer educação aos adultos já aparecia em textos normativos anteriores, mas começa a tomar corpo, em iniciativas concretas, a preocupação de oferecer os benefícios da escolarização a amplas camadas da população, até então excluídas da escola.

No início dos anos 1960, o trabalho de Paulo Freire passou a direcionar diversas experiências de educação de adultos organizadas por distintos atores, com graus variados de ligação com o aparato governamental.

Neste período, a educação de base era compreendida como o mínimo indispensável de conhecimentos teórico-práticos, fundamentais e necessários às populações pobres das regiões consideradas “atrasadas” para que as mesmas pudessem caminhar em direção ao propagado “desenvolvimento”. Esses conhecimentos eram definidos em termos das necessidades individuais, entretanto, eram trabalhados como questão da coletividade.

Vale ressaltar que a educação de base fazia parte do ideário da Unesco, em seus programas de educação para os povos chamados subdesenvolvidos, e havia sido introduzida no Brasil a partir de 1947 pela Campanha Nacional de Educação de Adolescentes e Adultos (CNAA) e pela Campanha Nacional de Educação Rural (CNER), criada pelo Ministério de Educação e Saúde em 1952, ambas com atuação significativa até meados da década de 1950.

O último dos programas de corte nacional desse ciclo que o Ministério da Educação organizou foi o Programa Nacional de Alfabetização de Adultos, 1964, cujo planejamento incorporou largamente as orientações de Paulo Freire que estava à frente do Programa no Ministério. Essa e outras experiências acabaram por desaparecer ou desestruturar-se sob a violenta repressão dos governos do ciclo militar, iniciado naquele mesmo ano.

No Brasil, nos anos de 1970 e 1980, as ONG cidadãos e militantes estiveram por detrás da maioria dos movimentos sociais populares urbanos que delinearam um cenário de participação da sociedade civil, trazendo para a cena política novos personagens, contribuindo decisivamente para a queda do regime militar e para a transição democrática no país. As ONG contribuíram para a reconstrução do conceito de “sociedade civil”, termo originário do liberalismo, que adquire novos significados, menos centrados na questão do indivíduo e mais direcionados para os direitos de grupos. (GOHN, 2005b)

O fechamento político e institucional, que caracterizou a conjuntura brasileira nos anos 1970, não foi capaz de impedir completamente que sobrevivessem ou emergissem ações educativas voltadas à alfabetização e pós-alfabetização enraizados na concepção freireana. Essas foram acolhidas, frequentemente, em

diferentes espaços de aprendizagens, tais como: igrejas, associações de moradores, organizações de base local e outros espaços comunitários.

Tais iniciativas experimentaram propostas de alfabetização e pós-alfabetização de adultos que se fundamentavam em uma concepção de EP, impulsionando a busca de uma adequação de metodologias e conteúdos às características etárias e de classe dos educandos e dando ênfase ao processo de conscientização e libertação dos sujeitos.

Freire alerta que essa tomada de consciência ainda não é a conscientização propriamente dita, pois esta só surge por meio da análise crítica e implica certo distanciamento/estranhamento dessa mesma realidade; suscita uma ação reflexiva, implica práxis.

A conscientização está evidentemente ligada à utopia, implica em utopia. Quanto mais conscientizados nos tornamos, mais capacitados estamos para ser anunciadores e denunciadores, graças ao compromisso que assumimos. (FREIRE, 1980, p. 28)

A conscientização é, portanto, o desenvolvimento crítico da tomada de consciência; é a consciência que se aprofunda via imersão reflexiva na realidade de si, do outro, do mundo, em um processo dialético, complexo e transformador.

A conscientização não está baseada sobre a consciência, de um lado, e o mundo, de outro: não pretende uma separação. Ao contrário, está baseada na relação consciência-mundo e vice versa.

Para Paulo Freire, a conscientização não significa um ato mecânico, instantâneo, de tomada de consciência da realidade. Ela é um processo construído por momentos nos quais se caminha do nível espontâneo e ingênuo para uma tomada de consciência à medida que se aproxima da realidade concreta e dinâmica. O sentido da práxis educativa popular está na intrínseca relação entre teoria e prática da educação, que se realiza a partir do diálogo entre os sujeitos envolvidos.

É por meio das discussões e debates que as visões de mundo, de homem, e sociedade se manifestam e podem ser questionadas e confrontadas, abrindo espaço para um novo conhecimento que leve a uma nova ação e a uma nova realidade. “Não se trata de um diálogo como mera ‘troca de palavras’, mas de uma relação que se funda na capacidade de ouvir, questionar e de provocar a uma nova práxis, não

imposta ou 'repassada', mas construída por essa relação dialógica". (GROPPO; COUTINHO, 2013, p. 24)

A concepção pedagógica que então se fomentava e materializava, enfatizava a centralidade do diálogo como princípio educativo e fundante. Os educandos adultos eram considerados sujeitos e protagonistas do processo de ensino e aprendizagem, de produção de cultura e de transformação do mundo. Nesta perspectiva, a educação era construída com os sujeitos e não para eles.

Vale ressaltar que a concepção freireana era moderna e avançada para sua época, pois ela dava grande ênfase aos processos comunicativos. Este tema entrou para a agenda corrente contemporânea, entre a comunidade dos acadêmicos e dos planejadores públicos, como "obrigatório" apenas nos anos 1980, dado o avanço dos meios de comunicação e o papel da mídia.

Pesquisar a emergência dos movimentos de educação e cultura popular, ao longo da história brasileira e também da América Latina, permite compreender sua importância e suas implicações para a definição das especificidades, complexidades e desafios da educação de pessoas jovens, adultas e idosas, especialmente para os sujeitos do campo.

2.1.2 Os Movimentos Sociais Populares do Campo: espaço de participação e intervenção social

Os movimentos sociais populares do campo têm consolidado sua participação ativa e efetiva nas lutas que envolvem o direito à educação, além da conquista da terra, a valorização da cultura camponesa, o fortalecimento da agricultura familiar e o monitoramento e avaliação das políticas públicas relacionadas à vida dos camponeses, buscando afirmá-los como protagonistas, mesmo com os entraves impostos pelo aumento da pobreza, da concentração fundiária e a persistência das desigualdades sociais e econômicas no país.

Por isso, discursos e debates no cenário da educação para os povos do campo salientam a condição indispensável de a escola estar no campo e atender as especificidades e as diversidades de agricultores familiares, de extrativistas, de pescadores artesanais, de ribeirinhos, de assentados e de acampados da reforma agrária, assim como de trabalhadores assalariados rurais, de quilombolas, de

caixaras, de povos da floresta, de caboclos e de outros que produzem condições materiais de existência no campo.

A realidade vivenciada pelos sujeitos nas escolas existentes no campo denuncia grandes desafios a serem enfrentados para que sejam cumpridos os marcos operacionais anunciados nas legislações educacionais que definem os parâmetros de qualidade do ensino público conquistados com as lutas dos movimentos sociais populares do campo. (HAGE, 2006, p. 305)

Nesse contexto, tem-se reconhecido o papel relevante e necessário da educação para materialização do desenvolvimento em suas múltiplas dimensões, desde que imbricada à implementação de um conjunto de políticas públicas, que de forma integrada fortaleça os sistemas produtivos locais e da governança local, gerando trabalho e renda, e construindo a gestão participativa com suas estratégias de exercício do poder.

Todavia, o campo não é constituído exclusivamente por sujeitos vinculados a movimentos sociais e a outras formas de organização. Ou seja, nem todos os que habitam a terra estão política e socialmente organizados, situação que dificulta o combate, o entendimento, a reivindicação e a disposição para enfrentar desafios políticos e tornar a luta pedagogicamente conscientizadora e também educadora.

Assumir o legado da EP para a construção de práticas pedagógicas emancipatórias na educação de jovens adultos e idosos é fundamental para assegurar a interlocução e parceria nos diversos espaços educativos, principalmente na educação pública para sujeitos que vivem no campo.

A garantia de instâncias de diálogo mais propositivas com os sujeitos destes diferentes segmentos contribuirá para superar a pulverização, a desarticulação e a fragmentação das ações que se materializam continuamente.

As universidades e os centros de pesquisa e de formação assumem, neste momento, espaço fértil para desenvolver pesquisas, reflexão teórica e práxis no campo fértil da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Espaço este de fomentação, socialização e engajamento. Segundo Arroyo (2005, p. 20), “Este pode ser um ponto promissor na reconfiguração da EJA: as universidades em suas funções de ensino, pesquisa e extensão se voltam para a educação de jovens e adultos.”

No enfrentamento dos problemas da qualidade da EJA, há consenso de que as universidades muito têm a construir nos campos de formação e aperfeiçoamento

dos educadores, assessoramento dos sistemas de ensino, elaboração de materiais educativos e na pesquisa educacional.

Mesmo diante do desafio de tantos objetos a compreender, e da entrada em cena, há poucos anos, de pesquisadores que se colocaram como artífices desses conhecimentos, a produção acadêmica existente no campo da EJA contribui para transformá-la num espaço de fomentação, socialização e engajamento.

Diversas instituições de ensino superior já vêm oferecendo contribuições nos âmbitos da assessoria, formação de professores, implementação de projetos e da pesquisa, que se identifica na relevante produção acadêmica articulada em torno da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), e como também se observa nos diversos documentos produzidos nesse âmbito com vista a intervir no debate sobre as políticas públicas. No Brasil, os avanços importantes no campo da educação de pessoas jovens, adultas e idosas trazem esperanças para o protagonismo desses sujeitos e do próprio campo da EJA.

2.2 MOVIMENTOS SOCIAIS POPULARES DO TERRITÓRIO DO SISAL: ESPAÇOS DE LUTAS E APRENDIZAGENS

Historicamente muitas crianças e jovens sisaleiros não tiveram a oportunidade de acesso à educação escolar e hoje são adultos e idosos herdeiros de um legado de privações e desigualdades. Entretanto, demonstram através das trajetórias de vida, da organização, militância e mobilização, as estratégias de luta e resistência.

As mulheres e homens sofreram com a homogeneização da política educacional e fundiária que não os considerava como sujeitos, e nem contribuíam com suas necessidades, tampouco para o desenvolvimento local. Muitos sisaleiros tiveram seus direitos à terra, ao trabalho, segurança, à saúde e à educação negados.

Diferentes movimentos sociais atuam efetivamente na busca de garantia dos direitos da população sisaleira. Eles se configuram como espaços fundamentais de participação e intervenção social. A história dos municípios do Território do Sisal é marcada por forte participação de movimentos sociais, populares, sindicais e organizações sociais, como as Comunidades Eclesiais de Base (CEB), a Associação

de Desenvolvimento Solidário e Sustentável da Região Sisaleira (APAEB), o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR), a Fundação de Apoio aos/as Trabalhadores/as Rurais, Agricultores/as Familiares da Região do Sisal e Semiárido da Bahia (FATRES), o Movimento de Organização Comunitária (MOC) e tantos outros movimentos sociais populares que fazem parte do legado de lutas, resistências e conquistas dos sisaleiros.

2.2.1 As Comunidades Eclesiais de Base (CEB's): semeando a fé e a luta

As Comunidades Eclesiais de Base (CEB's) com a atuação nas cidades em paróquias e no campo em capelas desenvolvem ações diretamente no cotidiano das comunidades. Compartilham os problemas de sobrevivência, de moradia, de acesso à terra, à saúde, à educação, de luta por melhores condições de vida e de anseios e esperanças. As primeiras CEB's surgiram por volta da década de 1960.

Nos municípios do Território do Sisal, suas influências nas comunidades rurais deixou um legado de lutas e organização, pois enfatizava a partir das ações desenvolvidas uma caminhada para tomar consciência da situação social e política, através da Educação Popular e das ideias freireanas de alfabetização de adultos, executavam uma metodologia que fortalecia a cultura popular e que levava da conscientização à ação, problematizando a vida.

Os agentes pastorais contribuíam para que as pessoas fossem os próprios sujeitos da sua história e pudessem transformá-la. As ações e atividades com os sujeitos sisaleiros ocorriam a partir de palestras, debates, cartazes, cartilhas, dramatizações e dinâmica de grupos. Os temas envolviam o cotidiano, a saúde, a ordem dominante vigente, a expropriação da terra e a exploração do trabalho na lavoura do sisal e indústria.

Muitas lideranças e representantes de movimentos sociais populares sisaleiros foram formados e iniciaram sua militância nas ações do CEB's. Assim, se tornaram herdeiros deste legado e continuam engajados e buscam a garantia e conquistas de direitos.

2.2.2 Movimento de Organização Comunitária (MOC): na luta por um Sertão Justo!

A presença do Movimento de Organização Comunitária (MOC) faz parte da história de luta e intervenção social nos municípios do Território do Sisal. Criado pela parceria entre a Diocese de Feira de Santana e a Federação de Assistência Social e Educacional (FASE), do Rio de Janeiro, sob a responsabilidade do então Padre Antônio Albertino Carneiro, que teve seus trabalhos iniciados em 27 de outubro de 1967.

O MOC é uma associação sem fins lucrativos, reconhecido como filantrópica pelo Conselho Nacional de Assistência Social, reconhecido de utilidade pública municipal, estadual e federal e membro de vários conselhos tanto em nível nacional quanto em nível estadual.

Conforme Carneiro⁶, o MOC nasceu com o compromisso com o pobre e busca parcerias que contribuam semeando esperança. Essa experiência e compromisso passaram por muitas mãos, comprometeu muitas vidas, convocou muitos parceiros e continua até hoje, mudando de ênfase, mas com a mesma opção pelos pobres. Por ter nascido num período em que o regime militar se fortalecia, muitos desconfiavam do MOC, viam como “Movimento de Organização Comunista”; outros como “Movimento Operário Comunista”.

Em meados de 1970, já com razoável penetração nas comunidades rurais e refletindo melhor sua prática, o MOC se insere no campo da Educação Popular, além da inserção no campo do sindicalismo rural, fomentando e apoiando os trabalhadores com vista à conquista da direção das entidades sindicais e renovação das suas ações, enfatizando especialmente a questão econômica dos agricultores familiares e a luta pela terra.

Nesta época o MOC também se defronta com um conflito de terra na Fazenda Candéal, próxima à comunidade de Matinha, no município de Feira de Santana que resultou no assassinato de um trabalhador rural, Joaquim dos Santos, em 1975.

O confronto com a questão da terra e o ingresso na área rural vão mudar essencialmente as perspectivas do MOC. Possibilitou um processo de avaliação

⁶ Antônio Albertino Carneiro é professor, filósofo e ex-padre. Nasceu em Riachão do Jacuípe /BA, continua ainda envolvido nas lutas sociais. As informações inseridas no texto foram obtidas através de entrevista realizada em Feira de Santana em 2013 e da análise de publicações sobre o MOC.

sobre o papel do sindicato de trabalhadores, pois este não assumia a defesa dos seus associados e se colocava a serviço dos interesses dos fazendeiros. “É assim que os trabalhadores rurais investiram na busca do controle da entidade, assumindo a sua direção. Neste processo de trabalho destaca-se também a atuação da pastoral rural, com papel importante na luta sindical”. (MOC..., 2007, p.14)

Conforme Menezes⁷, “quem deseja conhecer o sisal é preciso primeiro conhecer o MOC”. Nesta época, a discriminação da mulher era ainda mais violenta, embora trabalhadora rural, não era permitido o direito de filiar-se ao sindicato o que possibilitou, também, um conjunto de discussões e reflexões que resultaram, mais tarde, na criação do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais.

Um dos desafios atuais é buscar estratégias e ações de apoio à organização das mulheres trabalhadoras rurais para que possam ocupar espaços na sociedade e interferir em políticas públicas afirmativas e de geração de renda para mulheres.

Em 1980 o MOC realizava muitos encontros de troca de experiências entre as comunidades rurais dos vários municípios. Nesse processo, entra em cena uma nova vertente: a discussão dos problemas econômicos dos agricultores familiares, especialmente, aqueles que se manifestavam no dia a dia: a exploração no processo de comercialização dos produtos dos agricultores.

A compreensão sobre a “perversa” inflação, os juros que eram cobrados e as dificuldades de mercado provocaram adoção de iniciativas mais abrangentes voltadas para a busca de soluções coletivas: a fundação da Associação dos Pequenos Agricultores do Estado da Bahia (APAEB) que tinha o propósito de ajudar os pequenos agricultores e agricultoras familiares a se organizar, melhorar a produção e conquistar os espaços de comercialização. Esse trabalho se intensificou nos municípios de Feira de Santana, Serrinha, Anguera, Araci, Santa Bárbara, Ichu e Valente.

Assim como os sindicatos dos trabalhadores rurais dos municípios, as APAEBs foram fundamentais para a implementação das políticas públicas no campo e para assessorar os agricultores e agricultoras familiares. O MOC fez parte desse processo, assim como outros movimentos populares.

⁷ Teresinha Dantas de Menezes é socióloga e educadora popular, atuou na década de 1970 e também em 1990 no MOC, desenvolveu várias ações, especialmente na luta para transformar o sindicato em espaço dos trabalhadores e a serviço deles, contribuiu muito no Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais nos municípios sisaleiros. As informações inseridas no texto foram obtidas através de entrevista realizada em Feira de Santana em 2013 e da análise de publicações sobre o MOC.

Outras conquistas, que podem ser destacadas ao longo da trajetória de trabalho do MOC são a criação das cooperativas de crédito para atender as necessidades dos agricultores e agricultoras familiares. Criadas a partir dos fundos rotativos de crédito (um fundo para pequenos empréstimos), já em meados da década de 1990, as cooperativas permitiram aos agricultores e agricultoras familiares acessarem linhas de crédito para melhorar a sua produção.

Nesta mesma década ocorre a inserção do MOC na educação do campo. Iniciado em 1987, o programa de Alfabetização de Jovens e Adultos vê sua estrutura e funcionamento se esvaír pela presença de várias ações governamentais que objetivavam os mesmos resultados.

Assim gradativamente vai sendo substituído pelo CAT – Conhecer, Analisar e Transformar – processo que marca a entrada do MOC na qualificação dos professores das escolas públicas municipais, especialmente as rurais. Ação que envolve o trabalho de parceria com prefeituras municipais e a Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS).

A partir de 1996 o MOC foi convidado a assumir uma parceria no combate ao trabalho infantil através do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), especialmente na Região Sisaleira, onde crianças eram submetidas ao trabalho explorador e de alto risco, prejudicando a vida, sacrificando a escola, tendo violados e ceifados seus direitos de ser criança. Esse trabalho gerou um conjunto de mobilizações e permitiu a possibilidade de convivência, embora não realizada sem conflitos e divergências, entre os movimentos sociais e os poderes públicos municipais.

A Educação do Campo (EC), na sua tríplice forma de Jornada Ampliada, CAT e Baú de Leitura, busca materializar-se como uma política de educação integral. Ainda sob a influência do PETI, através das ações da Jornada ampliada e Baú de Leitura, torna-se uma referência regional, especialmente no Território do Sisal. O desafio é torná-la cada vez mais uma política pública de educação e cada vez menos um projeto.

A atuação do MOC se materializa por meio de programas, nos quais se concretizam as linhas estratégicas da instituição. Todos eles estão voltados para a formação de pessoas/lideranças, fortalecimento de organizações/instituições populares e a interferência em espaços onde se dão a construção, elaboração e controle social de políticas públicas, “[...] nosso papel preponderante é apoiar,

instigar, questionar, ajudar. Os agricultores e as agricultoras, os grupos, as organizações é que são os protagonistas.” (MOC..., 2007, p. 29)

2.2.3 Núcleo de Educação Popular do Sertão da Bahia (NEPSBA): espaço de empoderamento e intervenção social

Outro espaço de participação social que atua nos municípios sisaleiros é o Núcleo de Educação Popular do Sertão da Bahia (NEPSBA), a articulação de educadores e educadoras comprometidos com as lutas dos movimentos sociais populares que intervêm no Nordeste brasileiro. No sentido de ampliar as possibilidades de ação e inter-relação entre eles criou-se a Rede de Educadores Populares do Nordeste.

Na Bahia atuam por meio do NEPSBA no Território do Sisal e Jacuípe. Em cada estado há um núcleo, organizado diferenciadamente, de acordo com a realidade local e uma coordenação estadual, encarregada de dinamizar e multiplicar a ação formativa, na capital e, em alguns estados, no interior.

O trabalho desenvolvido pelos educadores da Rede de Educadores Populares do Nordeste tem o apoio político-pedagógico, organizativo e financeiro da Escola de Formação Quilombo dos Palmares (EQUIP), entidade da sociedade civil sem fins lucrativos surgida na década de 1980, autônoma, de abrangência regional, atuando nos nove estados do Nordeste brasileiro que tem como objetivo contribuir para a consolidação dos movimentos populares e movimento sindical, no sentido de estes se capacitarem para construir e disputar políticas alternativas ao modelo de desenvolvimento, que vem excluindo a maioria da população brasileira.

Fundada em julho de 1988, a Escola de Formação Quilombo dos Palmares (EQUIP) é fruto do amadurecimento e da organização dos movimentos sindical e popular do Nordeste, durante as décadas de 1970 e 1980. Sua história está entrelaçada com as histórias de luta e resistência de lideranças sindicais e populares nordestinas.

A EQUIP é uma organização não governamental que investe em ações formativas e no intercâmbio e sistematização de experiências de educação popular. Tem como proposta disseminar a educação popular, dando ênfase à capacitação metodológica de movimentos e organizações populares.

Sua formação tem a preocupação de incorporar todas as dimensões da vida. Procura potencializar o gosto e o respeito pela igualdade, liberdade e solidariedade nas relações de gênero, etnia e entre gerações.

Conforme Moura⁸, em 1999, quatorze pessoas dos municípios de Valente, Santa Luz, Queimadas, Quijingue e Retirolândia participaram do conjunto de atividades da Rede. Estas pessoas representavam diferentes segmentos do Território do Sisal. Neste mesmo ano, realizou-se o I Seminário Regional de Juventude, que contou com a parceria da APAEB, Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) e Fórum da Cidadania.

A parceria entre essas entidades não ocorreu, inicialmente, de forma oficializada. Na continuidade, ocorreu uma reunião entre um representante da Rede/EQUIP e dirigentes da APAEB para discutir a parceria e firmar algumas atividades. Em 2000, foi inserida no planejamento da Rede a realização do II Seminário Regional de Juventude.

Muitas conquistas ocorreram após esses seminários. Em Valente foi criado um programa de rádio intitulado “Nas Ondas do Rádio”; também os jovens se organizaram para a criação de grupos de estudos e debates sobre a realidade da juventude no Território do Sisal.

No município de Santa Luz foi criado o Departamento de Jovens do Sindicato dos Trabalhadores Rurais; em Retirolândia ocorreu o incentivo para as cooperativas e o município de Quijingue colocou na pauta de debates a questão de gênero e da juventude.

Com esse trabalho surge o Núcleo da Rede de Jovens do Território do Sisal com a mesma proposta política e metodológica da Educação Popular, mas com programa, agenda e demandas próprias estimulando a participação de novos jovens.

A atual estrutura e funcionamento do NEPSBA, conta com integrantes vinculados aos vários segmentos e entidades que fazem parte do Território do Sisal: representantes do STR, Coletivo de Jovens, Cooperativa dos Agricultores Familiares e Grupos de Empreendimentos Solidários (COOAFES), Departamento de Mulheres, Departamento de Educação do Campo, Pastoral da Criança, Secretaria de Agricultura, Associação Comunitária, professores, alunos, associado/a da EQUIP e o

⁸ Maria Cristina Moura Santos é professora e integrante da Rede de Educadores Populares do Nordeste/ Articuladora do NEPSBA e associada da EQUIP. As informações inseridas no texto foram obtidas através da análise do memorial elaborado pela professora e entrevista realizada em Valente, 2013.

Revolution Reggae.

As reuniões são itinerantes e ocorrem nos espaços onde os integrantes atuam. O Núcleo ao longo do tempo vem passando por mudanças, desde o nome até pessoas, estrutura, parceiros, temáticas, demandas. Mas, o fazer educativo permanece na perspectiva de um mundo melhor, de uma educação libertadora e transformadora.

A ênfase do NEPSBA é na educação libertadora pelo empoderamento das mulheres e homens sisaleiros, formando pessoas que participem da gestão pública e ingressem nas universidades. As experiências desenvolvidas pelo NEPSBA subsidiam para a melhoria da prática educativa, além de contribuir com a ampliação dos conhecimentos dos sujeitos.

Alguns limites e entraves são apontados pela coordenação do NEPSBA para a materialização das ações: falta de disponibilidade de agenda dos integrantes; excesso de atividades nas entidades e órgãos que os integrantes trabalham; a fragilidade na comunicação entre os integrantes além da falta de recursos financeiros.

Mas também se reconhece o fortalecimento do trabalho coletivo, a articulação entre os jovens, o diálogo permanente com outros sujeitos e espaços, a partilha de experiência e conhecimentos através de oficinas, o aprendizado numa perspectiva que vê e concebe a educação como instrumento de conscientização e transformação da realidade nordestina e especificamente sisaleira.

2.2.4 Associação Cultural e Beneficente *Revolution Reggae*: espaço da resistência negra sisaleira

Em 2003, estudantes negros de uma escola pública de Conceição do Coité decidem formar um grupo de *reggae*, após serem discriminados dentro do espaço escolar porque desejavam ouvir músicas.

Em 7 de setembro de 2006 surge oficialmente a Associação Cultural e Beneficente *Revolution Reggae*, oficialmente no bairro Nova Esperança, localizado na periferia da cidade. Ao longo dos anos vem se constituindo num espaço de luta e da resistência negra no contexto sisaleiro.

Diante das desigualdades e discriminações, o *Revolution Reggae* combate o racismo e as práticas de discriminação e preconceito, especialmente contra a juventude sisaleira. O desejo de contribuir para uma sociedade mais solidária e democrática configura um dos objetivos desta entidade.

Conforme Lima⁹, a organização comunitária é enfatizada na materialização das ações, principalmente as vinculadas à educação popular de jovens, adultos e idosos negros que são discriminados e explorados. A estrutura e funcionamento do *Revolution Reggae* tem participação popular significativa.

A maioria dos associados é formada de jovens com idade entre 16 e 29 anos, que através do *reggae* expressam sua luta e resistência diante da opressão e do desrespeito. Os associados — estudantes de escolas públicas estaduais e municipais — e trabalhadores rurais, desempregados e oriundos dos bairros periféricos e dos povoados se unem na luta em favor da igualdade e garantia de direitos.

A entidade promove palestras, seminários, debates entre os associados e diversos segmentos: universidade, sindicatos, poder público local, entre outros. Por meio do diálogo e de parcerias vem conquistando visibilidade no Território do Sisal.

Vale ressaltar que o *Revolution Reggae* possui ramificações nos municípios de Valente e Ichu, além de atividades desenvolvidas no povoado de Almas e no Assentamento Nova Palmares.

Essas ações promovem o envolvimento dos sujeitos de forma ativa e participativa, especialmente nas atividades relacionadas ao *reggae* e a outras manifestações da cultura negra.

Uma conquista da entidade foi formar um bloco carnavalesco, para que as pessoas se divertissem gratuitamente. Atualmente, o maior desafio da entidade é conseguir financiamento para a manutenção da sede, onde são planejadas e implementadas ações que buscam assegurar o protagonismo das mulheres e homens sisaleiros.

⁹ Alexandre Nascimento Lima, conhecido como “Xande Revolution” é militante de Movimento Negro Social *Revolution Reggae* e chefe do Departamento de Igualdade Racial do Município de Conceição do Coité. As informações inseridas no texto foram obtidas através de entrevista realizada em Conceição do Coité, 2013.

2.2.5 Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (SINTRAF): “semeando sonhos... cultivando direitos”

Criado no dia 2 de fevereiro de 1969 no município de Conceição do Coité, o Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura Familiar (SINTRAF), inicialmente denominado como Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR), nasce como instrumento de luta em defesa dos trabalhadores rurais. Sua trajetória é caracterizada pela atuação coletiva.

Em 1986, junto com outros sindicatos do Território do Sisal, inicia um processo de organização regional em torno da luta pelo acesso à terra, período marcado pelas primeiras ocupações de terra na região; concomitantemente havia também a luta para garantir direitos previdenciários para os trabalhadores sisaleiros, especialmente para os trabalhadores mutilados na lavoura do sisal.

Outro problema enfrentado na luta do sindicato foi combater o trabalho infantil de crianças e adolescentes que eram explorados e tratados de forma desumana nos campos do sisal e nas pedreiras. Em parceria com o governo, instituições e organizações da região, a exemplo do MOC, assume também a responsabilidade pelo PETI.

Um fator importante que justificou a criação do sindicato foi o de possibilitar aos associados e também aos seus filhos uma educação que atendesse as suas necessidades. Segundo Carvalho¹⁰, o sindicato era denominado “casa dos analfabetos” e hoje possui vários diretores que estão cursando o nível superior e outros até já o concluíram. O movimento social defende o diálogo necessário entre conhecimento acadêmico e os saberes locais.

Em 1986, após um processo de discussão sobre uma nova alternativa de organização e mobilização sindical na região, transforma o Polo Sindical na Fundação de Apoio aos/as Trabalhadores/as Rurais, Agricultores/as Familiares da Região do Sisal e Semiárido da Bahia (FATRES), que atualmente se configura como uma iniciativa que busca soluções coletivas em prol dos sujeitos do campo.

¹⁰ Urbano Carvalho é presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura Familiar de Conceição do Coité e assentado de Nova Palmares; as informações inseridas no texto foram concedidas a partir de entrevista realizada em Conceição do Coité em 2013 e 2014.

No campo da ação educativa o sindicato conseguiu através de lutas inserir no município programas e projetos de alfabetização de jovens e adultos, visto que muitos trabalhadores sisaleiros não tiveram acesso à educação escolar.

Em 2007, o sindicato institucionaliza o Departamento de Educação do Campo, com o objetivo de buscar parcerias que venham a fortalecer, viabilizar e implementar projetos e programas educativos, atendendo as necessidades dos jovens, adultos e idosos sisaleiros. Enfim, mulheres e homens que tiveram na infância seus direitos e sonhos ceifados.

2.2.6 Fórum Regional de Educação de Jovens e Adultos (EJA) do Território do Sisal: campo político, de lutas, direitos de mulheres e homens de fibra

Os Fóruns de EJA são espaços que tiveram origem das redes construídas nos anos de 1970 e 1980 e eles contribuem significativamente para o debate e luta pelos direitos. Eles passaram a ser um novo espaço promissor na luta de consolidar a educação de pessoas jovens, adultas e idosas como um campo de responsabilidade pública.

Desde o VI Encontro Estadual do Fórum de EJA da Bahia, que aconteceu entre 30 e 31 de julho de 2007, no Instituto Anísio Teixeira (IAT), diversos segmentos presentes neste encontro pertenciam ao Território do Sisal e movidos por desejo e necessidade decidiram organizar e sistematizar o Pré-Fórum Regional de EJA do Território do Sisal.

Um dos grandes desafios foi superar a fragmentação e pulverização de informações. Uma das primeiras ações tomadas nas reuniões do Pré-Fórum foi constituir uma comissão para estabelecer diálogo e parceria com os municípios sisaleiros.

Em 13 de junho de 2008, foi implantado o Fórum Regional de EJA do Território do Sisal. O local foi a UNEB, Campus XIV. Estiveram presentes representantes de diversos segmentos dos municípios de Conceição do Coité, Santa Luz, São Domingos, Serrinha, Quijingue, Valente, Ichu, Retirolândia, Queimadas e Nordestina. A presença dos movimentos sociais, poder público, educandos e educadores da EJA, gestores e a sociedade civil fortaleceram o caráter democrático ao encontro.

Desde o ano de 2008, o Fórum Regional de EJA do Sisal aponta novas possibilidades e novos caminhos para a educação de pessoas jovens, adultas e idosas nos municípios do Território do Sisal, inovando na sua forma de atuar, promovendo debates, encontros e atividades, sempre afirmando seu caráter itinerante e dinâmico.

O Fórum EJA Sisal se constitui como espaço público, permanente, não estatal e não institucional de articulação de entidades públicas, privadas e do terceiro setor. Apresenta caráter regional, participação aberta e representação por entidade coletiva; constituído e organizado por segmentos, possui uma direção colegiada. Na pauta de reivindicações e luta, está a defesa da educação e aprendizagens de jovens, adultos e idosos como um direito humano que se efetiva ao longo da vida.

Um dos desafios é construir e fortalecer uma rede de parcerias no contexto da educação de jovens, adultos e idosos no Território do Sisal, entretanto consegue desenvolver ações que contribuem para maior aproximação de entidades, segmentos e pessoas que atuam, direta e indiretamente, na EJA.

A parceria do Fórum Regional de EJA Sisal com a Universidade do Estado da Bahia (UNEB) vem desenvolvendo e materializando, no contexto do ensino, pesquisa e extensão, ações que potencializam e reconfiguram a formação docente inicial e continuada na EJA no cenário educacional do Território do Sisal. Participam profissionais das escolas públicas municipais e estaduais, movimentos sociais, movimentos populares, movimentos sindicais e organizações que atuam com pessoas jovens, adultas e idosas. A finalidade do curso organizado foi deslocar a formação docente da EJA da invisibilidade ao protagonismo.

Além do curso itinerante no contexto da EJA no Território do Sisal, existem ainda ações do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), intitulado: “Educação de Jovens e Adultos: novos caminhos para uma escola solidária”. A proposta fez a inserção de 20 (vinte) bolsistas graduandos de Licenciatura em Letras, desenvolvendo ações de ensino e pesquisa em classes de EJA, junto aos gestores, professores e alunos nas escolas públicas do município de Conceição do Coité.

Atualmente, com a aprovação do Observatório de EJA do Sisal (OBEJA/Sisal), vinculado ao PPGEduC/UNEB, constituiu-se a possibilidade de fazer um diagnóstico da EJA no contexto dos municípios sisaleiros, o que representa uma conquista de luta do Fórum de EJA do Sisal. As ações desenvolvidas em torno da

educação de pessoas jovens, adultas e idosas nos municípios sisaleiros com o *campus* XIV contribuem para estimular outras parcerias nos demais *campi* da UNEB.

Ações significativas são desenvolvidas e promovidas pelo Fórum EJA Sisal, por exemplo: a EXPOEJA, exposição dos talentos (música, artesanato, poesias, saraus, cordéis e danças) dos sujeitos da EJA; Café com os Prefeitos e Secretários de Educação dos municípios sisaleiros, forma de mobilização e sensibilização junto ao poder público; reuniões e troca de experiências com os movimentos sociais locais.

O Fórum EJA Sisal tem participação nas reuniões da União dos Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME) do polo do Território do Sisal e, também, no Conselho Regional de Desenvolvimento Rural Sustentável da Região Sisaleira do Estado da Bahia (CODES SISAL).

O Fórum Regional de EJA do Território do Sisal constitui um espaço político, de lutas, direitos e responsabilidades, reconhece as potencialidades dos homens e mulheres de fibra que são sujeitos da EJA, nos municípios do Território do Sisal.

A interlocução entre o Estado, a Universidade e a Educação Básica com os movimentos sociais, sindicais e populares oferece caminhos promissores e necessários para materializar a educação de pessoas jovens, adultas e idosas comprometida com a participação e transformação social.

No panorama da EJA, esses espaços configuram-se permanentemente como espaços altamente potencializadores de mobilização, militância, engajamentos, negociação, articulação, participação e, particularmente, de discussão e intervenção – necessários nos contextos local, regional, nacional e internacional – dos atores sociais, vistos como protagonistas de ações libertárias e democráticas.

A EJA foi incluída nas pautas e agendas governamentais, na legislação, nas estruturas administrativas de governo e no financiamento público, aproximando governos municipais, estaduais e federal, além de organizações não governamentais e dos movimentos sociais, que acumulam trajetórias significativas neste campo.

Muitas vezes, a memória social destes sujeitos históricos foi intencionalmente obscurecida, fragmentada e especialmente invisibilizada. Geralmente, a imagem que herdamos e aprendemos dessas mulheres e homens do campo está vinculada à versão historicamente construída pelos “vencedores do processo histórico”.

Desde o período colonial, os sujeitos do campo permanecem na condição de subalternidade, mantidos vivos sob a condição de morte civil, segundo Boaventura Sousa Santos (1999). Mulheres e homens vivem num processo perverso de privação de direitos, sendo considerados, segundo Bauman (2007), refugos humanos. Antônio Dias Nascimento (2009, p.196) afirma:

Talvez, pelo fato de que os registros mais destacados da história do Brasil tenham sido escritos até hoje, a partir do alpendre da casa grande ou das sacadas dos sobrados, a história da opressão não tenha sido tão realçada, nos sistemas escolares voltados para os setores populares, assim como seus efeitos sobre as subjetividades dos oprimidos.

Mesmo a história sendo construída pelos “vencedores”, os mecanismos políticos, sociais e econômicos que negaram direitos aos camponeses deram origem também, a testemunhos sobre resistência, revolta, organização e luta em busca de igualdade e conquistas.

Tendo como referência a caminhada histórica da EP no Brasil, perpassando também pela América Latina, percebemos que para superar as lacunas do poder público em relação à negação de direitos básicos, os movimentos sociais populares envolvidas com as populações da cidade e especialmente do campo têm forjado processos emancipatórios em diferentes espaços de luta e aprendizagem para os camponeses.

A diversidade sempre foi uma característica do movimento de EP no Brasil. No Território do Sisal, especificamente no campo da educação, surgem novos conceitos e novas formas de se organizar e agir, assim como novos movimentos sociais, neste novo modo de ser e se fazer movimento social. A luta ensina, não apenas a escola.

Rememorar a história das lutas e conquistas dos movimentos sociais populares do campo ao longo da história brasileira e especificamente sisaleira é um desafio. Trata-se de um percurso que nem sempre possui registros que, muitas vezes, quando existem, estão dispersos e fragmentados. Esta, também, uma característica da própria trajetória da maioria dos camponeses que ao longo da história foram explorados, subordinados politicamente, privados de direitos políticos, sociais, educacionais, culturais e econômicos.

3 A QUESTÃO FUNDIÁRIA NO TERRITÓRIO DO SISAL DA BAHIA

E o sertão é um vale fértil. É um pomar vastíssimo, sem dono [...] Euclides da Cunha, 1901

3.1 SER SISALEIRO: HERDEIROS DE UM LEGADO DE PRIVAÇÕES E RESISTÊNCIAS

A Bahia tem um cenário de paisagens heterogêneas. Seu vasto território abriga muitos tipos de ecossistemas. No semiárido, na região do Sertão a vegetação predominante é a caatinga. Em *Os sertões*, grande clássico da literatura nacional de Euclides da Cunha, esse cenário sertanejo está descrito extraordinariamente.

Foto 1 - Vegetação sertaneja sisaleira, Conceição do Coité, 2013.



Fotógrafa: Carol Ruiz Macedo.

Apesar das dificuldades e pelejas, os sertanejos mantêm uma relação singular com o lugar que vivem. O Sertão é marcado pela força, pelo espírito de luta e de resistência de mulheres e homens que na saga da vida continuamente labutam

contra a seca, a exploração, o descaso e as condições de miséria que historicamente a maioria da população sertaneja é submetida.

O Território do Sisal possui no meio do Sertão semiárido uma singularidade que rompe com as tentativas de uniformização. Nas suas paisagens desabrocham sisal, mandacarus, caroás, facheiros, macambiras e gravatás. Além disso, são pontilhadas por lajedos, carrascais e tabuleiros.

Foto 2 - Vegetação sertaneja sisaleira, Conceição do Coité, 2013.



Fotógrafa: Carol Ruiz Macedo.

O povo sisaleiro não vive somente das agruras, como geralmente é identificado, mesmo com as privações cotidianas e o sofrimento que historicamente marcam sua existência, o sertanejo desta região vive do trabalho e também da alegria na sua plenitude, através das expressões culturais locais, tais como: vaquejadas, festas (juninas, padroeiros e colheita) e reisados.

A manifestação do Reisado é animada por tocadores de viola, tambores e pandeiros, também se constitui em danças tradicionais que agregam os aspectos sagrados e profanos nas celebrações. Nas folias do Reisado, os sisaleiros vivem visceralmente a celebração com seus familiares e amigos, entrelaçam o sentimento de fé, o espírito de religiosidade com as danças, brincadeiras e cantigas populares.

Trabalhadores de diferentes cidades do semiárido nordestino, na Bahia, costumavam nos anos 1960 e 1970 preservar a tradição conhecida como “o boi roubado”. Consistia em visitar no meio da madrugada uma propriedade rural para realizar um mutirão de capina numa das roças da comunidade, preparando a terra para o cultivo. Somente horas mais tarde, o dono descobria o gesto e, em forma de agradecimento, oferecia um banquete depois do serviço com muita carne, bebida, música e muita animação para os trabalhadores.

O Bumba-meu-boi é uma das manifestações da tradição cultural brasileira ainda vigente na cultura sertaneja sisaleira, mesmo ameaçada de desaparecer. Essa manifestação está vinculada ao universo das festas agrárias representando a força e o vigor, além do fortalecimento dos ciclos da pecuária e a construção do imaginário da cultura dos vaqueiros, de seus familiares.

Foto 3 – Bumba-meu-boi do Povoado de Juazeirinho, Conceição do Coité, 2013.



Fotógrafa: Carol Ruiz Macedo.

Uma tradição que também faz parte do cotidiano sisaleiro é “A bata do feijão” está enraizada no chão da história sertaneja, trabalhadores rurais reunidos cantam enquanto tiram a palha batendo com um pedaço de madeira no monte de feijão colocado no centro do terreiro.

Essa diversidade cultural, que sempre fez parte do universo lúdico, laboral ou religioso do sertanejo, passou a ser assimilada e introduzida nos grandes centros urbanos através de artistas, intelectuais e grupos que constituem/reconhecem a importância da cultura sisaleira.

No Sertão, as expressões artístico-culturais que caracterizam a relação do homem com a terra no que se refere ao desenvolvimento das atividades camponesas e suas celebrações estéticas traduzem também o que é ser sertanejo. O cotidiano dos sisaleiros traduz sua identidade cultural, afirma sua autoestima, consolida os laços coletivos, traz alegria, coragem e determinação para o seu viver.

Muitas vezes sem o incentivo e financiamento de políticas públicas que valorizem efetivamente as manifestações artísticas de caráter popular, muitos artistas anônimos fortalecem a cultura sisaleira compondo, cantando, escrevendo, pintando, dançando, esculpindo, encenando, trançando artesanato com as fibras do sisal.

Foto 4 – Agricultores sisaleiros estendendo o agave (sisal), Conceição do Coité, 2013.



Fotógrafa: Carol Ruiz Macedo.

Eles contribuem significativamente para o sentimento de pertencimento e o fortalecimento da identidade cultural do povo do Território do Sisal. Outros

elementos vão se reunindo no espaço e no tempo para a constituição da cultura do povo sisaleiro, conferindo-lhe características singulares dentro da diversidade baiana.

O messianismo e o cangaço são fenômenos históricos e sociais profundamente emblemáticos do Nordeste brasileiro, e que certamente contribuíram significativamente para a identidade cultural da população sisaleira. (BAHIA, 2010)

O Capitão Virgulino Ferreira da Silva, o legendário Lampião, e a Coluna Prestes cujos integrantes ficaram conhecidos pelos sertanejos como “os revoltosos”, percorreram esta região da Bahia e deixaram seu registro na memória da população sisaleira.

A história e os costumes da população contribuem para a identidade de “ser sisaleiro”, pois ressaltam que são “mulheres e homens de fibra”, herdeiros de um legado de privações, mas também de lutas e resistências, concebida como a capacidade de colocar-se frente às dificuldades e desafios do cotidiano com uma atitude de esperança, crença e perseverança. O contrário da resistência seria a entrega a um destino imutável e dado previamente.

Foto 5 - Local de peregrinação do povo sertanejo sisaleiro em Serrinha/BA, 2013.



Fotógrafa: Carol Ruiz Macedo

Outra característica da resistência é a criatividade para desenvolver táticas e estratégias que vão desde a sobrevivência até complexas formas de organização e

de lutas no campo político, social, econômico, religioso e cultural. Tática aqui concebida a partir do conceito que Michel de Certeau utiliza para designar a “ação calculada que é determinada pela ausência de um próprio”; tática é movimento, dentro do campo de visão do inimigo e no espaço por ele controlado, que opera golpe por golpe, lance por lance, aproveitando as ocasiões”. (CERTEAU, 1996, p. 100-101). Em suma, a tática é a arte do fraco.

As táticas apresentam continuidades e permanências, sem cessar, o fraco tira partido de forças que lhe são estranhas para poder sobreviver diante das lutas e desigualdades que se ocultam muitas vezes sob a ordem estabelecida. Ser mulher e homem sisaleiro torna-os sujeitos históricos que com seus saberes, fazeres e com solidariedade contribuem para o desenvolvimento do Território do Sisal.

O misticismo do povo, que teve no sebastianismo¹¹ de Antônio Conselheiro a sua expressão mais profunda e radical, ainda permanece latente nos tempos atuais, o que pode ser verificado nos costumes, crenças, valores e materializados especialmente, nas peregrinações de fiéis ao santuário do Monte Santo que faz parte do Território do Sisal.

No final do século XIX, o beato Antônio Conselheiro, arregimentando seguidores para construir sua utopia no povoado de Belo Monte, às margens do rio Vaza-Barris, marcou o imaginário do povo nordestino, por extensão, na população do Território do Sisal. A imagem-símbolo de Antônio Conselheiro aparece no imaginário dos povos do Sertão/Sertões como um religioso, bastante devoto ao cristianismo, que mobilizou milhares de camponeses, inspirado na expressão do sentimento de fé cristã, realçando nesta tradição o espírito de solidariedade e de compartilhamento. (ARAÚJO, 2013, p. 141)

O enfoque territorial tem sido uma das estratégias adotadas pelo Governo Federal e em alguns estados da federação na busca da implementação de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento rural, sendo os territórios de identidade as unidades de gestão.

¹¹ O Sebastianismo foi um movimento místico-secular que ocorreu em Portugal na segunda metade do século XVI como consequência da morte do rei D. Sebastião. Basicamente é um messianismo adaptado às condições lusas e depois nordestinas. Traduz uma inconformidade com a situação política vigente e uma expectativa de salvação, ainda que miraculosa, através da ressurreição de um morto ilustre. Canudos foi uma rebelião camponesa, uma luta de classes, de oprimidos contra opressores. Os opressores, entretanto, não eram aqueles soldados que sitiaram e expugnaram o formidável reduto de Antonio Conselheiro – sertanejos também, brasileiros também, pobres também. (SODRÉ, 1965, p. 160)

O Território de Identidade entendido como um espaço físico, geralmente contínuo, caracterizado por elementos sociais, culturais, econômicos, ambientais e políticos que definem um importante grau de coesão entre os que vivem e trabalham nesse espaço, favorece uma visão integradora dos atores sociais, dos mercados e das políticas públicas e, por consequência, uma valorização dos recursos e dos potenciais das populações locais nos processos de desenvolvimento.

A Bahia, num processo iniciado em 2003, possui 26 Territórios de Identidade. São eles: Irecê, Chico, Chapada Diamantina, Sisal, Litoral Sul, Baixo Sul, Extremo Sul, Itapetinga, Vale do Jequiriçá, Sertão S. Francisco, Oeste Baiano, Bacia do Paramirim, Sertão Produtivo, Piemonte do Paraguaçu, Bacia do Jacuípe, Piemonte da Diamantina, Semi-Árido Nordeste II, Agreste de Alagoinhas | Litoral Norte, Portal do Sertão, Vitória da Conquista, Recôncavo, Médio Rio das Contas, Bacia do Rio Corrente, Itaparica, Piemonte Norte do Itapicuru e Metropolitano de Salvador.

Essa territorialização do estado foi construída com a participação efetiva da sociedade civil e do poder público dos governos Federal e Estadual e de organizações sociais e não governamentais.

A abordagem territorial do desenvolvimento pretende estabelecer articulações entre o governo e sociedade, visando à promoção do desenvolvimento sustentável e a equidade no acesso a oportunidades sociais e econômicas e à cidadania.

Qualquer iniciativa voltada para a territorialização¹² de políticas públicas para a valorização do povo sisaleiro necessita vincular-se com os elementos históricos e culturais do Território do Sisal.

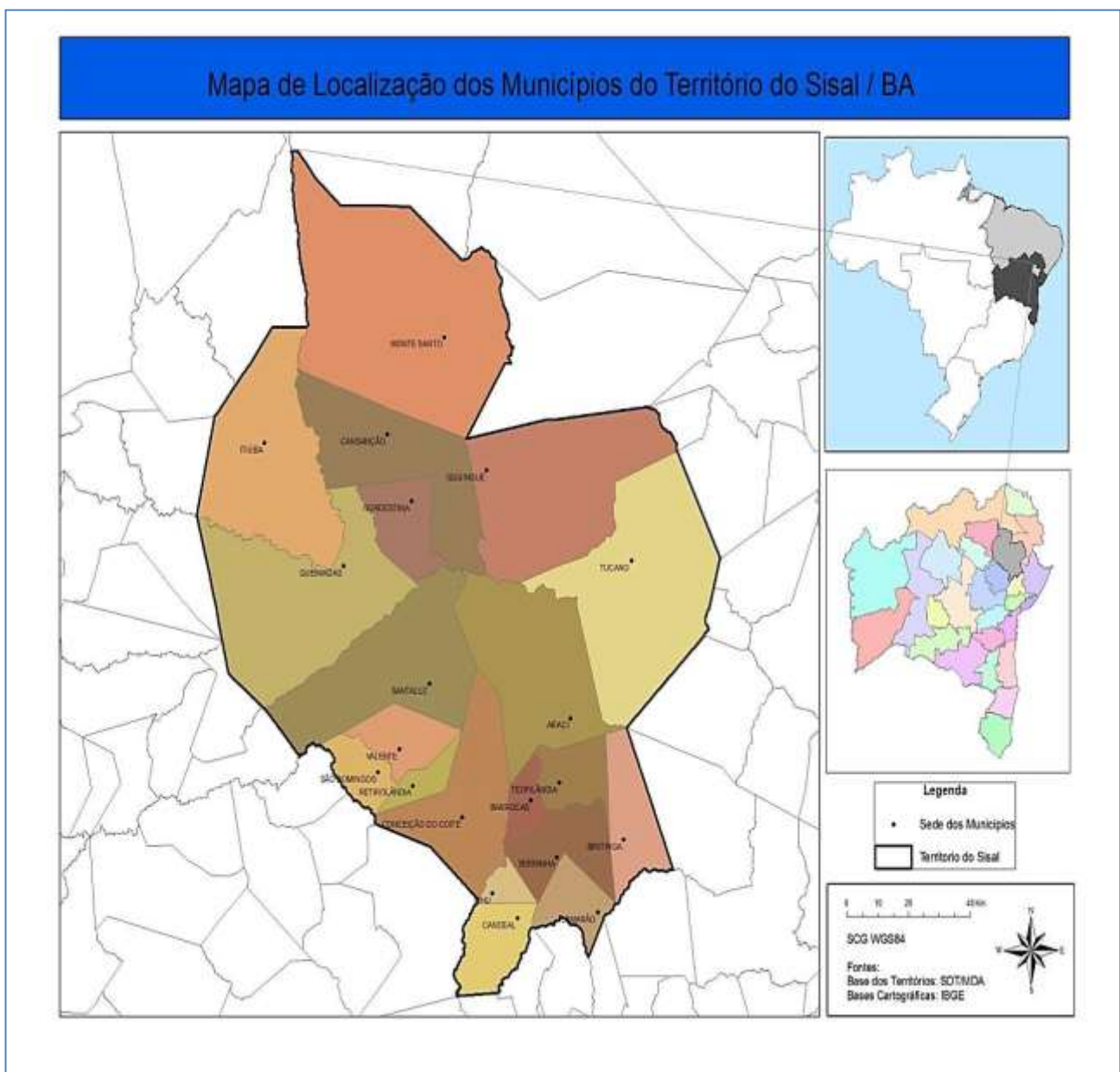
O Território de Identidade do Sisal foi criado em 2003 e reconhecido pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), em 2005. O Conselho Regional de Desenvolvimento Rural Sustentável da Região Sisaleira do Estado da Bahia (CODES SISAL) representa o Território do Sisal e constitui-se no instrumento catalisador das potencialidades técnicas e políticas para implementação do desenvolvimento sustentável nos municípios sisaleiros.

¹² Que nem sempre é consensual diante da diversidade das demandas, também é impregnada de disputas, divergências e conflitos de legitimidades entre o Estado e a sociedade, entre o público e o privado, entre o interesse coletivo e os interesses individuais, entre o global e o local. Enfim, a luta pelo poder.

3.2 CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO DO SISAL

Localizado no semiárido baiano, o termo Território do Sisal é aplicado aos amplos espaços do sertão nordestino nos quais predominam médias pluviométricas anuais inferiores a 800 mm, que dificultam em muito e, até impedem, a regularidade das atividades agropecuárias.

Mapa 1 - Localização dos municípios do Território do Sisal/BA



Fonte: INCRA/BA¹³, 2013.

¹³ As informações foram coletadas diretamente com o INCRA/BA. A elaboração dos mapas foi produção da pesquisa da autora.

O regime pluviométrico caracteriza-se por precipitações irregulares no decorrer dos meses e dos anos, ocorrendo desta forma períodos cíclicos e frequentes de seca. Este Território possui uma extensão territorial de 20.154 km², o correspondente a 3,5% do Estado da Bahia. Ainda apresenta uma densidade demográfica menor do que 30 hab./km², considerada, em muitos países, como de zonas tipicamente rurais.

Quadro 1 – População Residente Urbana e Rural, taxas de ocupação territorial, e Densidade demográfica, segundo municípios da Região Sisaleira, 2000-2010.

Municípios	População Residente 2000	População Residente 2010	Urbana	Urbana %	Urbana S ede Municipal	Rural	Rural %	Área Total Km2	Densidade Demográfica Hab/Km ²
Araci	47.584	51.651	19.638	38,02	19.638	32.013	61,98	1.556,10	33,19
Barrocas	*	14.191	5.695	40,13	5.695	8.496	59,87	201,00	70,62
Birtinga	14.641	14.836	3.517	23,71	3.517	11.319	76,29	550,00	26,97
Candeal	10.121	8.895	3.476	39,08	3.476	5.419	60,92	445,10	19,99
Cansanção	31.947	32.908	11.021	33,49	11.021	21.887	66,51	1.344,80	24,47
Conceição do Coité	56.317	62.040	36.278	58,48	28.936	25.762	41,52	1.016,00	61,06
Ichu	5.593	5.255	3.365	64,03	3.365	1.890	35,97	127,70	41,16
Itiúba	35.543	36.113	9.699	26,86	9.699	26.414	73,14	1.722,70	20,96
Lamarão	9.523	9.560	2.085	21,81	2.085	7.475	78,19	174,30	54,84
Monte Santo	54.552	52.338	8.845	16,90	8.845	43.493	83,10	3.186,90	16,42
Nordestina	11.800	12.371	3.921	31,70	3.921	8.450	68,30	461,20	26,82
Queimadas	24.613	24.602	12.492	50,78	11.205	12.110	49,22	2.024,20	12,15
Quijingue	26.376	27.228	6.377	23,42	4.297	20.851	76,58	1.342,90	20,27
Retirolândia	10.891	12.055	6.722	55,76	6.722	5.333	44,24	181,50	66,43
Santaluz	30.955	33.838	20.795	61,45	19.202	13.043	38,55	1.559,70	21,70
São Domingos	8.526	9.226	5.916	64,12	4.607	3.310	35,88	326,90	28,22
Serrinha	83.206	76.762	47.188	61,47	47.188	29.574	8,53	658,90	116,50
Teofilândia	20.432	21.482	6.692	31,15	6.692	14.790	8,85	335,50	64,02
Tucano	50.948	52.418	21.958	41,89	14.480	30.460	58,11	2.799,10	18,73
Valente	19.145	24.560	13.487	54,91	13.487	11.073	45,09	384,30	63,90
Total	552.713	582.329	249.167	42,79	228078	333.162	57,21	20.398,80	28,44

Fonte: IBGE, 2010.

*O município de Barrocas foi introduzido no Censo 2000 pelo IBGE, a partir de Serrinha.

O Território do Sisal apresenta, em todos os seus municípios integrantes, características essencialmente rurais, com uma vegetação diversificada que se caracteriza por plantas com adaptações morfofisiológicas para resistirem a longos

períodos de estiagem, sendo composto por vinte municípios que expressam uma identidade histórica e sociocultural. O contexto sociopolítico, econômico e educacional dos municípios sisaleiros exige a formulação e implementação de políticas públicas que atendam efetivamente os anseios e necessidades da população sisaleira. O Quadro 2 apresenta a classificação estadual dos municípios segundo o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) 2013 em cada município do Território do Sisal. Os desafios são extraordinários.

Quadro 2 – Classificação Estadual dos municípios da Região Sisaleira, segundo a posição do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) 2013.

Municípios	CLASSIFICAÇÃO ESTADUAL	IDHM
São Domingos	49 ^a	0.640
Valente	52 ^a	0.637
Retirolândia	55 ^a	0.636
Serrinha	58 ^a	0.634
Ichu	66 ^a	0.631
Conceição do Coité	116 ^a	0.611
Barrocas ¹	120 ^a	0.610
Santaluz	165 ^a	0.598
Queimadas	187 ^a	0.592
Candeal	215 ^a	0.587
Tucano	253 ^a	0.579
Euclides da Cunha	308 ^a	0.567
Teofilândia	312 ^a	0.566
Nordestina	334 ^a	0.560
Cansanção	347 ^a	0.557
Itiúba	385 ^a	0.544
Quijingue	385 ^a	0.544
Biritinga	399 ^a	0.538
Araci	402 ^a	0.534
Lamarão	410 ^a	0.518
Monte Santo	415 ^a	0.506

Fonte: IBGE, 2010

Segundo o *Censo demográfico de 2010* (IBGE, 2011), o Território do Sisal tem população total de aproximadamente 583 mil habitantes com uma população rural estimada em 57% do seu total, é caracterizado pela predominância de uma economia agrícola e por ter a maioria da sua população estabelecida na zona rural, com 333.149 habitantes.

Destacam-se como elementos de coesão e de organização dos produtores rurais, a Associação de Desenvolvimento Sustentável e Solidário da Região

Sisaleira (APAEB), localizado no município de Valente e a Fundação de Apoio aos/as Trabalhadores/as Rurais, Agricultores/as Familiares da Região do Sisal (FATRES).

A atividade de produção do sisal imprimiu mudanças significativas no Território do Sisal, e essas mudanças marcaram profundamente a organização do espaço rural, estimulando o crescimento dos municípios e instalando relações de produções específicas para a região sisaleira.

No entanto, essas mudanças também estão relacionadas ao aumento da concentração de terras, exploração da mão de obra dos pequenos produtores, segregação espacial dos agricultores, resultado do domínio exercido por uma elite local que imprimiu o domínio da produção e exportação do sisal e exerceu de modo perverso as marcas do clientelismo e coronelismo.

Contudo, contrariamente a este cenário caracterizado pela existência de adversidades naturais, políticas e socioeconômicas, evidencia-se a conformação de um cenário de mobilização social, impulsionado para a atuação organizada de um coletivo de sujeitos que se esforça na construção de uma nova configuração local.

Neste contexto, evidencia-se o papel preponderante de organizações sociais como o da APAEB que se apresenta como uma entidade que propõe um novo dinamismo social, com maior participação dos sujeitos; o Movimento de Organização Comunitária (MOC); e o Conselho Regional de Desenvolvimento Rural Sustentável da Região Sisaleira do Estado da Bahia (CODES SISAL), além de muitas outras instâncias participativas.

Apesar de um cenário teoricamente adverso e de condições políticas institucionais historicamente desfavoráveis, estes não foram impeditivos para a formação de novos arranjos participativos.

A criação do CODES SISAL denota a construção de uma nova institucionalização no recorte do Território do Sisal resultante das transformações ocorridas na sociedade brasileira e das condições políticas particulares neste espaço regional.

Em 2010 foi fundado o Consórcio Público de Desenvolvimento Sustentável do Território do Sisal (CONSISAL). Sua atuação abrange 21 áreas distintas, entre elas abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem e manejo de águas pluviais, gestão de resíduos sólidos, gestão ambiental compartilhada, habitação de interesse social, manutenção de estradas vicinais, implantação de abatedouros e

frigoríficos regionais, capacitação de gestores municipais, educação profissional, saúde, apoio à agricultura familiar e à economia solidária, entre outras.

Constitui-se numa Associação Pública de Direito Público, surgiu a partir de longo processo de articulação para o desenvolvimento de políticas públicas nos 20 municípios que compõem o Território do Sisal da Bahia.

O CONSISAL tem como missão e desafio promover o desenvolvimento sustentável dos municípios que integram o Território do Sisal, propiciando o bem estar de forma socialmente justa e ecologicamente equilibrada.

A elaboração e implantação de programas estruturantes, contemplando todos os elos da cadeia produtiva do sisal, configura-se como uma das estratégias viáveis para a reestruturação e o desenvolvimento de toda a região.

A implantação de Política de Desenvolvimento Territorial (PDT), em especial no cenário baiano tem buscado novos “artifícios” para evitar o enfrentamento da questão agrária, e especialmente do processo de luta e esforços de sujeitos, grupos sociais, movimentos e de suas organizações contra a continuidade da histórica concentração de terras. Segundo Germani (2010, p. 271) “[...] a questão agrária dá espaço à questão de identidade e o conflito é camuflado na busca do consenso”.

Todavia, segundo análises e observações realizadas a partir da realidade socioeconômica e ambiental do Território do Sisal torna-se necessária a interferência do Governo de maneira mais incisiva, urgente e eficaz, no sentido de resolver os problemas que historicamente afetam a população sisaleira, que continuamente busca opções e alternativas econômicas para a sua sobrevivência e das futuras gerações.

Entra em pauta a discussão sobre a elaboração e implementação de políticas públicas que contribuam para melhorar a qualidade de vida da população sisaleira com a participação efetiva das lideranças populares nessa elaboração, historicamente definidas apenas em épocas eleitorais pelos chefes políticos locais e de acordo com seus interesses.

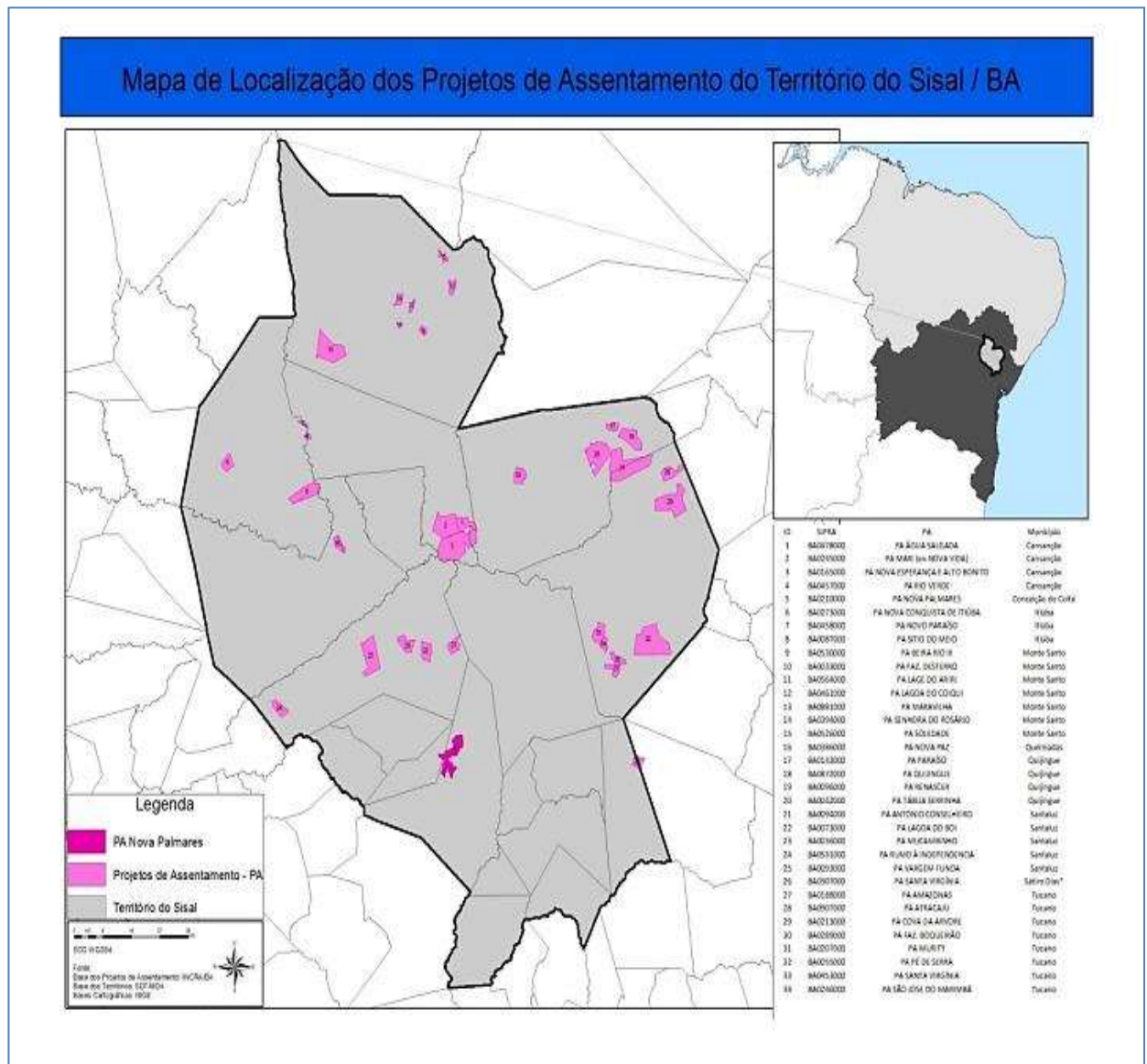
3.2.1 A Concentração Fundiária no Território do Sisal

O Território do Sisal não diferente de outras regiões do Nordeste brasileiro: herdou a cultura do latifúndio, do assistencialismo, do paternalismo, e uma forte

visão místico-religiosa de mundo, reforçada pelo coronelismo que construiu a base política para sua consolidação.

Segundo o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA/BA) a Região Sisaleira possui atualmente 34 Projetos de Assentamentos (PA)¹⁴ distribuídos entre 9 (nove) municípios.

Mapa 2 – Localização dos Projetos de Assentamento do Território do Sisal / BA



¹⁴ O PA Santa Virgínia está localizado entre o município sisaleiro de Biritinga e Sítio Dias que não está no Território do Sisal, ressaltando que a maior parte do PA está neste município. No INCRA, quando um imóvel desapropriado está localizado em mais de um município, o PA criado fica no Sistema de Informação de Projetos de Assentamentos (SIPRA) com o município onde tem a maior área ou onde estava a sede do imóvel (APÊNDICE A).

Segundo informações obtidas com Santiago¹⁵ o Movimento de Unificação Camponesa (MUC) do Território do Sisal e Semiárido da Bahia criado no I Congresso dos Trabalhadores Rurais e Agricultores Familiares da Região do Sisal (CONTRAF), vem atuando desde 2008 na articulação e gestão de políticas fundiárias tanto no campo da Reforma Agrária como no Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF).

O que levou à criação do MUC naquele momento foi a ausência de um instrumento específico que tivesse como principal missão a luta pela obtenção fundiária, em busca da quebra do monopólio da propriedade privada, fazendo cumprir a função social da propriedade conforme o Art. 186 da Constituição Federal de 1988. (BRASIL, 1988)

A função social é cumprida quando a propriedade rural atende simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, os seguintes requisitos: aproveitamento racional e adequado; utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente; observância das disposições que regulam as relações de trabalho e a exploração que favoreça o bem estar dos proprietários e dos trabalhadores.

O MUC tem como finalidades: o acompanhamento dos assentamentos e acampamentos da Reforma Agrária; apoio à organização de famílias e grupos para implantação do PNC; e representação oficial das comunidades de acampados e assentados juntos às instâncias competentes e aos demais parceiros.

O MUC é responsável por 12 (doze) assentamentos, 6 (seis) acampamentos de Reforma Agrária e 14 (catorze) propostas de Crédito Fundiário na linha de Consolidação da Agricultura Familiar (CAF), e também pela Cédula de Produto Rural (CPR). O MUC atualmente atua nos municípios de Biritinga, Araci, Conceição do Coité, Santa Luz, Quijingue, Cansanção e Queimadas.

Segundo a coordenação do MUC, quantificar o número de assentamentos e acampamentos no Território do Sisal é complexo, pois ainda não existe oficialmente um mapeamento e diagnóstico. Sinaliza que no Território do Sisal há variações de natureza e origem nos movimentos agrários e nas lutas.

¹⁵ Ezequiel Santiago dos Santos é o coordenador do Movimento de Unificação Camponesa (MUC), as informações inseridas no texto foram concedidas a partir de entrevistas realizadas com ele em Valente e Salvador no ano de 2013.

Estão localizados principalmente nos municípios de Biritinga, Araci, Tucano, Quijingue, Cansanção, Nordestina, Itiúba, Monte Santo, Queimadas, Santa Luz, Conceição do Coité, Valente e Retirolândia, de forma direta.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) atua nos municípios de Nordestina, Santa Luz e Quijingue. O Movimento Estadual de Trabalhadores Assentados, Acampados e Quilombolas (CETA) atua nos municípios de Itiúba, Cansanção, Monte Santo; a Central de Fundo e Fechos de Pasto atua em Monte Santo e Itiúba; a Pastoral Rural de Paulo Afonso atua nos municípios de Tucano e a Central de Associações de Araci (CDA-ARACI) em Tucano e no próprio município de Araci.

O MUC recebe apoio da FATRES, de sindicatos, Associações e Cooperativas dos Assentados, do Centro de Apoio aos Interesses Comunitários (CEAIC), da Liga Desportiva e Cultural dos Assentamentos da Região do Sisal e Semiárido da Bahia (LIDER), do CODES SISAL, entre outros. O regimento do MUC está em fase de elaboração.

A estrutura e funcionamento dependem da organização das comissões que estão responsáveis pelo cadastramento, institucionalização dos grupos e capacitação das famílias. Existe uma comissão com a função de identificar e indicar imóveis ociosos para fins de Reforma Agrária e crédito fundiário.

A concepção de educação do MUC segue os princípios da Educação do Campo (EC) e da Educação Popular (EP), de forma integrada, visando à sustentabilidade dos povos do campo. Na organização do MUC há pessoas que ainda não foram alfabetizadas e participam do Programa Todos pela Alfabetização (TOPA), programa do governo estadual da Bahia vigente desde 2007 que possui parceria com prefeituras municipais e entidades dos movimentos sociais e sindicais, universidades públicas e privadas. Outros integrantes do MUC cursam a modalidade de EJA nas escolas públicas municipais e estaduais dos municípios sisaleiros.

No MUC há egressos dos cursos de técnico agropecuário e agroecologia pelo Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA) e da Rede das Escolas Famílias Agrícolas Integradas do Semiárido (REIFASA).

Também fazem parte do MUC pessoas que já cursaram ou estão cursando Pedagogia da Terra, Letras Vernáculas e Direito em Instituições de Ensino Superior (IES), como a Universidade do Estado da Bahia (UNEB) e a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB).

Uma das finalidades do MUC é fazer a gestão das políticas (estruturantes e custeio) de desenvolvimento fundiário, fortalecendo assim a organização dos assentados e assentamentos, tendo como principal parceiro o movimento sindical.

Investir na infraestrutura e logística, enfatizar a formação de lideranças e organizar o planejamento para uma atuação mais estratégica e articulada nos municípios da Região Sisaleira e Semiárido da Bahia configuram os desafios imediatos do MUC.

3.2.2 A Peleja no Sisal: o processo de trabalho no sisal

No contexto do Território do Sisal, a organização dos movimentos sociais e a articulação de ações visando à implantação de um processo de desenvolvimento sustentável são legados de muitas lutas e resistências, inclusive contra as desigualdades do acesso a terra.

Percebe-se o enfrentamento dos agricultores familiares com a histórica concentração fundiária no Território do Sisal da Bahia, além de sua produção estar sujeita às variações constantes dos períodos de estiagem e às dificuldades no acesso aos serviços de assistência técnica, comercialização dos produtos e às linhas de crédito rural.

A região do sisal é marcada pelo mesmo tipo de expansão político-econômica da região semiárida e do conjunto do Nordeste dos tempos coloniais. A história da região confunde-se com a produção econômica e com as relações sociais advindas de forma significativa da herança portuguesa e indígena.

Em finais do século XIX para início do século XX, introduziu-se o cultivo do agave. Vale salientar que pouco se desenvolveu até finais de 1930, visto que havia o caroá, um concorrente nativo amplamente utilizado pelas populações nordestinas.

Na Bahia, o sisal alcançou papel de destaque no período de 1938-1942, quando o governo Landolfo Alves passou a estimular o seu plantio como alternativa de sobrevivência do sertanejo e em virtude da desorganização dos principais países produtores e do aumento da demanda dos mercados interno e externo por conta da Segunda Guerra Mundial.

Na década de 1950, no que tange à produção mundial, o Brasil assumia a segunda posição dos países exportadores, com destaque para os estados da Paraíba e Bahia.

Na década de 1960, estes discursos são reforçados pela política de estímulo do governo, empenhado em criar políticas agrícolas para o projeto de desenvolvimento e modernização do país. O sisal aparecia nos discursos oficiais e não oficiais, como uma saída para as populações rurais pobres do Nordeste, uma estratégia de reprodução do modo de vida camponês no sertão.

Estas políticas defendiam, ao menos em tese, a sustentabilidade econômica do campo por meio de ações promovidas pelo Estado, sobretudo, o incentivo à diversificação e a expansão de culturas agrícolas que, no caso do sisal, serviria, também, como um elemento para fixar o homem no campo.

Conforme Almeida (2006), a década de 1960 se revelou uma das mais promissoras no cultivo de sisal na Bahia. Nesse momento, todo um discurso foi construído e reforçado em torno desta cultura agrícola enquanto possibilidade econômica. O processo de trabalho no sisal, na pequena propriedade familiar, se inicia com a preparação da terra para o plantio, como acontece com outros cultivos agrícolas, por meio de práticas de roçagem, derruba, queima e destoca.

O sisal era e ainda hoje continua sendo cultivado em consórcio com outros cultivos do roçado. O preparo da terra se dava com a utilização de instrumentos de trabalho simples, como a enxada e a foice, pois dificilmente os agricultores pobres adquiriam instrumentos mais modernos para a sua produção; situação distinta da dos grandes proprietários que, muitas vezes, instalavam até usinas beneficiadoras em suas fazendas, símbolo de distinção da propriedade.

Um outro arranjo do trabalho familiar se refere às relações estabelecidas entre os agricultores donos da propriedade familiar e os agricultores contratados pelos primeiros, na etapa da colheita e do desfibramento.

A colheita e o desfibramento do sisal constituem as atividades que envolvem o maior número de trabalhadores: cortador, carregador, batedor, cevador, resideiro, arrumador, pesador e estendedor. Essa particularidade exigia por parte do agricultor a contratação de serviços de outros agricultores que eram geralmente remunerados com uma parte do produto.

Especialmente na década de 1960, o sisal, considerado o “ouro verde do sertão nordestino”, trazia esperanças e também expectativas de melhores condições de vida entre os agricultores pobres que enfrentavam, cotidianamente, inúmeras dificuldades devido à falta de chuvas. Destaca-se a seca de 1961 e de meados de

1969, que durou até 1970, e à ineficácia e o descaso histórico de políticas públicas para o campo.

No final da década de 1960, o governo baiano buscava redefinir a cultura do sisal. Discutia-se a ausência de uma política nacional voltada para os interesses da região e suas consequências.

Nesse momento, se iniciava na Bahia a criação de um plano de racionalização da lavoura sisaleira com o objetivo de recomendar as linhas básicas para a política governamental do sisal, apontando meios e métodos a serem aplicados visando à estabilização econômica do produto e ao bem estar socioeconômico dos que se dedicam às atividades da produção, comercialização e industrialização do sisal.

A Bahia buscava identificar as variáveis da crise do sisal para justificar a sua intervenção na produção. O que no plano de governo denomina-se “variáveis da crise do sisal” era o aumento da produção frente ao comportamento instável do produto no mercado consumidor e o “primitivismo” do setor produtivo.

A justificativa para o plano se fundamentava na dependência econômica, na instabilidade e na falta de diversificação agrícola. Aparece, ainda, como agravante, a concorrência com os mercados africanos, a substituição dos fios de sisal pelo sintético polipropileno e o aumento da oferta em relação à demanda.

No entanto, no plano, pouco se discutem as questões relacionadas à estrutura da terra, a qual se insere o sisal, o que confirma o descaso e a omissão histórica dos governos em relação às desigualdades no campo, especialmente no contexto sisaleiro.

A partir da efetivação da racionalização da cultura de sisal, a área que foi liberada foi em grande parte ocupada por pastagens, acentuando a desigualdade da propriedade da terra e de recursos.

Essa situação, no entanto, favoreceu ainda mais o enriquecimento do segmento da população sertaneja que ainda hoje detém a terra, o gado e a influência política na região, isto é, os grandes latifundiários que, na maioria das vezes, são os próprios chefes políticos locais ou contam com o apoio destes. O capital se apossa da terra e expulsa esses trabalhadores, além de transformá-los em mercadoria que precisa atender a demandas e exigências do capital.

Por outro lado, verificamos que os pequenos agricultores que vivem no campo enfrentam diariamente os problemas da sobrevivência. O sisal ainda se constitui

como uma possibilidade incerta na medida em que deu continuidade aos problemas da terra, ainda que, em alguns momentos, represente para uma parte dos agricultores pobres a única alternativa de reprodução e forma de sobrevivência sua e da sua família.

O cenário na região Nordeste entre as décadas de 1940, 1950 e 1960 foi permeado de conflitos entre camponeses e latifundiários. Esses camponeses, após anos de negação de direitos básicos, passaram a mobilizar-se através de Ligas Camponesas na tentativa de defender seus interesses.

Conforme Azevêdo (1982), a formação dessas Ligas Camponesas pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), não se deu apenas para mobilizar o campesinato em torno da questão da terra e dos problemas agrários na zona rural brasileira, mas, sobretudo na tentativa de expandir sua área de influência do meio urbano para o meio rural gerando desta forma um elo entre operários e camponeses, além de possibilitar assim, sua luta contra o latifúndio e o imperialismo, pontos definidos como relevantes em seus congressos.

A formação desses movimentos sociais colocou em questão a estrutura agrária presente no país, haja vista as barreiras impostas ao homem do campo ao tentar se organizar por meio de associações, ou expressar seus interesses, frente a um cenário em que predominavam os interesses dos grandes proprietários de terras. “[...] A propriedade da terra no capitalismo não é, como parece, apenas um dado, um número, um tamanho. A propriedade da terra é uma relação social.” (MARTINS, 1980, p. 42)

Apesar de ser uma das principais atividades econômicas da região, a sustentabilidade da agricultura familiar coloca em evidência a questão do acesso e permanência do agricultor no campo. O assistencialismo impede a construção da dignidade humana, inviabiliza a emancipação humana.

A questão agrária está relacionada às relações sociais de produção, ou seja, como e de que forma se produz no campo. O debate a respeito da questão agrária tem se desenvolvido a partir do princípio da superação. Essa condição implica a luta contra o capital e a perspectiva de construção de experiências para a transformação da sociedade. O debate a respeito do capitalismo agrário tem se desenvolvido a partir do princípio da conservação das condições existentes da sociedade capitalista. Esse é o principal debate teórico conceitual a respeito do campesinato no começo do século XXI.

A delimitação conceitual de campesinato é um exercício político, assim como a delimitação de trabalhador rural e de agricultor familiar. Comungar com o conceito de camponês implica compreender esses processos de construção teórica e leituras históricas na perspectiva da superação.

A luta pela terra, a recusa ao assalariamento, à recusa ao produtivismo se tornam questões “fora de moda”. Lutar fora do espaço delimitado pelo capital é visto como algo “inaceitável”. Historicamente, o camponês é um sujeito subalterno. Existe e tem sua perspectiva no espaço de subordinação permitido pelo capital. Isso não significa aceitar essa condição e considerá-la natural e banal.

Foto 6 - Trabalhadores sisaleiros na labuta cotidiana com o sisal, Conceição do Coité, 2013.



Fotógrafa: Carol Ruiz Macedo.

Pode também significar a luta contra esse estado permanente de exploração, expropriação, destruição e também recriação. A efetivação de uma política de reforma agrária é fundamental pra o desenvolvimento econômico e político do país e especialmente no Território do Sisal.

Em 1979, registra-se a primeira mobilização de camponeses no estado da Bahia, pós-64, para reivindicar do governo do Estado medidas contra o fisco, que castigava os agricultores no momento da comercialização dos seus produtos.

Na segunda metade da década de 1980, o Território do Sisal ficou conhecido através dos jornais, devido à mobilização e a luta comum de jovens e adultos, vítimas de acidentes de trabalho no processo de desfibramento da palma de sisal, causados na máquina “assassina” conhecida como “paraibana”, contra a Previdência Social, que rejeitou a reivindicação de aposentadoria desses trabalhadores mutilados.

Na exploração do sisal alguns cuidados deveriam ser adotados para evitar acidentes durante a execução das tarefas, contudo ocorriam muitas improvisações. Meias usadas e câmaras de ar de pneus velhos eram utilizadas na confecção das luvas.

Foto 7 - Trabalhadores sisaleiros e a máquina “paraibana”, Conceição do Coité, 2013.



Fotógrafa: Carol Ruiz Macedo.

Outro dispositivo de segurança improvisado era uma espécie de “avental” feito de lona e amarrado de cordas em volta do corpo do trabalhador. A falta do uso de equipamentos de proteção individual ocorria porque os trabalhadores não tinham condições de adquiri-los, eram caros.

O processo manual de desfibramento do agave (sisal) com o farracho, um objeto construído com uma forquilha de madeira com duas lâminas de ferro, uma

delas móvel: de um lado, uma pedra pendurada permite a pressão suficiente para “descascar” a folha do sisal e, do outro, um pedal feito de vara permite que o farracheiro movimente a lâmina para cima para introduzir a folha do sisal, puxando-a com a ajuda do cambito também feito de vara é substituído pelo processo mecanizado, feito pela “máquina paraibana”, ganhando força com a política de industrialização implantada no país.

Foto 8 - Farracho para limpar fibra do sisal, Barrocas, 2011.



Fotógrafa: Marilene Lenne.

O processo de produção do sisal é responsável em “condenar” os trabalhadores aos padrões mais desumanos de reprodução da força de trabalho e contribuiu na acumulação do capital.

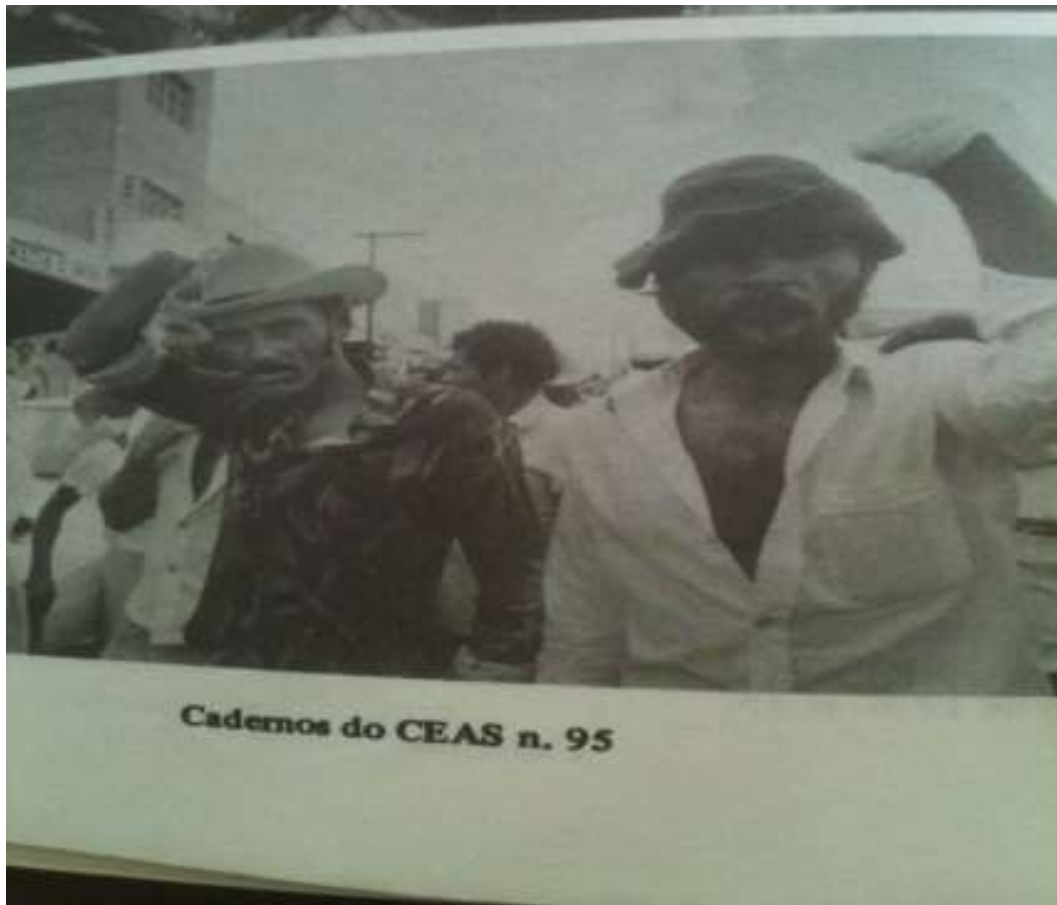
Em termos de habilidade para o trabalho, a falta de um dos membros tornava o trabalhador tão inapto quanto o trabalhador previsto no estatuto. No entanto, o descaso do Estado com relação aos trabalhadores, especialmente os trabalhadores rurais era evidente na própria legislação.

A cultura do sisal é um dos processos mais desumanos da agricultura brasileira. No sistema tradicional de produção, a base é a chamada “usina”, que funciona com um pequeno motor desfibrando as palmas do sisal [...]. São estas máquinas chamadas “paraibanas” que engolem os dedos, as mãos e os braços dos trabalhadores que as manipulam. (MOURA, 1985, p. 17)

A grande maioria dos trabalhadores do sisal não recebia nenhum tipo de benefício previdenciário. O auxílio funeral era considerado irrisório, conseguido depois de muito tempo e à custa da influência de políticos, que por vezes o utilizavam em benefício próprio.

Nesse mesmo período, houve mobilização de oposição dos trabalhadores rurais, em quase todos os municípios, em torno dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STR), controlados por políticos pertencentes às elites locais. Aos poucos, os trabalhadores foram assumindo o controle dessas entidades em todos os lugares.

Figura 1 - Protesto de mutilados no motor do sisal, 1985.



Fonte: Moura (1985)

Essa mobilização denominou-se Movimento dos Mutilados do Sisal. Esses trabalhadores mutilados perderam dedos, mãos e antebraços e reivindicavam o direito ao amparo previdenciário. A peleja com o sisal gerou herdeiros de um legado de privações, contribuiu para o desenraizamento de homens e mulheres das suas

terras e marcaram trabalhadores com mutilações no corpo e na sua existência. Essa realidade ainda é vivenciada pelos trabalhadores sisaleiros.

Nas diversas atividades no sisal, os trabalhadores se submetem a um intenso processo de trabalho que exige deles habilidade e destreza. No desfibramento essa situação se acentua, pois além dos riscos de mutilações, quase sempre provocadas pelo caráter resinoso e pegajoso das fibras, que facilita que as mãos e os braços sejam puxados para dentro do motor, pode ocorrer também inalação de substâncias prejudiciais à saúde dos trabalhadores, riscos que podem comprometer a sua vida.

Foto 9 – O desfibramento no motor do sisal, Conceição do Coité, 2013.



Fotógrafa: Carol Ruiz Macedo.

Essas dificuldades estruturais fazem com que necessitem criar alternativas para garantir a sobrevivência das suas famílias, principalmente contextualizada em ações de convivência com o semiárido. O Estado, longe de implementar políticas que pudessem atender as demandas dos sisaleiros, contribuiu ainda mais para a história marcada pela cultura do assistencialismo e do clientelismo.

A falta de compromisso do Estado em relação a estes trabalhadores é histórica. Em 1985, havia mais de 1200 trabalhadores mutilados na região sisaleira. Esses trabalhadores achavam-se totalmente desamparados pela legislação

trabalhista já que o Estatuto do Trabalhador Rural (BRASIL, 1963) não reconhecia os direitos dos trabalhadores mutilados que perdiam um dos membros.

O cultivo do sisal é desenvolvido em pequenas propriedades e o processo de extração da fibra ainda é feito de modo semiartesanal, com grandes riscos para a saúde dos trabalhadores.

Foto 10 – Trabalhadora sisaleira no corte do sisal, Conceição do Coité, 2013.



Fotógrafa: Carol Ruiz Macedo.

Em função das demandas da sociedade e dos movimentos dos trabalhadores, as instituições governamentais, entre elas a Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte (SETRE), através da Superintendência de Desenvolvimento do Trabalho (SUDET)/Coordenação de Relações do Trabalho e Documentação (CORTRAD), começou a desenvolver parceria com a Fundação Jorge Duprat e Figueiredo (FUNDACENTRO) com ações educativas e treinamento em Segurança e Saúde para os trabalhadores baianos, especificamente para os trabalhadores sisaleiros.

Vale ressaltar que início da década de 1990, a Secretaria do Trabalho e Ação Social (SETRAS), através da Coordenação de Relações do Trabalho (CRT), percebeu a necessidade de conhecer de perto a realidade vivida por esses trabalhadores como também as questões referentes às relações de trabalho, a saúde e segurança do trabalhador.

No período de 27 a 29 de março de 1992 ocorreu em Conceição do Coité o I Encontro dos Trabalhadores da Região Sisaleira e o I Seminário de Segurança e Saúde do Trabalhador da Região Sisaleira, pois a crise porque passava a cultura do sisal na Bahia, vinha tomando uma grande dimensão, fazendo com que esta cultura se limitasse, apenas, a uma atividade complementar para a população que dela sobrevivia. A crise do sisal na Bahia atingia diretamente mais de 150 mil famílias. Nesse evento estiveram presentes aproximadamente 102 pessoas, entre elas estavam trabalhadores de 20 municípios do semiárido baiano, representantes de sindicatos e órgãos do governo.

As questões relacionadas com a saúde do trabalhador foram as mais graves, as doenças provocadas pelo trabalho no sisal, aliadas às péssimas condições de alimentação e higiene, encontraram nos trabalhadores sisaleiros vítimas fáceis para agirem. Nenhuma medida preventiva era tomada e praticamente nenhum tratamento era proporcionado aos trabalhadores.

Em decorrência das insuficientes condições de assistência médica, segurança e falta de tempo e orientação, o trabalhador ficava exposto a acidentes e doenças. Dentre os acidentes mais frequentes estavam as mutilações diversas, cortes (provocados por foices, machados e facão), espinhos nas pontas dos dedos, nos olhos e nas articulações, e picaduras de cobras.

As doenças provocadas pelo trabalho do sisal que acometiam os trabalhadores: câncer pulmonar, tuberculose, bronquite, asma, sinusite, gripe, alergia de natureza diversa, problema de coluna e rins (provocadas pela postura do trabalhador nas máquinas), micoses, verminose por falta de trato dos alimentos e da água e problemas de audição provocados pelo nível de ruído durante o funcionamento da máquina.

Quando ocorriam os acidentes sem maior gravidade, o trabalhador era tratado pelos próprios companheiros de peleja, com remédios caseiros, mas em condições bastante precárias. A ida aos postos de saúde que faziam esse tipo de atendimento ficava em último caso.

Muitas vezes para serem atendidos “utilizavam” a influência de políticos locais, “os pistolões” com alternativa para receberem os cuidados médicos. Poucos eram os trabalhadores que procuravam o sindicato da categoria para um melhor esclarecimento e orientação, ou os órgãos competentes, no caso de queixas.

Foto 11 - Trabalhador sisaleiro mutilado na peleja com a máquina paraibana, Conceição do Coité, 2014.



Fotógrafa: A autora.

Conforme Santo, foi o que aconteceu com ele, na roça do pai onde trabalhava e sofreu o acidente no motor.

Comecei a trabalhar com meu pai na idade de 12 anos, meu estudo é pouco fiz até a 3ª série, a vida toda fomos pobres. Eu sei ler e escrever pouquinho, mas sem a minha mão direita fica difícil, mas escrevo um cadinho mesmo com sacrifício, sei também fazer conta. Pai sempre dava tarefinhas na roça pra gente, e cada vez mais aumentava mais um pouquinho quando a gente ficava mais velho. Aos 18 anos comecei trabalhar com sisal. Meu tio comprou um motor e deu para a gente

trabalhar. Aos 20 comecei a trabalhar no motor, mas durou pouco porque aos 25 anos me acidentei, lutei muito para me aposentar. Não consegui aqui em Conceição do Coité e fui até para Brasília. Tenho 28 anos recebendo aposentadoria. Venho lutando com ela, tenho um filho pequeno que é diabético e gasto muito com ele. No dia do meu acidente, lembro somente do calor que senti no local que perdi a mão. Andei mais de uma légua para conseguir socorro. Lembro que quando cheguei em Coité não dava nem para fazer cirurgia, o braço estava inchado demais, sofri muito. No hospital me medicaram e fizeram o tratamento todo. Depois que tudo aconteceu pensei em muitas coisas, via as outras pessoas com duas mãos e desejava a minha mão de volta, mas botava minha cabeça no lugar, mas até hoje não consigo escutar o barulho do motor, eu fico com muita raiva, não quero meus filhos trabalhando com ele. Sou um lutador.

Em casos de acidentes de trabalho, como não existia nenhuma forma de seguridade, os donos do motor que além de utilizar o trabalho de sua própria família, contratava alguns trabalhadores, entregavam a máquina para os mutilados como mecanismo de indenização.

A assistência médica só existia em postos de saúde ou em algum hospital público, mesmo assim de forma insuficiente, pois muitas vezes não encontravam médicos para atendê-los. Muitos postos em cidades e povoados funcionavam precariamente, pois a maioria além de não ter médicos não possuía equipamentos e medicamentos necessários. Mulheres queixavam-se de nunca terem feito um exame preventivo e muitas estavam com problemas de câncer no colo do útero.

O I Encontro dos Trabalhadores da Região Sisaleira e o I Seminário de Segurança e Saúde do Trabalhador da Região Sisaleira representaram a primeira experiência de levar conhecimentos de Segurança e Saúde do Trabalhador através deste primeiro encontro, bem como discutir os problemas existentes sobre o assunto na região: foi importante e necessário. Como encaminhamento, os trabalhadores e representantes de entidades sindicais reivindicaram ações mais efetivas aos órgãos responsáveis que estavam presentes no evento. Os trabalhadores avaliaram o encontro como satisfatório, pois tiveram acesso às informações e a possibilidade de discutir seus problemas junto com o Estado e os sindicatos.

Nos dias 21 e 22 outubro de 1995 ocorreu o Segundo Encontro Estadual de Trabalhadores Rurais da Lavoura Sisaleira em Conceição do Coité promovido pela Secretaria do Trabalho e Ação Social (SETRAS), e o encontro reuniu 167 trabalhadores rurais de 26 municípios do Semiárido baiano.

Neste encontro foram apresentadas situações e questões pelos trabalhadores no que diz respeito às limitações técnicas que não permitiam o aproveitamento de

forma econômica de todo potencial do sisal, redução da oferta de trabalho que tornava o ganho extremamente difícil e insuficiente e impediam o acesso às garantias legais do trabalho e desempenho de atividades de risco como corte, transporte e desfibramento do sisal sem a utilização dos adequados equipamentos de proteção e segurança provocando muitos acidentes de trabalho.

Os trabalhadores reivindicaram implementação de linhas de crédito especiais para o plantio, custeio e beneficiamento, estímulo à criação de cooperativas de agricultores e apoio efetivo àquelas já existentes, intensificação do trabalho de assistência técnica aos produtores, especialmente ao pequeno agricultor, além de treinar e capacitar os trabalhadores na área de Segurança e Saúde visando a reduzir o número de acidentes.

A realização do III Encontro Estadual dos Trabalhadores Rurais da lavoura do Sisal pela SETRAS, em Conceição do Coité, nos dias 3 e 4 de julho de 1999, de diferentes segmentos, inclusive dos sindicatos dos trabalhadores rurais da região, permitiu a exposição e debate sobre os principais problemas que caracterizam a Região Sisaleira, com sua precária condição socioeconômica, a fragilidade de sua base produtiva e a vigência de relações de trabalho e padrões de segurança extremamente desfavoráveis.

Neste encontro participaram 200 trabalhadores rurais, autoridades de saúde e do trabalho e líderes sindicais da região. Mais uma vez, discutiram questões referentes às dificuldades no trabalho com o sisal, embora ainda continuasse sendo uma opção economicamente válida para o Semiárido Baiano.

Deste evento foi ressaltada a importância da sisalicultura que já havia no passado proporcionado rentabilidade e vantagens para a região e o estado. Portanto, era necessária a recuperação e retomada do seu crescimento. Um ponto de relevância deste encontro foi a construção coletiva da Carta do Sisal¹⁶, documento elaborado com objetivo de sensibilizar os órgãos públicos ligados aos problemas dos trabalhadores sisaleiros.

Um dos destaques do documento sinaliza a urgente necessidade de investimento do Governo Federal e Estadual para modernizar e dinamizar a região, além de criação de programas de alfabetização e qualificação para o homem do

¹⁶ A análise sobre os três encontros foi realizada a partir da leitura dos relatórios dos respectivos eventos disponibilizados pela Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte (SETRE), através da Coordenação de Relações do Trabalho e Documentação (CRTRAD) e encontra-se no Anexo A.

campo. A Carta do Sisal destaca os problemas e apresenta as possíveis alternativas.

Desde o final de 2004, órgãos do governo, entidades de diferentes segmentos, especialmente os sindicatos e movimentos sociais atuantes no Território do Sisal participam de debates, discussões e planejam um conjunto de ações educativas/preventivas.

Apesar de esforços para a articulação entre segmentos e instituições, constata-se a necessidade da intensificação de ações dos órgãos envolvidos, ampliando sua abrangência, visando melhorar as condições de trabalho na cadeia produtiva do sisal.

Os trabalhadores que pelem com o sisal ainda são exauridos no trabalho que realizam e na própria existência. Portanto, historicamente lutam contra a negação do direito às condições básicas para a reprodução da vida.

3.2.3 Sistema de Produção Sisaleiro: “vem do sisal, meu senhor!”

Um por todos e todos por um!
Flaviano, assentado de Nova Palmares.

O Território do Sisal apresenta-se com um forte potencial de produção no setor agropecuário e a ovinocaprinocultura tem uma grande contribuição na geração de renda e produção de alimentos para as famílias da agricultura familiar, além de outras vantagens da cadeia produtiva.

A coerência interna do sistema de produção do sisal precisa ser entendida a partir de um conjunto de práticas laborais, econômicas e produtivas que se complementam para possibilitar a geração da renda, do emprego e das condições mínimas de vida de que necessita a população sisaleira.

A ideia de sistema de produção sisaleiro vem sendo desenvolvida para expressar o fato de que, embora seja a cultura do sisal dominante na região, ela não constitui uma monocultura a exemplo de outras existentes no Estado, como a da cana-de-açúcar e a do cacau, assumindo muitas vezes características próximas ao que se poderia chamar de enclave. (RAMOS; NASCIMENTO, 1997, p. 408)

As culturas que possuem algum valor social e econômico em uma região são importantes (umas mais, outras menos), a depender principalmente das circunstâncias históricas e conjunturais de um determinado momento.

Foi assim com a cana-de-açúcar no passado remoto, com o cacau no Sul e com o algodão no Sudoeste, no passado recente; é assim com a cultura do sisal no Nordeste da Bahia.

Existe um conjunto de atividades produtivas requeridas pela lavoura do sisal propriamente dita, enquanto atividade economicamente hegemônica, e a sua relação com as outras atividades complementares ao cultivo do sisal que se desenvolvem paralela e simultaneamente a ele.

A cultura do sisal, diferentemente das culturas citadas anteriormente, não tem sua importância restrita apenas aos componentes históricos, conjunturais e às variáveis socioeconômicas predominantes naquelas culturas; ela se situa num plano bem maior de complexidade, pois não existe um sucedâneo vegetal, nas mesmas condições climáticas e nos mesmos termos, para substituir a cultura do sisal.

Altamente resistente às secas, o sisal apoia-se especialmente na cultura minifundista, em pequenas e médias propriedades de terra, cujo alicerce principal é a agricultura de subsistência.

O sistema de produção do sisal confere também características especiais à mão de obra familiar que através de estratégias e arranjos internos busca atender concomitantemente as múltiplas demandas.

Neste caso, diferentemente da média e grande propriedade de sisal, o tempo de corte é a depender da necessidade de complementação da renda familiar e nem tanto a reação dos preços do mercado. Daí porque as batedeiras estão permanentemente em funcionamento, variando apenas de ritmo e volume de produção ao longo do ano.

Após o processo de secagem da fibra em campo, é feito o transporte para galpões fechados, em geral, localizados geralmente nas sedes dos municípios, onde estão localizadas as máquinas. Nas batedeiras ocorre a etapa de batimento das fibras, para remoção do pó que as envolve. Importante observar a tecnologia adotada no batimento da fibra, bastante arcaica, não tendo passado por inovações desde que se implantou a cultura sisaleira no Nordeste. Portanto, há bastante espaço para ganhos em termos de produtividade no batimento da fibra, desde que se avance na tecnologia adotada no processo.

Entre outros elementos que evidenciam essa hegemonia da economia sisaleira, está o fato de que o trabalho nas atividades de subsistência oscila basicamente em função da maior ou menor demanda de trabalho pela atividade com o sisal. Diante deste contexto, muitas famílias produzem artesanatos como uma alternativa para sobreviverem.

Foto 12- Artesanatos sisaleiros comercializados numa feira popular em Serrinha/BA, 2013.



Fotógrafa: Carol Ruiz Macedo.

O uso da terra é a expressão das diferentes atividades econômicas que ocorrem no Território do Sisal. A agricultura familiar é a base da sua economia. O desenvolvimento do rebanho caprino e ovino, o extrativismo, pela produção de carvão, pelo aproveitamento das rochas e outras atividades similares, contribuem significativamente para a sobrevivência dos sisaleiros.

A agropecuária e a extração vegetal, notadamente o sisal, assumem relevante função social por ocupar grande parte da força de trabalho da região. O setor industrial é alimentado pela atividade mineradora, destacando-se o ouro, pedras para construção, rocha ornamental, argila e quartzo, entre outros.

O sisal tem utilização muito vasta, sendo empregado em indústria de cordas, papel e papelão, na confecção de sacos, capachos, barbantes, passadeiras, sandálias, fios, chapéus, bolsas, tapetes e outros. Como subprodutos, fornece polpa,

bagaço, bucha, caldo ou mosto, graxa, cera, glucosídeos, álcool, ácidos, adubos e plásticos. Não requer cuidados especiais, vez que é uma planta rústica.

Foto 13 – Exposição de artesanatos feito com o sisal em Valente/BA, 2013.



Fotógrafa: Carol Ruiz Macedo.

A possibilidade de consórcio e de diversificação da produção da agricultura familiar do Território do Sisal e as atividades voltadas para a subsistência garantem renda e segurança alimentar para os agricultores familiares e para a população em geral.

A cadeia produtiva do sisal sofre com vários fatores para além da prolongada seca que se abate sobre a região, especialmente, as arcaicas relações trabalhistas predominantes no setor que ainda continuam incompatíveis com a legislação vigente e potencializam as desigualdades sociais.

Uma nova conjuntura, política e institucionalmente descentralizada, aliada à participação social delineiam os novos rumos frente às realidades geográficas que se inter cruzam a fim de estabelecer uma nova dinâmica socioespacial para o Território do Sisal, em que a autonomia de participação torna-se o elo central para a consolidação de um novo cenário democrático a caminho da cidadania.

4 CENÁRIO E TRAJETÓRIA DA PESQUISA

O verdadeiro serviço que prestamos [...] a movimentos e a indivíduos consiste em fazer com que sua voz seja ouvida, em levá-la para fora, em pôr fim à sua sensação de isolamento e impotência, em conseguir que seu discurso chegue a outras pessoas e comunidade. (MEIHY, 2005, p. 30)

4.1 O PERCURSO METODOLÓGICO

A elaboração de uma pesquisa pressupõe a existência de inquietações que constituem o pensamento crítico, analítico e reflexivo. A formação de pesquisadores tem de estar vinculada à valorização e à construção de novos conhecimentos. Essa cultura de “curiosidade autêntica”, de “dúvida permanente”, de “consciência dos limites do que se estrutura como conhecimento”, é uma cultura de busca continuada de compreensões sobre nosso dinâmico mundo. (GATTI, 2008)

A inquietação e o desejo possibilitam ao homem lançar-se na investigação, buscando desvelar a realidade de determinada situação, ou objeto de estudo, na sua complexidade e singularidades, não esquecendo do compromisso ético com os sujeitos. Não existe metodologia *a priori*. Esta se conquista no próprio trabalho, ao mesmo tempo em que vai se definindo o objeto teórico, de tal modo que resulta inerente às características deste. (FOLLARI, 2008, p. 76)

De maneira geral, as metodologias que se distanciam da observação experimental sofrem alto grau de desconfiança. E nesse cenário, essas metodologias sempre se encontram em uma difícil situação de validar e legitimar sua aplicação e resultados, valendo-se de um olhar externo regido por critérios alheios e descontextualizados, tendo como desafio a captura de especificidades ou a comparação de casos desde sua irreduzível singularidade.

Nesta perspectiva, a complexidade é uma marca fundante e ao mesmo tempo fundamental. Pensar em pesquisa na área de educação requer vê-la como uma construção individual e coletiva, portanto ocorrendo no movimento e em perspectivas, a partir de uma situação.

É este desvelar o mundo, romper com a ambiguidade, que se constitui em preocupação e sobre o qual se debruça a pesquisa qualitativa. Em que o importante

não é a generalização de resultados, mas a captura de especificidades ou a comparação de casos desde sua irreduzível singularidade.

A concepção epistemológica desejada neste estudo parte de alguns pressupostos que, juntos, ajudam a delinear a metodologia que foi utilizada. Na constituição do “ser pesquisador” encontram-se alguns aspectos importantes para a formação do espírito científico, tomados como fundamentos importantes e significativos no decorrer deste estudo.

Durante o processo de escolarização aprende-se a pensar separadamente, cada assunto em uma disciplina diferente. Ocorre que esta separação resulta buscar uma simplicidade, uma redução dos problemas a respostas definitivas.

A realidade é construída a partir de nosso conhecimento e, portanto, é única para cada indivíduo. Precisamente esta característica auxilia a perceber o pensamento complexo: não existe uma verdade que explique todas as questões do mundo, ou uma forma de agir que seja a correta.

Cada ser percebe o mundo de um modo diferente, interpreta-o mentalmente à sua maneira e, por fim, reage a ele de sua forma. O ser humano é complexo demais para ser reduzido a um único ponto. Neste contexto, o conhecimento é visto como um fenômeno dinâmico e mutável resultado da interação entre os sujeitos e o mundo. Uma boa parte dos métodos qualitativos procura justamente dar voz aos que a têm sufocada por outras vozes que, à custa de tanto se fazerem ouvir abafam todas as demais.

Neste sentido, as contradições que aparecem durante a pesquisa não chegam a ser entraves, mas evidências que também levam a entender o contexto e os sujeitos investigados. O ser social não é um conjunto de fatos individuais isolados, mas sim um complexo.

Das contradições da pesquisa poderão surgir respostas ou outras perguntas; o que interessa é a compreensão dos sinais, dos enigmas, das evidências que as perguntas e as respostas podem apontar ao pesquisador.

O conhecimento não pode ser visto como algo estável e imutável, esperando apenas “pesquisadores iluminados” que retirem dos objetos suas verdades inerentes. Exercemos a insegurança, em vez de a sofrer. O verdadeiro pensamento é o que olha de frente, enfrenta a desordem e a incerteza. (MORIN, 1996, p.198)

Como o conhecimento não é estático e imutável, o pesquisador deve entender as contradições como algo positivo no processo de pesquisa, pois elas o

forçarão a mudar de postura se ele quiser avançar na sua formação. Além disso, todo objeto deve ser apreendido como um momento de um processo histórico. O conhecimento deve apreender a gênese e as tendências de desenvolvimento do objeto, analisando suas contradições e possibilidades de superação.

Segundo Bachelard (1996, p. 19), “[...] o homem movido pelo espírito científico deseja saber, mas para imediatamente melhor questionar”. Para todas as perguntas existem respostas, ainda que provisórias. A questão é se as respostas encontradas irão agradar ou não a quem perguntou.

As contradições a que Bachelard (1996) se refere são as que aparecem entre a teoria e a prática da pesquisa, ou seja, o pesquisador elabora uma visão de pesquisa, mas ao chegar ao campo encontra elementos que negam mais do que comprovam suas teses. Para o autor, essas contradições devem ser concebidas como normais no processo de pesquisa.

Tive oportunidade de conhecer e aprender com o trabalho de campo, pois me surpreendeu, e não simplesmente confirmou teorias já postas e “encaixadas”; pelo contrário, o referencial foi (re)construído em todo o processo.

Outro ponto que merece ênfase é a relação da pesquisa com o contexto social. A produção científica é indissociável da própria história do homem e de sua produção material. “A pesquisa científica está influenciada pelas condições históricas de sua produção (inter-relações materiais, culturais, sociais e políticas). A recuperação dessas condições complementa as análises epistemológicas”. (GAMBOA, 2000, p. 73)

O pesquisador precisa ficar atento a estas novas evidências para não cometer o erro de simplificar a interpretação do problema desconsiderando o contexto em que se insere a pesquisa e de suas várias dimensões que agem e interagem ao mesmo tempo sobre o fenômeno educacional. (LÜDKE; ANDRÉ, 1986) Portanto, um dos “[...] desafios [...] é captar essa realidade dinâmica e complexa de seu objeto de estudo, em sua realização histórica”. (LÜDKE; ANDRÉ, 1986, p. 5)

Vale destacar algumas características significativas que distinguem o objeto de estudo das ciências sociais, tornando-as específicas: sua historicidade, a existência de uma identidade entre sujeito e o objeto, sua consciência histórica e o caráter ideológico determinado pelas diferentes visões de mundo.

Considerando o contexto histórico da pesquisa, merece destaque o papel do pesquisador, que também é influenciado pelos acontecimentos do seu tempo e é parcial em suas escolhas e posturas assumidas durante o processo de investigação.

O papel do pesquisador é justamente o de servir como veículo inteligente e ativo entre [...] conhecimento acumulado na área e as novas evidências que serão estabelecidas a partir da pesquisa. É pelo seu trabalho como pesquisador que o conhecimento específico do assunto vai crescer, mas esse trabalho vem carregado e comprometido com todas as peculiaridades do pesquisador, inclusive e principalmente com suas afirmações políticas. (LÜDKE; ANDRÉ, 1986, p. 5)

Neste sentido foi importante definir um caminho que permitisse a aproximação da melhor forma possível com os sujeitos envolvidos nesta pesquisa, buscando uma compreensão detalhada dos significados e características comuns às situações que foram apresentadas pelos protagonistas deste estudo.

A análise documental foi um procedimento importante e necessário de investigação. Para Guba e Lincoln (1981 *apud* LUDKE; ANDRÉ, 1986), a análise documental apresenta vantagens, pois:

- a) os documentos constituem uma fonte estável e rica, que perdura ao longo do tempo, podendo ser consultados várias vezes, o que dá mais estabilidade aos resultados obtidos;
- b) constitui uma fonte poderosa de onde podem ser retiradas evidências que fundamentam as afirmações que podem desvelar um determinado contexto;
- c) representam uma fonte natural de informações que permitem ao pesquisador uma maior aproximação com o contexto em que as informações foram produzidas.

A abordagem da pesquisa seguiu uma orientação qualitativa. “O estudo qualitativo [...] é o que se desenvolve numa situação natural, é rico em dados descritivos, tem um plano aberto e flexível e focaliza a realidade de forma complexa e contextualizada”. (LÜDKE; ANDRÉ, 1986, p. 18)

A pesquisa qualitativa ofereceu subsídios significativos na interpretação dos dados, particularmente nos depoimentos dos sujeitos. Logo, a interpretação da

cultura cotidiana dos sujeitos, modos de vida, maneiras de pensar, sentir e agir, valores, sistemas simbólicos, hábitos, costumes, crenças, lutas, tabus, foram tomados como referência para a análise.

4.1.1 A Abordagem, os Procedimentos e os Instrumentos

A escrita neste estudo brota do trabalho solidário, do encontro de pessoas, ideias, pensamentos, saberes, fazeres e sonhos. Um trabalho povoado de vozes, trajetórias. Histórias de mulheres e homens e de imagens cotidianas da vida. Histórias impregnadas de privações, lutas e persistências.

No âmbito da abordagem qualitativa, o estudo de caso foi escolhido porque alguns aspectos, quando relacionados, nos permitem penetrar no “interior” do objeto estudado. Segundo Lüdke e André (1986), o estudo de caso apresenta algumas características fundamentais, entre elas: “[...] enfatizam a ‘interpretação em contexto’; [...] procuram representar os diferentes e às vezes conflitantes pontos de vista presentes numa situação social”. (LÜDKE; ANDRÉ, 1986, p. 18-20)

O desafio para o pesquisador consiste em captar e/ou desvelar os significados e explicá-los de tal maneira que quem os lê pode interpretar aquilo que ocorre no grupo estudado tão apropriadamente como se fosse um membro daquele grupo.

Neste estudo, o contexto social da pesquisa, o Assentamento Nova Palmares, pertencente ao município de Conceição do Coité, Território do Sisal da Bahia, possui especificidades que não poderiam ser ignoradas, de modo algum, durante o desenvolvimento desta pesquisa, mesmo não admitindo generalizações e com validade para o universo escolhido.

Diante da impossibilidade de realizar uma pesquisa com os 20 municípios no Território do Sisal, o município de Conceição do Coité ficou como escopo mais específico deste estudo. Os critérios de escolha tomaram como base: a minha atuação como professora e pesquisadora vinculada ao Departamento de Educação do Campus XIV da UNEB, espaço em que venho desenvolvendo pesquisas no campo da EJA no contexto sisaleiro.

Também a existência de um número significativo de segmentos que atuam direta e indiretamente com a EJA no município, como: poder público (federal,

estadual e municipal), organizações não governamentais e atuação dos movimentos sociais, sindicais e populares e, especialmente, a história de luta e resistência dos moradores do Assentamento Nova Palmares no município de Conceição do Coité levaram-me a fazer esta escolha.

Em relação aos procedimentos, foram tomados como referência na coleta exploratória e nas análises e primeiras aproximações com este estudo, as teses e dissertações, livros e artigos de periódicos; as bases de dados (SciELO, Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD)); os dados educacionais quantitativos e qualitativos do IBGE, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), da Secretaria Estadual de Educação da Bahia (SEC/BA), Coordenação da EJA e da Educação do Campo e da Diretoria Regional de Educação 12 (DIREC).

Também contribuíram para a pesquisa dados e informações do Fórum Regional de EJA do Território do Sisal, do Observatório de Educação de Jovens e Adultos (OBEJA Sisal), da Secretaria Municipal de Conceição do Coité, além de documentos de órgão do governo relacionados ao acesso à terra e também referentes ao trabalho, renda, segurança e saúde dos trabalhadores sisaleiros.

A pesquisa documental e bibliográfica contribuiu no levantamento e estabeleceu um diálogo com estudos já produzidos sobre a identidade, trabalho, cultura, a questão fundiária e educação popular de pessoas jovens, adultas e idosas do campo, no contexto brasileiro, baiano, da região do Território do Sisal, e particularmente em Conceição do Coité e do assentamento Nova Palmares.

O diálogo com representantes dos movimentos sociais, sindicais e populares que atuam no Território do Sisal direta e/ou indiretamente com a educação de pessoas jovens, adultas e idosas subsidiou na (re)constituição da memória da EJA no município e, especialmente no assentamento.

Para a coleta de dados, foram utilizados diário de campo e também fotografias, observações *in loco*, entrevistas semiestruturadas, envolvendo perguntas que foram respondidas pelos atores sociais pesquisados. O depoimento¹⁷ é uma técnica usada em história oral para obtenção de declarações de sujeitos sobre um acontecimento do qual tenha tomado parte, ou que tenha testemunhado.

¹⁷ Considerando a produção de fontes orais para investigação histórica, propõe-se o uso do termo entrevista para designar o momento em que o entrevistado e investigador são postos frente à frente, e o termo depoimento para se referir ao resultado daquela relação comunicativa.

Neste sentido, os depoimentos permitiram acesso à realidade demarcada pelas vivências de cada entrevistado e foram fontes riquíssimas para o desenvolvimento deste estudo.

As lembranças evocadas e transmitidas pelos sujeitos estão presas a sua trajetória de vida, o que permitiu oferecer um testemunho das transformações ocorridas no seu percurso e, ao mesmo tempo, produzir uma análise das mudanças por eles percebidas.

Quando se trabalha com um conjunto de depoimentos, torna-se interessante perceber que cada um contribui com a pesquisa complementando informações e, mais significativo, oferecendo elementos importantes e necessários para a (re)construção do contexto social ao qual a pesquisa se refere.

No entanto, quando se faz o registro e a posterior análise do depoimento, devem-se levar em consideração as disposições que o entrevistado quis manifestar por intermédio de suas declarações, pois o que emerge dos depoimentos não pode ser entendido nem como uma reprodução da realidade, nem como um falseamento dela, mas representa apenas uma dimensão de uma realidade social multifacetada.

Trata-se de uma construção que cada sujeito elabora a partir de uma realidade percebida e vivida. O Roteiro de Entrevista (APÊNDICE C) constituiu um mapa da memória, e não um engessamento que pode impedir maior flexibilidade na condução das entrevistas e na construção da narrativa.

Neste sentido, serviu como ponto de partida para que as mulheres e homens sisaleiros narrassem suas lembranças, vivências e experiências, além de relatar no presente sobre sua vida, seu trabalho, família, seus desejos, afetos, desafetos, sonhos, tristezas, alegrias, perspectivas, entre outros. Enfim, o ato de entrevistar foi constituído por uma relação humana que considerou a alteridade, o respeito e a interlocução.

Durante todo o processo de pesquisa existiu transparência na comunicação entre pesquisador e pesquisados. Buscou-se o respeito e o diálogo como elos para tal interação. O vínculo que foi estabelecido gerou confiança.

Todos que colaboraram e se envolveram na pesquisa assinaram uma Carta de Cessão (APÊNDICE B), autorizando a publicização dos depoimentos e imagens. Suas histórias, pelejas, sagas, labutas, memórias, trajetórias singulares, suas diferentes formas de estar sendo no mundo compõem fragmentos de autobiografia,

entendida aqui com um dispositivo potencializador de conscientização e da emancipação.

Parti do pressuposto de que a trajetória escolar não é linear, sem atrasos, reprovações sucessivas e interrupções nos estudos constitui-se na maioria das vezes uma realidade apenas para os sujeitos oriundos dos meios sociais favorecidos, e que, portanto, para os sujeitos dos setores populares essa trajetória é marcada por desafios e limitações.

Assim pensado, tratou-se de identificar de que maneira e com que intensidade as condições de existência afetavam, por um lado, o destino escolar nas suas várias dimensões, entre elas a duração da escolaridade, nível de ensino, os resultados escolares obtidos, enfim a própria vivência da experiência escolar e, por outro, as estratégias que cada sujeito utilizava para acessar e permanecer no processo de escolarização.

Observa-se que os sujeitos dos setores populares, ao mesmo tempo em que expressam sentimentos e atitudes de rejeição e distanciamento à instituição escolar, reconhecendo e reagindo aos processos de discriminação, desvalorização e inferiorização social de que muitas vezes são vítimas, fora e dentro do contexto escolar, não abdicam do seu direito à educação, mas “[...] aceita-a como fonte legítima da aquisição do conhecimento, e nela depositam suas expectativas de promoção social.” (NOGUEIRA, 1991, p. 90)

Como se produz o direito à educação na vida de mulheres e homens que vivem o cotidiano do campo e como se dão os aprendizados no Assentamento de Nova Palmares do município de Conceição do Coité pertencente ao Território do Sisal da Bahia? Tornou-se a pergunta de partida deste estudo e que possibilitou a penetração no mundo vivo e vivido dos sujeitos deste estudo.

Como apreender os ensinamentos dessa luta, os aprendizados dessas mulheres e homens de fibra no cotidiano em que vivem; e o que conceber como produção do sentido do direito à educação para todos? Quem são, o que pensam, fazem, desejam e demandam estes sujeitos? A escola e os outros espaços de aprendizagem têm respondido de que maneira às suas demandas? Qual a importância da educação na vida deles? E que educação está disponibilizada para eles? Estas são questões norteadoras desta pesquisa.

As indagações e inquietações são marcas visíveis presentes na organização desta investigação, desde a problematização inicial à configuração final. O caminho

metodológico baseado no estudo do cotidiano, partindo da análise dos depoimentos dos sujeitos, das observações *in loco* e dos registros fotográficos e do diário de campo, materializa o desejo e a necessidade de apresentar os sujeitos, verdadeiramente como protagonistas deste estudo.

Os encontros coletivos foram singulares, momentos de troca de saberes entre pesquisadora e os sujeitos envolvidos neste estudo. A metodologia flexibilizou as minhas intervenções como pesquisadora, me proporcionando maior liberdade para viver a partir dos tempos, ritmos e do extraordinário cotidiano dos sertanejos sisaleiros de Nova Palmares.

No primeiro encontro coletivo com os moradores que foram convidados antecipadamente com a colaboração de algumas lideranças do assentamento, apresentei-me como professora do Departamento de Educação do Campus XIV da UNEB. Confessei-lhes que não conhecia Nova Palmares, embora trabalhasse no município de Conceição do Coité desde 2003 e tivesse realizado pesquisa no Povoado de Laginha, próximo ao assentamento, e que já havia conversado com pessoas que informaram sobre o local.

Falei sobre a finalidade da pesquisa e da minha presença ali, além de ressaltar a importância da presença deles naquele momento, bem como a escolha do local e o motivo de terem sido convidados, e finalmente agradei a cada pessoa.

Esses cuidados foram fundamentais para assegurar a representatividade, flexibilidade, espontaneidade, melhor fidedignidade dos depoimentos e principalmente, contribuiu para a reflexividade e a esquematização durante todas as etapas do processo de pesquisa. Compareceram ao encontro quinze pessoas, sendo nove mulheres e seis homens, além do alfabetizador da classe de EJA que funcionava na escola do assentamento.

No local também compareceram crianças, filhos e netos, que acompanhavam atentamente tudo o que acontecia. Procurei estabelecer com eles uma conversa informal (bate-papo). Solicitei-lhes que cada um se apresentasse, pois, embora todos se conhecessem, eu não os conhecia. Solicitei que cada pessoa construísse seu perfil. Começaram dizendo seus nomes, idades, o que faziam, número de filhos, estado civil.

A cada apresentação todos riam e brincavam, particularmente quando falavam dos apelidos, das idades e estado civil. Percebia-se grande intimidade e

cumplicidade entre eles. Algumas vezes o alfabetizador fazia intervenções, chamando a atenção de algo que falavam.

Ele era o meu elo com os demais; era visível a simpatia, respeito e consideração de todos por ele, sem dúvida, uma pessoa importante e líder no local. Este foi o “clima” de todos os encontros.

Busquei, na primeira ida a campo, prestar mais atenção ao cotidiano vivo e vivido dos moradores de Nova Palmares, através da observação, do olhar e da escuta sensível. O encontro com os moradores estava marcado para 19h, horário estabelecido pelo grupo (era o melhor horário para eles, pois durante a semana todos estavam trabalhando em tempo integral) e de acordo também com meu itinerário (Salvador – Conceição do Coité = 210km/ Conceição do Coité – Nova Palmares = 12km). Todo itinerário levava aproximadamente entre 5 e 6 horas de viagem.

Vale ressaltar que o primeiro encontro foi o alicerce de todo o trabalho, foi impactante para mim. Até aquele momento denominava-os assentados, entretanto, a partir do primeiro contato, do olhar, da conversa, de assuntar o local da pesquisa, pode-se dizer que a “ficha caiu”, reconheci em cada pessoa, homens e mulheres, indivíduos de um grupo social, não meros colaboradores, mas sujeitos concretos, com identidades singulares, com um jeito próprio de pensar, viver, conviver e agir no cotidiano.

4.1.2 O Cotidiano na Pesquisa: a arte do fraco é ser de fibra

A partir daí, senti o desejo e percebi a necessidade de dar vez e voz aos sujeitos através das trocas, dos diálogos, conhecendo um pouco das suas histórias vividas na infância, do cotidiano escolar daqueles que tiveram acesso, da coragem em continuar suas lutas diárias para não desistirem e serem respeitados nos seus saberes, fazeres, sonhos, desejos, enfim, como sujeitos históricos.

Além disso, a prática discursiva produziu interação situada e contextualizada, ou seja, produziram sentidos e construíram diferentes versões e olhares, algumas vezes consensuais, outras vezes contraditórios sobre a realidade, enfim, sobre o cotidiano vivo e vivido destes sujeitos que direta e/ou indiretamente estão vinculados ao Assentamento Nova Palmares.

No cotidiano, as manifestações dos aspectos político, econômico, cultural entre outros, se concretizam e se relacionam evidenciando uma variedade de elementos que, muitas vezes, negam as abordagens totalizantes e generalizadoras que buscam ideias fundadoras para explicar as causas dos fenômenos estudados.

O cotidiano tem sido representado como o lugar dos comportamentos repetitivos, rotineiros, onde a vida transcorre igual, onde nada de novo acontece. Lugar dos homens comuns, onde a história se passa a contragosto por tratar de anônimos, executando modos de viver reprodutores de padrões e valores. Lugar do banal, da banalização da vida, onde as práticas ensinam repetidamente as ações seculares e tradicionais por gerações. Lugar onde as mulheres e homens constroem suas próprias vidas, pensadas na individualidade e desvinculadas de perspectivas coletivas. (CECCON; PAIVA, 2000, p. 20)

A metodologia possibilitou fazer o levantamento do perfil dos sujeitos: quem são, onde estão, o que sabem, o que fazem, o que pensam, quais seus sonhos e desejos, como resistem contra a privação de direitos. O cotidiano foi considerado como uma dimensão significativa para o desenvolvimento deste estudo.

Este cotidiano onde se desenrolam suas lutas, recriam o espaço tão carente de infraestrutura, apropriando-se dele pelas redes de solidariedade e novas vinculações estabelecidas com outras pessoas e com a história da localidade, e onde tecem outros saberes, buscando organizar um movimento para a conquista de direitos negados, tais como: o direito à terra, à educação, à saúde, à segurança, ao saneamento básico, enfim, a uma melhor qualidade de vida.

O território cotidiano destes sujeitos é um espaço no qual venho trilhando os itinerários e percursos de minha trajetória profissional e humana. O cotidiano me desafia no que se refere à prática da pesquisa, pois, mais que buscar novos enfoques metodológicos necessários e requeridos para explicar a relação educação x sociedade na contemporaneidade, subsidia-me a tecer novas configurações teórico-metodológicas que apontem para outras possibilidades interpretativas do(s) saber(es), fazer(es) e memória(s) das mulheres e homens sisaleiros.

O cotidiano é aquilo que nos é dado cada dia (ou que nos cabe em partilha), nos pressiona dia após dia, nos oprime, pois existe uma opressão do presente. Todo dia, pela manhã, aquilo que assumimos, ao despertar, é o peso da vida, a dificuldade de viver, ou de viver nesta ou noutra condição, com esta fadiga, com este desejo. O

cotidiano é aquilo que nos prende intimamente, a partir do interior. É uma história a meio-caminho de nós mesmos, quase em retirada, às vezes velada. Não se deve esquecer este “mundo memória”, segundo a expressão de Péguy. É um mundo que amamos profundamente, memória olfativa, memória dos lugares da infância, memória do corpo, dos gestos da infância, dos prazeres [...]. (CERTEAU; GIARD; MAYOL, 1996, p. 37)

O cotidiano é o espaço onde as pessoas vivenciam as mudanças que acontecem no mundo, recriando na vida diária as estratégias de resistências e/ou adaptação a essas mudanças. Também é espaço onde a expressividade oral, corporal, as tramas políticas, as representações religiosas, as estratégias de sobrevivência física e cultural aparecem driblando muitas vezes o silêncio imposto pelas diferentes formas de exclusão. “No estudo do cotidiano os fragmentos e vestígios (inseridos nas sutilezas da fala, dos documentos etc.) adquirem importância central na descoberta de novos olhares e focos investigativos”. (VELLANES, 2004, p. 28)

Uma nova realidade se apresentava com muitas interrogações e desafios. Um deles foi escrever sobre a vida dessas pessoas, expor suas trajetórias e percursos. A opção foi assegurar a coautoria e envolvimento de cada uma delas de forma participativa. A escolha em realizar a pesquisa em Nova Palmares partiu da necessidade de desvelar e desvendar o cotidiano de mulheres e homens sisaleiros que nas suas trajetórias de vida sempre pelejaram em prol da coletividade e da justiça, mesmo sendo herdeiros de um legado de privações e discriminações.

Todas as idas a campo foram previamente agendadas. Cronologicamente, foram realizados quatro encontros coletivos nos meses de julho, agosto, novembro e dezembro de 2012. Ocorreram mais seis encontros em 2013, nos meses de janeiro, abril, julho, agosto, outubro e novembro especificamente com os quatro sujeitos da pesquisa. Duas mulheres e dois homens sisaleiros.

Em 2014, ocorreram dois encontros, nos meses de janeiro e março. A pesquisa foi desenvolvida por etapas, por conta da dinâmica da organização do assentamento e especialmente da disponibilidade do tempo de cada sujeito colaborador deste estudo.

Durante as observações e conversas que ocorreram tanto na Associação dos Pequenos Produtores e Assentados do Projeto Nova Palmares (APPAPNP), como

na Escola João Rodrigues da Silva¹⁸, buscou-se compreender os saberes, os fazeres, como pensavam e agiam segundo suas condições de existência dentro do assentamento.

Desde dezembro de 2011, o contato com os assentados foi contínuo e constante. A cada ida ao assentamento foi possível observar as estratégias e as táticas que os moradores de Nova Palmares materializavam dia a dia. A luta pela sobrevivência de suas famílias e por dignidade humana é extraordinária.

Os relatos e as fotografias do local foram colhidos em momentos distintos de vivência no campo junto aos sujeitos deste estudo, e foram fundamentais para capturar o cotidiano, as expressões culturais, os modos de ser, agir e viver dentro do assentamento.

Conforme Macedo¹⁹, a fotografia está intimamente ligada à nossa vida cotidiana. Tão incorporada está nos nossos hábitos que de tanto vê-la quase não a percebemos. Presente em todos os acontecimentos privados ou públicos, naturalizada como fonte de informação, imprescindível elemento documental, a fotografia aparece ainda hoje como um dos mais fiéis e imparciais processos de reprodução da vida social. A fotografia, a cultura e o cotidiano vivem uma relação constante de ocultações e revelações.

Entretanto, essa aproximação foi cuidadosa, alguns moradores não mostraram abertura para conversarem inicialmente. Chegaram a indagar sobre a natureza deste estudo. Esses questionamentos, sempre que ocorreram, vinham de forma a mencionar outras pesquisas ou mesmo visitas com coletas de dados realizadas, cujo fruto e destino desconheciam e que não deixavam contribuição para a memória do assentamento. A partir do diálogo e da transparência, os sujeitos deste estudo colaboraram ativamente e espontaneamente, narrando os percalços, as alegrias, tristezas, contradições e labutas que viveu, sendo de fato protagonista da sua história.

¹⁸ Os moradores denominam como Escola 12 de Janeiro, em homenagem à data de aniversário do assentamento. Segundo os moradores a definição do nome da escola se constitui um impasse, resultante do embate entre os habitantes do assentamento e antigo poder político local. Existe ainda uma indefinição no que se refere a essa questão.

¹⁹ Carolina Ruiz de Macedo é professora do curso de Comunicação Social/Rádio e TV da Universidade do Estado da Bahia, DEDC/Campus XIV. As informações inseridas no texto foram concedidas a partir de entrevistas realizadas em Conceição do Coité e Salvador, 2014. Algumas fotografias foram cedidas para este estudo. Elas são integrantes da exposição *O Extraordinário Cotidiano: manifestações culturais da região sisaleira* (2010), na disciplina Fotografia no curso de Comunicação Social – Radialismo da UNEB Campus XIV.

Vale destacar que alguns cuidados para a realização das entrevistas de trajetórias de vida, foram colocados em prática, tais como: estabelecimento de uma relação de confiança, que pudesse contribuir para o sucesso das entrevistas, possibilitando um diálogo sincero e consistente com o entrevistado, respeitando o temperamento, a personalidade e o tempo de cada um, fatores que muito influenciaram as características de suas narrativas.

As trajetórias de vida são depoimentos de história de vida mais sucintos e menos detalhados, têm se tornado comum em muitos programas e grupos de pesquisa. O tempo foi um fator singular para o desenvolvimento das entrevistas com cada sujeito e também para a efetivação dos encontros coletivos.

Os encontros ocorreram na Associação dos Pequenos Produtores e Assentados do Projeto Nova Palmares (APPAPNP). Este espaço é importante para a comunidade, pois acontecem reuniões, as místicas, os festejos, os cursos, as celebrações e o café partilhado que ocorre no aniversário de Nova Palmares.

Foto 14 – Café partilhado em comemoração aos 15 anos de Nova Palmares, Conceição do Coité, 2013



Fotógrafa: A autora.

Todos participam ativamente, contribuindo com alimentos (café, leite, pão, beiju, biscoitos e bolos de diferentes sabores da extraordinária culinária sertaneja

sisaleira). Esse momento de comemoração do aniversário do assentamento sempre acontece no dia 12 de janeiro. Participar dos festejos subsidiou-me a compreender e penetrar no cotidiano de Nova Palmares.

Os participantes são crianças, jovens e mulheres e homens, que cantam e rezam. Cada membro que chega ao local é acolhido pelo grupo sempre com demonstração de afeto (apertos de mãos e abraços).

Foto 15 - Celebração do aniversário do Assentamento Nova Palmares, Conceição do Coité, 2014



Fotógrafa: A autora.

Ao pesquisador cabe a responsabilidade, o comprometimento e a sensibilidade de não ignorar essa multiplicidade de elementos que a vida cotidiana possibilita para a compreensão e apreensão da realidade complexa onde estão inseridos os sujeitos da pesquisa.

A partir das 4h da manhã, um grupo de homens e mulheres caminham, cantam, rezam, dizem expressões a favor da reforma agrária, soltam foguetes e batem tampas de panelas, com o objetivo de acordar os moradores para a caminhada até o local (o marco) onde ocuparam a terra.

Em todo desenvolvimento da pesquisa vivenciar e (com)partilhar o cotidiano com as mulheres e homens do assentamento foi fundamental para compreender o modo de ser e estar no mundo dos moradores de Nova Palmares.

Homens e mulheres que vivem as possibilidades de alterar o curso que a vida vai tomando, rompendo com comportamentos e produzindo novos modos de agir. No movimento social dinâmico e combativo, ao se enfrentarem as dificuldades, ao refletirem sobre a realidade, as pessoas encontram brechas para construir novos espaços para viver, cheios de novas significações.

Foto 16 - O marco da Ocupação- Assentamento Nova Palmares, Conceição do Coité, 2014.



Fotógrafa: A autora.

As entrevistas fluíram normalmente, evitaram-se questionamentos rígidos, que pudessem interromper a narrativa, consideraram-se ainda as possibilidades e os limites de cada entrevistado como determinantes para o ritmo da entrevista, influenciando na duração de cada entrevista e no intervalo entre uma entrevista e

outra. A escolha dos dias e horários para as entrevistas foi determinada pelos sujeitos da pesquisa.

Segundo Delgado (2006), a opção por essa modalidade de entrevista acontece quando o depoente dispõe de pouco tempo para a entrevista, mas o pesquisador considera importante para os objetivos da pesquisa recuperar sua trajetória de vida.

Também é aplicável quando a situação é inversa. Isto é, quando o entrevistador, por razões de distância, viagem ou outros fatores, não dispõe de muitos dias para recolher um depoimento mais pormenorizado da história de vida.

As duas fontes usadas e mais concretas para a análise foram a entrevista e o memorial construído pelos próprios sujeitos envolvidos na pesquisa. Estes foram os principais instrumentos de coleta dos dados, porque pela fala os sujeitos passam a expor o conteúdo de suas lembranças e o memorial, concebido aqui como uma forma de recuperação da história de vida, materializa os acontecimentos, situações, experiências, ações e reações que marcaram a sua trajetória pessoal.

Os memoriais escritos por duas mulheres e dois homens foram utilizados para a análise. Eles são lideranças dentro do Assentamento Nova Palmares e estão desde a ocupação em 1998. Os memoriais foram fundamentais para que a história da vida dos protagonistas desta pesquisa fossem registradas e visibilizadas. Mulheres e homens sertanejos sisaleiros que estão vinculados diretamente às lutas sociais e que são marcados direta ou indiretamente pelo motor do sisal, pais e mães de família, na faixa etária de 27 a 52 anos, herdeiros de um legado de negação de direitos básicos, mas também de muita luta, resistência e esperança.

O Roteiro de Memorial (APÊNDICE D) foi apresentado aos sujeitos da pesquisa a partir dos seguintes pontos: trajetória escolar e de vida, atuação profissional e inserção/vinculação direta e/ou indireta com o Assentamento Nova Palmares. Além dos seus sonhos, desejos e perspectivas. Assim, foi possível permitir uma maior amplitude nas lembranças.

O uso das narrativas nasceu do desejo e da busca de uma experimentação, da tentativa de exercitar outras formas de focar os diferentes sujeitos, suas trajetórias, experiências cotidianas e suas lutas sociais diárias. O que se buscou neste estudo, com ênfase nos sujeitos da pesquisa, foi trabalhar com o cotidiano debruçando para suas concepções, seus significados culturais e para seus valores; não me restringi em descrevê-los e encaixá-los em minhas concepções e valores,

enquanto pesquisadora, procurei ir além, tentei compreendê-los.

Perguntas mais direcionadas e fechadas eram feitas posteriormente com o uso da entrevista para tirar alguma dúvida sobre o que foi registrado no memorial, mas que não ficou bem entendido. Na organização do roteiro foi utilizado o modelo de entrevista semiestruturada porque ela “[...] se desenrola a partir de um esquema básico, porém não aplicado rigidamente, permitindo que o entrevistador faça as necessárias adaptações”. (LÜDKE; ANDRÉ, 1986, p. 34)

Este estudo enfatizou a dinamização do fenômeno pesquisado, porque através da memória social, as lembranças do que foi vivido são recriadas no presente e materializadas pela linguagem com seus significados diversos.

O processo de pesquisa foi visto como algo dinâmico e flexível dentro de um contexto pluridimensional. As reflexões levaram ao entendimento que a luta social ensina. Além de contribuir para a compreensão das dicotomias, desigualdades e singularidades de ser sisaleiro.

A possibilidade de olhar a condição social, cultural e política dos assentados foi fundamental neste estudo. Durante todo o trabalho de campo em Nova Palmares, pela convivência e conversas com os assentados, constatou-se que a educação aparece como um importante instrumento na efetivação dos direitos de cidadania e que se materializa em diferentes espaços de aprendizagem.

As idas e vindas ao assentamento durante a pesquisa de campo contribuíram para aprofundar e ampliar o olhar, pois a partir da convivência e da aproximação com os assentados surgiu o desejo e a necessidade de identificar quais estratégias e táticas eram utilizadas no cotidiano para lutar contra a opressão e a submissão; como se organizavam e, especialmente, qual concepção de educação se materializava no Assentamento Nova Palmares.

Vivenciar o cotidiano dos assentados possibilitou uma compreensão mais ampliada de como vivem, se organizam e especialmente como exercem a participação diariamente. Poucos são os estudos que buscam, através das suas vozes, saber mais sobre seus afazeres, seus sonhos, anseios e suas trajetórias.

Usualmente as pesquisas se limitam em apontar estes sujeitos como invisibilizados, oprimidos e na maioria das vezes, “coitados” e “desvalidos”. Neste estudo eles são reconhecidos como mulheres e homens de possibilidades, que transformam a si e o meio em que vivem, a partir da luta contínua.

4.2 PERFIL MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO COITÉ: CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO

Segundo a tradição, o arraial de Coité originou-se de pouso de tropeiros que se deslocavam de Feira de Santana rumo a Jacobina dividindo a jornada, descansando num local onde havia fonte que, mesmo no período da estiagem, jorrava. A água dessa fonte era utilizada pelos tropeiros para consumo próprio e para saciar a sede dos animais da tropa.

Foto 17 – Planta que produz o “cuite”, Conceição do Coité, 2012.



Fotógrafa: A autora.

Os tropeiros pernoitavam sob o abrigo de uma árvore, cujos frutos eram pequenas cabaças que no idioma primitivo recebiam o nome de ‘Cuite’ (pequena cuia, origem indígena), que cerrada ao meio era utilizada pelas donas de casa. A partir de então começaram a fazer várias casas pela região e assim o local foi

crescendo.

O município de Conceição do Coité foi criado pelo Ato Estadual de 18 de dezembro de 1890, está localizado na região de planejamento do Nordeste do Estado da Bahia, pertence ao Território do Sisal, limitando-se a Leste com o Município de Serrinha, a Sul com os Municípios de Ichu e Riachão do Jacuípe, a Oeste com Retirolândia e Valente, e ao Norte com Santaluz e Araci. A sede municipal tem altitude de 440 metros. (ENCICLOPÉDIA, 1957, p. 412)

Foto 18 - Visão panorâmica de Conceição do Coité, 2009.



Fotógrafo: Paulo Roberto Fragoso.

O acesso a partir de Salvador pode ser pelas rodovias pavimentadas BR-324, BR-116 e BA-409, num percurso total de 210 km. O município está inserido na área do denominado “Polígono das Secas”, com clima semiárido e passando por longos períodos de estiagem.

Em 2010 foi recenseada pelo IBGE uma população de 62.040 habitantes. Possui 36.279 habitantes na zona urbana e 25.763 na zona rural. O Índice de desenvolvimento Humano (IDH) do município de Conceição do Coité é de 0,611 ocupando a 116ª posição no cenário baiano. Segundo o *Censo demográfico de 2010* (BRASIL, 2011), o município de Conceição do Coité possui taxa de analfabetismo na população de 15 anos ou mais de 19,84, %.

O município possui cinco distritos²⁰: Aroeira, Bandiaçu, Juazeirinho, Salgadália e São João. Os povoados são: Açude de Aroeira, Altinho da Vargem, Alto Bonito, Boa Vista, Cabaceiras, Canta Galo, Clários, Campestre, Cantinho, Caruaru, Ipueirinha, Itamar (Almas), Juazeirinho, Lagoa do Meio, Lajinha, Malhador, Maracujá, Maxixe, Novo Horizonte, Nova Palmares²¹, Onça, Patos, Peba, Santa Cruz (Tapera), Santa Rosa, São Roque, Serrote, Serra Vermelha, Tabuleiro de Amorosa, Vila Carneiro (Goiabeira) e Visgueira.

As receitas municipais²² provêm basicamente da agricultura, pecuária, indústria e mineração. Na produção agrícola, destaca-se o cultivo do sisal e a produção expressiva de mandioca. Na pecuária, destacam-se os rebanhos ovinos, suínos, asininos (jumento), caprinos e bovinos. O município produz ainda, codornas, ovos de codornas e leite de vaca.

O setor de comércio e serviços desponta como atividade econômica relevante. O município possui médias, pequenas e microempresas que atendem ao mercado consumidor local e da região. A feira livre que ocorre geralmente às sextas feiras é movimentada e fonte de renda imprescindível para muitos agricultores, artesãos e comerciantes, pois a feira atrai pessoas de toda a região sisaleira.

Conforme Lima, Oliveira e Spíndola (2008) estabelecimentos que mais empregam são os de fabricação de calçados²³ e os de beneficiamento e fiação de fibras têxteis. O município apresenta satisfatória infraestrutura de serviços contando

²⁰ Os distritos são territórios em que se subdividem os municípios. Os distritos dispõem obrigatoriamente de cartórios de ofícios de registro civil e, nos municípios maiores, podem sediar subprefeituras que favorecem a descentralização administrativa.

²¹ Em 14 de outubro de 2002 o governo municipal eleva Nova Palmares à condição de Povoado do Município de Conceição do Coité (ANEXO B).

²² Os dados socioeconômicos relativos ao município foram obtidos a partir de publicações do Governo do Estado da Bahia através da Secretaria do Planejamento da Bahia (SEPLAN), Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) e Censo 2010, do IBGE.

²³ A Fábrica de maior porte, a unidade de produção da Via Uno, que emprega quase 500 trabalhadores está prestes a fechar as portas devido ao término da isenção de impostos concedida ao instalar-se no município. Ainda não fechou, mas já dispensou muitos trabalhadores, que lutam na justiça pelos direitos trabalhistas.

com a presença de cinco bancos: Bradesco, Banco do Nordeste, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil (SICOOB), sendo uma agência de cada, e ainda duas casas lotéricas, que funcionam como posto bancário da Caixa Econômica Federal, duas agências postais e uma agência dos Correios.

O município possui empresas de transporte rodoviário interurbano, além de terminais telefônicos com acesso de Discagem Direta a Distância (DDD), Discagem Direta Internacional (DDI) e celular. Em Conceição do Coité funcionam a Rádio Sisal e a Rádio Sabiá FM, além das rádios comunitárias que estão localizadas na sede, nos povoados de Salgadália, São João e Nova Palmares.

O abastecimento de água no município é feito pela Empresa Baiana de Água e Saneamento S.A. (EMBASA), que tem água de poço como fonte de captação. O lixo urbano coletado é transportado em caminhão e depositado no lixão a céu aberto, próximo ao povoado de Laginha, localizado no município de Conceição do Coité.

O povoado fica situado a 5 km da sede do município; tem aproximadamente 150 casas. O lixo acarreta impactos ambientais graves no povoado e também na vida da população local. Segundo os moradores, esta situação põe em risco a saúde de todos. Além do mau cheiro, convivem com a fumaça provocada pela queima do lixo, e durante a noite muitas crianças e idosos passam mal. Embora tenham promessas do poder público de remover o lixão do povoado, eles se sentem envergonhados e excluídos.

No setor de minerais é produtor de argila, manganês e pedra. Seu parque hoteleiro registra 186 leitos. A energia elétrica é distribuída pela Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia (COELBA).

O sistema educacional no município dispõe de 268 estabelecimentos de ensino, sendo 113 de Educação Infantil; 145 de Ensino Fundamental com 12.211 matrículas, 10 de Ensino Médio com 2.193 alunos matriculados nas escolas estaduais.

Conforme dados da Diretoria Regional de Educação de Serrinha (Direc12), nas escolas estaduais funcionam o Tempo Formativo II, III e o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA). O Programa Brasil Alfabetizado (PBA) e o Programa Todos pela Alfabetização (TOPA) atuam na sede e na zona rural do

município com a alfabetização de jovens, adultos e idosos. O Departamento de Educação do Campus XIV, da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) foi implantado no município de Conceição do Coité desde 1992 e funciona com quatro cursos: Letras Vernáculas e Língua Inglesa, História e Comunicação Social.

As expressões culturais locais, tais como: música, literatura, vaquejada, danças, festas religiosas, os artesanatos, as cantigas de rodas e reisados contribuem significativamente para a identidade do povo sertanejo sisaleiro.

Foto 19 – Apresentação de Reisado no Fórum Regional de EJA do Sisal, Conceição do Coité, 2011.



Fotógrafa: A autora

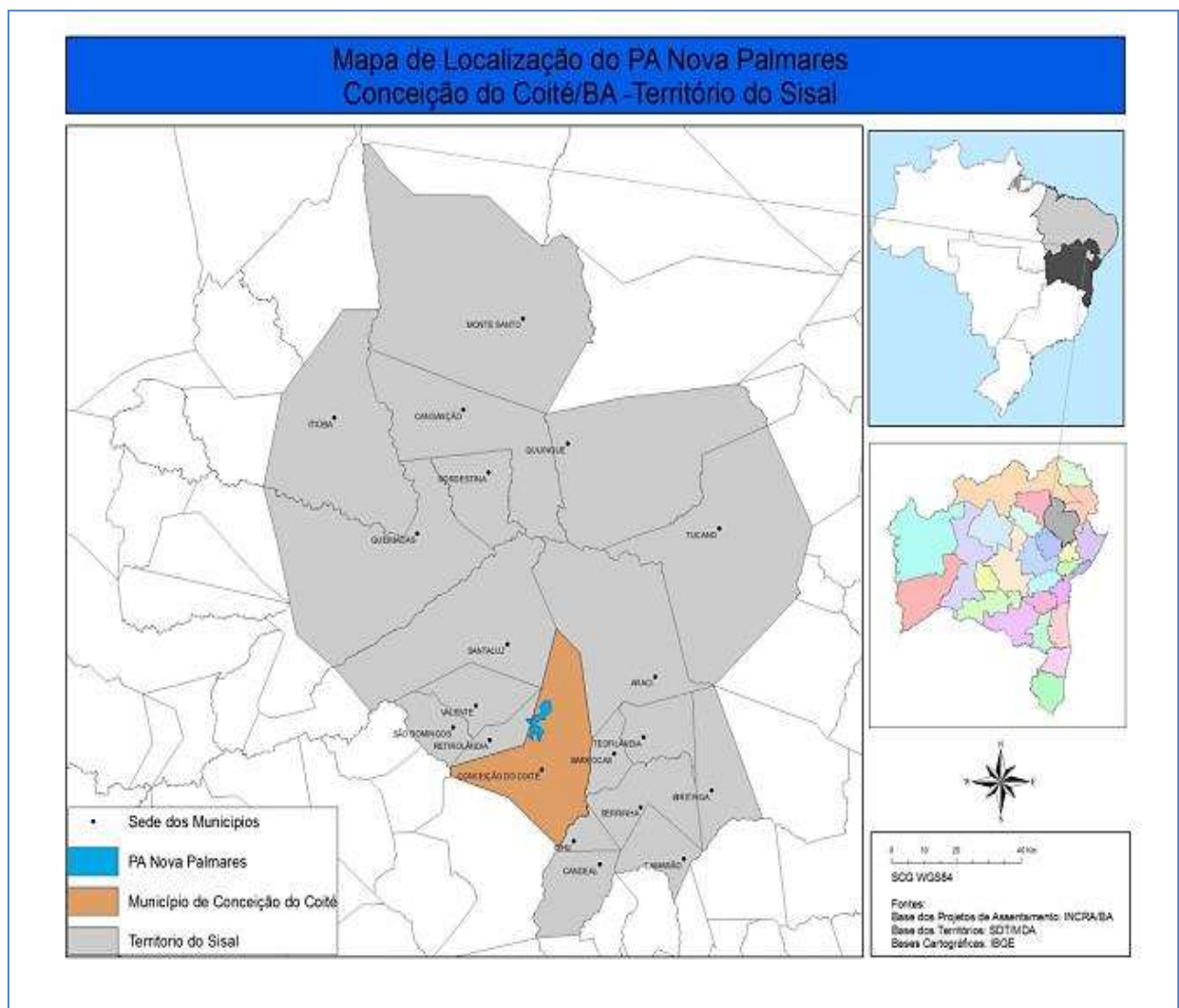
No reisado, além do caráter religioso de celebração do nascimento do menino Jesus, acontece o momento do samba, animado por tocadores de viola, tambores e pandeiros. O reisado é uma manifestação extraordinária na cultura dos sertanejos sisaleiros.

Vale ressaltar o papel importante da Orquestra Santo Antônio de Música que vem dando visibilidade ao movimento de música contemporânea em Conceição do Coité. Atualmente a iniciativa conta com 40 músicos na orquestra sinfônica, entre eles, crianças e adolescentes de 7 a 18 anos. A iniciativa tem como principal objetivo promover a cidadania e profissionalizar as crianças e jovens da região através da união de música regional e clássica.

4.3 O UNIVERSO DA PESQUISA: CARACTERIZAÇÃO DO PROJETO DE ASSENTAMENTO NOVA PALMARES

O Projeto de Assentamento Nova Palmares²⁴ está localizado no município de Conceição do Coité, no Território do Sisal da Bahia. As variáveis climáticas, como pluviosidade e temperatura, o caracterizam como semiárido e seco.

Mapa 3 - Localização do PA, Nova Palmares, Conceição do Coité/BA – Território do Sisal



Fonte: INCRA/BA, 2013.

²⁴ Os dados que traçam o perfil do Projeto de Assentamento (PA) Nova Palmares foram coletados a partir da pesquisa de campo e através de informações disponibilizadas no Plano de Desenvolvimento Sustentável (PDSA) do Projeto de Assentamento Nova Palmares elaborado em 2003 pela Fundação para o Desenvolvimento da Agronomia (DESAGRO) e disponibilizado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) da Bahia em 2013. Importante destacar que o referido plano ainda não foi aprovado (INCRA).

Em razão das condições climáticas tem um conjunto hidrográfico intermitente, de forma que apresenta volume satisfatório d'água no período de novembro e março, ficando interrompidos na maior parte do ano.

4.3.1 Histórico do Projeto de Assentamento e das Famílias

A Fazenda Berimbau
 A Fazenda Berimbau, a gente transformou
 Conceição do Coité é a nossa região
 Dia 12 de janeiro, dia da comemoração
 Ficaram todos assentados, com a reforma do Sertão
 Hoje é Nova Palmares, agradeço ao Senhor
 Hoje Nova Palmares é dos pobres trabalhadores
 O MOC e a FETAG, Sindicato também ajudou
 Para que você quer esta terra
 Para tirar alimentação
 Todo mundo está lutando, lutando por este chão
 Todo mundo vem pra cá, pra ver a nossa união.
 Osvaldo Carneiro da Silva, assentado de Nova Palmares.

Nova Palmares é uma homenagem ao Quilombo dos Palmares²⁵, cenário de uma das mais significativas histórias de resistência à escravidão ocorrida no mundo. Segundo relatos dos moradores e a partir da análise de documentos,²⁶ 189 famílias que não possuíam terras e que lutavam pela sobrevivência, vindas de cinco municípios da Região Sisaleira da Bahia (Conceição do Coité, Ichu, Retirolândia, São Domingos, Santa Luz e Valente) depositaram na reforma agrária a esperança de abrir caminhos para a conquista da terra. Configurou-se um processo de luta e resistência que aconteceu por meio da ocupação da Fazenda Berimbau, propriedade de Theócrita Calixto da Cunha, ex-prefeito da cidade.

²⁵ O maior, mais duradouro e mais organizado refúgio de escravos das Américas. Nele, reinou Zumbi dos Palmares, o herói negro assassinado em 20 de novembro de 1695, data em que se comemora o Dia Nacional da Consciência Negra.

²⁶ Além do Plano de Desenvolvimento Sustentável do Projeto de Assentamento Nova Palmares também foram consultados o relatório de Vistoria e Parecer Técnico (1999), o Estatuto da Associação dos Pequenos Produtores Assentados do Projeto Nova Palmares (APPAPNP) e o Regimento Interno do Assentamento.

Conforme Carvalho²⁷, na década de 1980, na Fazenda Berimbau existiam 80 “máquinas paraibanas” e cerca de 800 trabalhadores. Dezenas de famílias tiravam seus sustentos e residiam na fazenda que entrou em decadência e estava há 15 anos abandonada pelo proprietário.

A ocupação foi planejada por dois anos e na madrugada do dia 12 de janeiro de 1998, as famílias que já estavam reunidas no povoado de Lagoa Grande, local próximo à fazenda, ocuparam a propriedade. A maioria dos líderes era filiado ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) do município de Retirolândia e o apoio dado aos assentados foi fundamental nesse processo.

A área foi escolhida por iniciativa dos próprios trabalhadores rurais que foram criados e trabalhavam na região. Um grupo de aproximadamente 20 (vinte) trabalhadores foi ao INCRA solicitar a desapropriação da fazenda e foram informados que, de fato, a fazenda era improdutivo. Assim, o próximo passo foi reunir os trabalhadores rurais da região que tinham interesse em ocupar a fazenda que se encontrava abandonada.

No ano da ocupação, em 1998, a Fazenda Berimbau foi desapropriada pelo INCRA, e transformada no Projeto de Assentamento Nova Palmares. A área conta com aproximadamente 2.243ha (dois mil e duzentos e quarenta e três hectares), distribuídos para 102 famílias, que passam da condição de acampados para a condição de assentados. Além disso, há uma área coletiva de 104ha, que é administrada pela associação do assentamento, e uma área de 697ha destinados à reserva ambiental.

Reuniões foram realizadas e a ocupação ocorreu sem conflito, contudo os acampados adotaram apelidos para não serem identificados com os seus verdadeiros nomes, uma estratégia usada para se protegerem de possíveis represálias e perseguições. Havia sempre um grupo de acampados na entrada da ocupação fazendo a vigilância e segurança dos demais.

As dificuldades inicialmente enfrentadas foram superadas com ações e atitudes de solidariedade e coletividade. O período da ocupação foi marcado pela escassez de chuva e muita seca. Assim, os trabalhadores que cortavam sisal não tinham nenhuma atividade na cadeia produtiva.

²⁷ Urbano Carvalho é presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura Familiar de Conceição do Coité e assentado de Nova Palmares, as informações inseridas no texto foram concedidas a partir de entrevista realizada em Conceição do Coité em 2013.

A Federação dos Trabalhadores na Agricultura no Estado da Bahia (FETAG) disponibilizou lonas para a construção dos barracos e várias entidades e segmentos doaram alimentos, água potável e roupas. Os assentados também receberam orientações de como proceder no processo de desapropriação.

Ao chegarem à fazenda, as famílias foram demarcando “seus lotes” e construindo os barracos de lona. O local escolhido foi o Cruzeiro, onde foi rezada a primeira missa e tornou-se um marco referencial dentro de Nova Palmares, reconhecido por todos os assentados.

Foto 20 – O Cruzeiro no Assentamento Nova Palmares, Conceição do Coité, 2014.



Fotógrafa: A autora.

Após esse processo, a fazenda foi desapropriada em 31 de agosto de 1998 para fins de reforma agrária. A Imissão de Posse ocorreu em 17 de dezembro do

mesmo ano, dando direito à posse da terra aos acampados. O Projeto de Assentamento Nova Palmares foi criado oficialmente em 22 de dezembro de 1998.

Das 188 famílias que iniciaram a ocupação, atualmente 102 famílias estão assentadas. Atualmente vivem no assentamento mais de mil pessoas. A desistência ocorreu por diferentes motivos: falta de alimento, habitação, emprego, divisão dos lotes e, principalmente, pela demora na liberação dos créditos. Outras famílias foram excluídas, pois tinham problemas de convivência com os demais.

Ocorreu um fato relevante no que diz respeito à questão da organização e mobilização das famílias assentadas: no período da vistoria²⁸, o INCRA concluiu que a área somente teria viabilidade econômica para 60 famílias.

Entretanto, os ocupantes não aceitaram esta condição e defenderam a permanência das 102 famílias. Fizeram uma assembleia e decidiram que o assentamento seria de “todos”, pois já haviam estabelecido laços de solidariedade e coletividade. E, mais uma vez, o apoio sindical e das demais entidades foi significativo, pois prestaram assistência às famílias no que necessitaram.

A comunidade está organizada através da Associação dos Pequenos Produtores e Assentados do Projeto Nova Palmares (APPAPNP) que tem, como um dos objetivos, representar os assentados, reivindicar e viabilizar junto ao INCRA e outras entidades e segmentos a obtenção de recursos, parcerias e projetos que contribuam para melhorar a infraestrutura do assentamento e, principalmente, que deem melhor qualidade de vida para os moradores. Existem programas²⁹ governamentais e não governamentais na localidade.

A atuação e abrangência das ações da APPAPNP ocorrem na coordenação e organização das assembleias, celebrações, festas, esporte, produção, educação e geração de renda. Aproximadamente 300 sócios contribuem com a associação, as reuniões são mensais e sempre ocorrem à noite, quase sempre na primeira segunda-feira de cada mês.

Os assentados conquistaram projetos destinados à alimentação, infraestrutura, habitação, energia elétrica e água encanada. Contudo, não possuem

²⁸ O INCRA vistoriou o imóvel no mês de outubro de 1998, acompanhado da Polícia Federal, uma vez que o proprietário não permitiu o ingresso na propriedade.

²⁹ O Bolsa Família do Governo Federal; no âmbito estadual a Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA) presta assistência técnica; além das instituições não governamentais como o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR), Associação de Desenvolvimento Sustentável e Solidário da Região Sisaleira (APAEB) e o Movimento de Organização Comunitária (MOC).

o suficiente para a promoção da sustentabilidade e qualidade de vida dentro de Nova Palmares.

A Cooperativa de Produção, Beneficiamento e Comercialização do Projeto de Assentamento Nova Palmares (CONPAL) faz parte da estrutura e funcionamento do assentamento e visa o beneficiamento do sisal, agregando maior valor ao produto e contribuindo com a geração de renda para a comunidade.

Foto 21 – Agricultor assentado estendendo o sisal no Assentamento Nova Palmares, Conceição do Coité, 2013.



Fotógrafa: A autora.

A produção econômica do assentamento está baseada no cultivo de sisal, e tem a criação de caprinos como principal atividade, além do cultivo de milho, feijão, mandioca, hortaliças e criação de galinhas. Neste contexto materializa-se o sistema de produção do sisal que, através da organização e uso de estratégias, assegura sobrevivência dos assentados dentro de Nova Palmares.

Toda a produção destina-se à subsistência da família, a maior parte é para o autoconsumo, uma menor é enviada ao mercado, e com os recursos recebidos na

venda dos produtos, adquirem outros bens. Há uma iniciativa no assentamento de comercialização coletiva de uma parcela da produção. Existe ainda no assentamento o projeto de instalação de uma bateadeira comunitária.

Os moradores de Nova Palmares buscam, pela união, resistir às dificuldades. O meio ambiente, visto como o espaço onde ocorrem as relações e as práticas sociais da população, não fica, assim, restrito às questões de ordem física. Torna-se, portanto, o resultado e produto das ações de mulheres e homens mediadas pelo trabalho, construindo os espaços do viver.

Foto 22 – A manifestação de união e religiosidade em Nova Palmares, Conceição do Coité, 2013.



Fotógrafa: A autora.

Um dos princípios fundantes do assentamento é a organização que se materializa através dos grupos de jovens, mulheres, produção e incentivo à cultura. Os demais grupos desenvolvem as ações, visando ao fortalecimento da comunidade tendo em vista o bem estar dos moradores.

Nova Palmares é um assentamento diferenciado não somente por evitar a migração de jovens e adultos, mas por mostrar a capacidade política do povo sertanejo sisaleiro, e especialmente das mulheres e homens sisaleiros. A realidade do assentamento não é diferente de tantos outros assentamentos em nosso país.

Um desafio diário é conseguir manter os jovens no campo com expectativa de qualidade de vida. Em Nova Palmares eles buscam com seus próprios esforços construir suas trajetórias de vida que valorizem a vida e a cultura local.

A capacidade de organização e da produção coletiva faz a diferença entre outros assentamentos do Território do Sisal. A produção coletiva descortina possibilidades de superar e romper com o modelo antigo, legado do coronelismo e da opressão. Nova Palmares torna-se um referencial de possibilidades do trabalho coletivo que pode mudar a correlação de forças no campo, pela organização, pela competência e solidariedade.

Foto 23 - Visão panorâmica do Assentamento de Nova Palmares, Conceição do Coité, 2013.



Fotógrafa: A autora.

No assentamento existem bares, lanchonetes, mercadinhos, oficinas e lojas de vestuário, entretanto, os moradores, na maioria das vezes, precisam ir até a sede do município para consultas médicas ou para fazer compras, o que ocorre

geralmente às sextas-feiras, pois é o dia da feira do município. Ainda há carência de meios de transporte coletivo para os assentados.

Nova Palmares não possui posto de saúde médico-odontológico nem unidade ambulatorial, embora tenha agentes comunitários de saúde e aconteçam na associação palestras sobre saúde preventiva, higiene pessoal e doméstica, entre outros. Falta saneamento básico, segurança e áreas de lazer que atendam, satisfatoriamente, aos assentados. Tem também problemas ambientais, especialmente com o lixo, como já apontado.

Foto 24 - Os problemas ambientais em Nova Palmares, Conceição do Coité, 2013.



Fotógrafa: A autora.

Nova Palmares encontra-se localizado no bioma caatinga. Devido à exploração agrícola envolvendo o cultivo do sisal, a caatinga foi descaracterizada; diminuídos os elementos típicos da flora da área do assentamento.

Os recursos hídricos não atendem satisfatoriamente os assentados. Eles dependem atualmente de dez aguadas³⁰ de grande porte e de um açude e cisternas de consumo e produção que, devido à seca, permanecem quase sem água durante a maior parte do ano. Quando cheios, na época das trovoadas servem para os animais. Além disso, asseguram o lazer dos assentados e a criação de peixes.

Foto 25 – Uma das aguadas de Nova Palmares, Conceição do Coité, 2013.



Fotógrafa: A autora.

Durante a pesquisa de campo, pôde-se constatar que o cotidiano de Nova Palmares é um lugar de possibilidades, onde os problemas concretos dos assentados ganham sentido. É ali que se exerce a atividade criadora, onde sujeitos

³⁰ Aguada é um termo bem enraizado na região semiárida do Brasil, caracterizam-se por pequenos baixios naturais (banco de areia ou rochedos), às vezes aprofundados pelo trabalho da população local, onde se acumula a água durante o período chuvoso. Durante séculos as aguadas foram as principais fontes de armazenamento de água para o homem e os animais da região. Porém, por ser coletada através do escoamento superficial, a água acumulada nestes reservatórios não é adequada para o consumo humano, pois carrega inúmeras impurezas.

coletivos se constroem, e (re)constroem, pela ação, o lugar onde vivem. O cotidiano vivo e vivido de Nova Palmares é um espaço de possibilidades.

Alguns assentados se consideram mais engajados do que outros no processo de organização e gestão do assentamento, comprometendo-se, assumindo a coordenação dos trabalhos e de comissões, e também da direção e outras atividades no assentamento. Demonstram ter maior compreensão do que é assentamento e o que representa para eles. Portanto, assumem tudo sozinhos, sendo vistos pelos outros como únicos responsáveis.

Foto 26 - Associação do Assentamento - Local de reuniões e celebrações, Conceição do Coité, 2013.



Fotógrafa: A autora.

Compreender o que motivava estas pessoas a continuar na luta social, reivindicando, conquistando, ou seja, participando deste processo com disponibilidade e compromisso, mesmo com outros assentados desmobilizados e acomodados depois do acesso à terra e que ainda não conseguem conceber o

assentamento como um espaço coletivo e de luta permanente, suscitou questões relevantes: Por que uns não participam? O que impede e o que dificulta esta participação? O que move uns a participar e outros não? Como estão participando?

A vontade de participar contribui significativamente para manter o espírito de luta que acompanha a maioria dos assentados de Nova Palmares, que em seu cotidiano consolidam os avanços e conquistas cujas marcas já são significativas dentro do assentamento.

Foto 27 – Escola do Assentamento Nova Palmares, Conceição do Coité, 2012.



Fotógrafa: A autora.

Uma das estratégias ocorre na inserção dos jovens em grupos vinculados à Pastoral da Juventude da Igreja Católica; grupos de jovens das igrejas evangélicas; ao Coletivo de Jovens do Sindicato dos Trabalhadores Rurais; e ao de Agricultores Familiares de Conceição do Coité.

Criado no dia 2 de fevereiro de 1969 o Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura Familiar de Conceição do Coité-BA nasce como instrumento de luta em defesa dos trabalhadores rurais no município. Sua trajetória é caracterizada pela atuação conjunta que existe entre seus diretores, colaboradores, associados e parceiros tendo como foco a agricultura familiar. O desafio é integrar as comunidades rurais para a disseminação das ações desenvolvidas pela entidade na luta, promoção e na valorização da identidade do homem e da mulher do campo.

No Assentamento Nova Palmares existe a preocupação de formar lideranças. Os assentados investem na formação educacional, política e social dos jovens. Uma preocupação constante é incluir a juventude nas diferentes atividades educacionais, culturais, políticas e sociais locais.

Um desafio constante é criar alternativas para que os jovens permaneçam no Assentamento, visto que alguns deles foram embora para a sede do município, outros para Salvador, Minas Gerais, São Paulo e Mato Grosso. A educação torna-se essencial neste processo, especialmente quando está alicerçada na concepção popular transformadora.

No início, não existia escola na área onde os trabalhadores ocuparam, contudo, numa casa reformada funcionavam seis turmas no diurno para as crianças e, à noite, havia alfabetização para jovens, adultos e idosos.

Os que cursavam o Ensino Fundamental II tinham que se deslocar para outros municípios. O Ensino Médio era oferecido em Itiúba distante 15km de Nova Palmares. Mesmo diante das dificuldades ocorriam no Assentamento diferentes ações no campo educacional.

Parcerias significativas foram construídas neste período, especialmente com o Movimento de Organização Comunitária (MOC) que trabalha com uma metodologia voltada para a realidade das crianças, valorizando a cultura local, as pessoas do campo, envolvendo as famílias no contexto escolar por meio do projeto Conhecer, Analisar e Transformar (CAT).

Conforme Oliveira, Ribeiro e Oliveira (2009), na Bahia, a proposta foi implantada em 1994. É um Projeto de Extensão realizado através de uma parceria entre a Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), o MOC, e as prefeituras dos municípios que executam a proposta buscando contribuir com a educação do povo sisaleiro.

O espaço usado para funcionar a Unidade de Jornada Ampliada (UJA) era um barracão onde aconteciam as atividades do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI). Segundo Souza (2010), dentre as diversas iniciativas e políticas públicas destinadas a enfrentar a questão do trabalho infantil, destaca-se o PETI.

Criado pelo governo federal em 1996, em articulação com estados e municípios e implantado na Bahia em 1997, o PETI atuava em três eixos básicos: a concessão da Bolsa Criança Cidadã, que se caracterizava como um benefício monetário pago à família em contrapartida à retirada das crianças do trabalho; a realização da jornada ampliada, isto é, a execução, no turno oposto à escola, de ações socioeducativas, culturais, lúdicas, esportivas, de lazer e de reforço escolar e o apoio a ações voltadas para a geração de emprego e renda para as famílias contempladas pelo PETI.

Neste período, os assentados participavam ativamente e coletivamente das atividades e festas populares (juninas, folclore e carnaval) e das celebrações. Vale ressaltar que avaliações externas do PETI na Bahia constataram que as atividades desenvolvidas na UJA configuravam-se como o núcleo essencial da estratégia de enfrentamento do trabalho infantil, na medida que adotavam a concepção de escola em tempo integral.

Em 2003, uma pesquisa realizada pelo Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão em Educação de Jovens e Adultos (NUPEP), da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) na região sisaleira afirmou, dentre outros aspectos, que o desenvolvimento intelectual, emotivo, social e crítico das crianças sisaleiras estavam acima daquele de crianças da mesma faixa etária e da mesma faixa de renda de todo o Nordeste e mesmo de outras regiões do Brasil.

Os processos pedagógicos e culturais desenvolvidos pela UJA foram fundamentais para o êxito das ações do PETI nos municípios baianos sisaleiros. Durante o processo de pesquisa encontrei alguns egressos do PETI.

Vale salientar que os jovens, adultos e idosos também tinham acesso a ações educacionais, frequentavam o Programa de Alfabetização de Jovens e Adultos da Bahia (AJABahia), que tinha como objetivo reduzir os índices de analfabetismo no contexto baiano pela “mobilização solidária”, envolvendo a sociedade, além de entidades governamentais e não governamentais.

A partir das contrapartidas que se fizessem necessárias para alfabetizar jovens e adultos das áreas urbanas e rurais, perseguia-se a meta de congregar esforços em prol da “democratização” de oportunidades educacionais.

Nesta perspectiva, era necessário aglutinar esforços dos diversos parceiros: órgãos públicos, associações, sindicatos, igrejas e setores organizados da sociedade na busca da “eficiência” do programa.

Os agentes educativos envolvidos tinham um papel importante na divulgação da informação e no convencimento pedagógico (formação de classes de alfabetização) das pessoas que demandavam alfabetização. O envolvimento da coletividade era defendido como prioritário para que as ações pudessem ser consolidadas.

Foto 28 – Assentada escrevendo pela primeira vez uma carta, Conceição do Coité, 2012.



Fotógrafa: A autora.

O envolvimento dos assentados no *AJABahia* era intenso, os alfabetizadores eram de Nova Palmares e isso contribuiu para a participação significativa dos sujeitos no processo de ensino e aprendizagem. Entretanto, pela falta de continuidade do programa, atraso das bolsas dos alfabetizadores, a frequência diminuiu e poucos continuaram estudando.

Esta é uma realidade comum na vida dos egressos que participam da estrutura e funcionamento de programas de alfabetização de jovens e adultos que ficam restritos à questão do analfabetismo, sem relacioná-la com o ensino básico como um todo, reproduzindo mais uma vez a história da educação de adultos no cenário brasileiro, especialmente no cenário baiano.

Foto 29 - Sala de aula do projeto Comunicação pelos Direitos na Região Sisaleira, Conceição do Coité, 2012.



Fotógrafa: A autora.

O prédio escolar possui uma área constituída de seis salas de aula, uma diretoria, três sanitários, uma cantina, uma biblioteca, uma sala para os professores, um pátio além de área de lazer e um espaço em que funciona o projeto “Comunicação pelos Direitos na Região Sisaleira³¹”.

³¹ Com o patrocínio do programa Desenvolvimento & Cidadania da Petrobras, o Movimento de Organização Comunitária (MOC) iniciou em 2009, as atividades do projeto Comunicação Pelos Direitos na Região Sisaleira, que vai trabalhar diretamente com 340 pessoas, entre crianças, adolescentes, jovens, educadores e comunicadores. O objetivo é contribuir para o fortalecimento dos direitos das crianças e adolescentes dos municípios sisaleiros da Bahia através da qualificação profissional de jovens comunicadores comunitários e da democratização da comunicação. O projeto tem atuação em dez municípios. São eles: Araci, Conceição do Coité, Ichu, Nordestina, Queimadas, Quijingue, Retirolândia, São Domingos, Serrinha e Valente.

Os educadores afirmam que em Nova Palmares o projeto vem possibilitando às famílias assentadas a interação entre comunicação, direitos e conhecimento da sua própria realidade. Conhecida pela forte presença das rádios comunitárias, responsáveis por fazer o elo entre indivíduos e entidades, o Território do Sisal tem se destacado nas discussões sobre políticas públicas de comunicação, sobretudo de comunicação comunitária.

Nos municípios vinculados ao projeto foi escolhida uma comunidade que foi contemplada com a montagem de um sistema de alto-falante nos postes de energia, que veiculam a produção cultural de crianças e adolescentes realizada nas salas de aula. Em Nova Palmares os jovens, adultos e idosos participam das programações diárias da Rádio Comunitária Nova Palmares, divulgando a cultura, as tradições e a identidade do povo sisaleiro.

A escola funciona em três turnos com o Ensino Fundamental I nos turnos matutino e vespertino, e para as pessoas jovens, adultas e idosas no turno noturno. Atualmente não ocorrem as aulas, o professor da turma que tinha contrato de trabalho temporário foi demitido.

Ele é assentado e liderança singular de Nova Palmares. A demissão do alfabetizador provocou insatisfação e todos os educandos resolveram abandonar a escola, não aceitaram o professor substituto vindo da sede do município, e encaminhado pela coordenação de EJA.

Muitos jovens de Nova Palmares estudavam na Escola Agrícola Vasny Moreira de Vasconcelos que fica a 8km do Assentamento, atualmente desativada. Os assentados dispõem de transportes escolares para levar os filhos que cursam o Ensino Fundamental II e o Ensino Médio para as comunidades vizinhas e sede do município.

A visão economicista e tecnicista de gestores muitas vezes é o que provoca o cerramento das portas das escolas do campo, contrariando a luta daqueles que materializam a educação popular do campo. Isto porque o fechamento de cada escola contribui para a negação do direito à formação humana no campo, não apenas dos adultos e idosos, mas também da infância e da juventude.

Assim, o campo sofre por não vivenciar uma educação específica, que atenda a suas reais necessidades e demandas, de modo que sua população possa experienciar, de fato, a cidadania participativa.

Neste estudo, a vida das mulheres e homens sisaleiros, que intervindo no meio ambiente social, cultural e político, educam-se no movimento e na luta, construindo novos sentidos e significados para o que é educar, desafia-nos constantemente.

Nos municípios do Território do Sisal a realidade não difere dos demais municípios baianos no que diz respeito aos desafios de atender as demandas da população, com maior gravidade para as mulheres e homens do campo, especialmente pelo caráter descontextualizado, homogeneizante, fragmentado e descontínuo do processo de ensino e aprendizagem e principalmente das políticas educacionais para os sisaleiros.

Foto 30 - Encontros com os assentados de Nova Palmares, Conceição do Coité, 2012.



Fotógrafa: A autora.

A inegável precarização histórica da educação oferecida aos sujeitos sisaleiros, especificamente aos jovens, adultos e idosos, muitas vezes deslocada da sua realidade, baseia-se numa matriz urbanocêntrica de sociedade, homem e mundo. Daí surge a necessidade de uma intensa mobilização dos movimentos sociais populares do campo para afirmar o direito à educação e à vida com

dignidade para os camponeses, especialmente no planejamento, implementação e avaliação destas políticas.

4.4 IDENTIDADE DOS SUJEITOS SISALEIROS: MULHERES E HOMENS DE FIBRA

Desde 2003, quando assumi o cargo de professora universitária no Departamento de Educação - Campus XIV de Conceição do Coité, meu foco sempre foi trabalhar com mulheres e homens sisaleiros. Conhecer suas histórias, trajetórias de vida que, desde crianças, os interrogam e interrogam a educação sobre os significados políticos da miséria, da fome, da luta pela terra, pela identidade e pela sua cultura, pela vida e dignidade aumentaram meu desejo e comprometimento como pesquisadora.

Foto 31 - Uma ciranda de trabalhadores sertanejos em Ribeira do Pombal/BA



Fotógrafa: Autor desconhecido, 2012.

O extraordinário espírito de luta e esperança dos seguidores de Zumbi dos Palmares e de Antônio Conselheiro que sobreviviam em condições precárias as mais adversas, seja devido à pobreza e sobretudo devido as truculências do coronelismo e ao descaso do governo, desvela e coloca em evidência o sofrimento e desencanto que infelizmente, chega aos dias atuais, pois a miséria, a injustiça, as desigualdades continuam a condenar mulheres e homens brasileiros, especificamente os sertanejos sisaleiros, apesar de muitas lutas e resistências.

Percebo que a luta por terra não é algo para ser analisado isolado, questões referentes à educação, trabalho, segurança, moradia, saúde estão interligados e precisam de análise mais profunda. Durante o desenvolvimento da pesquisa percebi silenciamentos, receios e até recusas de alguns sujeitos da pesquisa. O que me fez refletir sobre suas trajetórias de vida e sua identidade de sisaleiro.

Mulheres e homens que possuem percursos de idas e voltas, avanços e recuos, de caídas e recaídas. Geralmente, de escolhas sem horizontes definidos, mas também de luta, resistência e persistência. Suas memórias e cotidiano ensinam saberes, fazeres e modo de ser e estar no mundo, de maneira singular.

Nesta perspectiva, o subjetivo adquire o seu lugar: o seu aqui e agora, contrariando e contestando as abordagens totalizadoras que engessam e reduzem a vida social em categorias abstratas, ignorando seus fazeres, saberes, desejos, medos, sonhos, enfim, a complexidade da experiência humana.

A garantia de oportunidades educacionais aos que não ingressaram na escola ou dela foram excluídos precocemente significa muito mais que lhes dar a oportunidade de ocupar outro espaço no mercado de trabalho. A questão econômica, os problemas no âmbito familiar e a exclusão no âmbito escolar marcaram extraordinariamente as trajetórias de vida e escolar dos sujeitos deste estudo.

Respeitem minha voz, vocês não sabem de onde venho e quem eu represento.

Zenira, 52 anos, agricultora, casada e mãe de cinco filhos.

Aos cinco anos aprendeu a contar mamonas. Lembra com emoção quando aprendeu o número 4 (quatro). “Aprendi a falar trabalhando”. Diz que é apaixonada

pela educação e pelo conhecimento. Aos sete anos começa na peleja do sisal e com o dinheiro que conseguia pagava uma pessoa para lhe ensinar a ler e escrever.

Aos 12 anos ingressa nos movimentos sociais a partir do seu envolvimento com a Comunidade Eclesial de Base (CEB). “A partir daí que comecei na luta em defesa das mulheres. Desde pequena não aceitava injustiças e sempre convencia o pai com argumentos consistentes. Eu odeio o machismo, via o sofrimento da minha mãe”. Zenira continua:

Aos 14 anos perdi minha mãe e aos 16 anos casei e constituí família, meu marido é 12 anos mais velho que eu. Mesmo casada e com cinco filhos continuei e continuo militante e engajada na defesa das mulheres assentadas. Eu levava meus filhos pequenos para as assembleias, mutirões e também nas manifestações públicas para denunciar a opressão em que a gente vivia.

Zenira esteve presente no I Encontro dos Trabalhadores da Região Sisaleira e o I Seminário de Segurança e Saúde do Trabalhador da Região Sisaleira no período de 27 a 29 de março de 1992 que ocorreu em Conceição do Coité representando o Movimento de Mulheres e o do sindicato de Retirolândia/BA.

Participou da ocupação de Nova Palmares. Desde o início se destacou no assentamento como uma liderança entre as mulheres assentadas. “Em cada reunião a gente avaliava a nossa organização e combinava as próximas etapas da luta e até hoje é assim”. Seu engajamento trouxe conquistas significativas para o Assentamento.

Atualmente luta para a implantação do posto médico no Assentamento. “Impossível vivermos sem esse posto aqui no Assentamento. Muitas crianças e idosos precisam de assistência médica. As mulheres vão parir na sede do município quando o parto é complicado e estão correndo risco de perder a criança ou ambos correm risco de morte. Nossa luta agora é trazer esse posto pra cá.” Sua presença em reuniões, conferências e atividades é sempre marcada pela coragem e determinação em expressar as demandas e reivindicações dos assentados de Nova Palmares.

Durante sua trajetória de vida vem continuamente lutando em prol de assegurar a igualdade de direitos, seu trabalho com as mulheres de Nova Palmares é extraordinário. Sua atuação e comprometimento com as questões do

assentamento tornaram Zenira uma liderança importante e atuante também no sindicato.

O sonho de Zenira é ver o Assentamento com mais conquistas e os assentados unidos. “Meu sonho é deixar para os meus netos esse pedaço de chão e uma vida com dignidade”.

Sou semelhante ao mandacaru, resisto a tudo e todos.

Neuza, 45 anos, agricultora e professora, viúva e mãe de quatro filhos e quatro netos.

Falar da minha vida é algo muito duro.” Aos sete anos de idade, dividia seu tempo entre trabalhar na roça ajudando os pais e frequentar a escola. Mesmo tendo a mãe professora que ajudava nas lições de casa, tinha que se dedicar ao trabalho familiar. Acordava todos os dias às 6h da manhã, trabalhava até às 12h e depois ia para a escola, andava 6km e retornava exaurida.

A escola era a escola de roça mesmo, de gente fraca, quando dava a gente ia para a escola, mas tinha dias que meu pai dizia não, aí a gente ia trabalhar, pegava o jegue e ia pra roça carregar sisal. Um dia o jegue me mordeu e não cheguei mais perto dele.

Cursou até a terceira série e somente depois de casada e com filhos retornou aos estudos. “Comecei a trabalhar como professora leiga, eu só tinha quarta série. Minha mãe separou de meu pai e tinha que trabalhar e estudar ao mesmo tempo. Ela era professora leiga e para sustentar os filhos trabalhava muito. Quando saía me deixava ensinando no lugar dela”.

Com muitas dificuldades concluiu o Magistério em 2002. E ainda com mais desejo e força de vontade ingressou no curso de Pedagogia em 2009 numa faculdade particular e concluiu o curso com muita persistência em 2012. “Meu marido não queria que eu ensinasse, mas contrariei ele, continuei estudando à tarde, e ensinava manhã e noite. Nas folgas, feriados e finais de semana cuidava da roça, além de vender produtos da Avon”. Ela enfatiza que é uma pessoa batalhadora e considera-se uma “mulher de fibra”.

Neuza participou da ocupação de Nova Palmares, com muito orgulho relata que foi a segunda sócia da APPAPNP. Desde o início se destacou no Assentamento pela liderança e comprometimento com o trabalho coletivo e colabora significativamente para o desenvolvimento sustentável de Nova Palmares. Seu engajamento trouxe conquistas importantes para o Assentamento, principalmente no campo educacional.

Desde o surgimento de Nova Palmares vem desenvolvendo ações que contribuem para a alfabetização e escolarização de crianças, jovens, adultos e idosos. Trabalhou como voluntária e educadora no AJABAHIA, PRONERA e no MOC. Acredita nas potencialidades dos moradores e tem como desejo fomentar a cultura local. Tem um sonho de criar uma “Casa da Cultura”, no Assentamento, com a finalidade de valorizar a história e as expressões culturais locais. Neuza conta:

Eu tenho fotos desde a ocupação, todo mundo pede para mostrar, quando tem algum evento e precisam lembrar a nossa história, me procuram. Acho que já está na hora de ter um espaço para guardar a nossa memória. Esta proposta já levei várias vezes nas reuniões da Associação e ainda não conseguimos fazer isso.

Outro sonho acalentado de Neuza é ver as questões ambientais de Nova Palmares resolvidas. “O lixo é terrível, os assentados precisam se conscientizar, tem coleta, mas o povo não cuida direito do meio ambiente daqui. Precisa de mutirão urgente, daqui a pouco a saúde da gente ficará em perigo. Acho que já acontece isso”.

Desde a ocupação, Neuza sempre se preocupou com a educação das crianças e dos jovens e relembra um fato que marcou o período em que chegaram a Nova Palmares:

Aquele dia ficou na história da gente. Eu dava aula às crianças de manhã e, à noite, eu alfabetizava o povo mais velho. Naquele dia teve uma reunião e não aconteceu a aula, ainda bem, graças a Deus. Eu soube depois que durante a noite uma parte do barracão tinha desmoronado. A partir daí as aulas aconteciam debaixo da lona até a comunidade conseguir outro espaço. Foi muito calor, sacrifícios mesmo, mas as crianças e o povo mais velho não ficaram sem aula.

Atualmente Neuza está sem trabalhar, sofreu um acidente de moto e espera por uma vaga para fazer nova cirurgia. Lamenta não ter condições de cuidar do seu lote. Ela diz:

Eu fico aqui agoniada, ainda mais agora com a falta de chuva, os bichos estão sofrendo. Aqui em casa sou para tudo. Sinto saudades da escola e dos meus alunos de Retirolândia, mas não posso andar, o joelho judia de mim, tenho fé em Deus que vou sair dessa. Tem muita coisa aqui em Nova Palmares que precisa de mim. Sigo em frente e não desanimo, mas ando cansada de tanta labuta, minha irmã, nada foi fácil na minha vida, mas sou forte e teimosa igual ao mandacaru.

Vou fazer um raio X da minha vida.

Braulino, 27 anos, agricultor e professor, casado, pai de um filho e egresso do PETI.

Braulino teve uma infância marcada pelo trabalho infantil. “Aos seis anos, comecei a trabalhar no motor de sisal, eu carregava nos braços a fibra do sisal e colocava no jegue, tinha que ajudar minha mãe que havia se separado do meu pai e precisava cuidar de mim e dos meus sete irmãos. Eu sinto tristeza ao lembrar”.

A sua trajetória escolar foi complexa, pois o trabalho precoce dificultava seu acesso ao mundo da escola. “A minha vida escolar foi muito difícil, sentia vergonha da professora e dos colegas, comecei a ter os primeiros contatos com o mundo das letras de início. Meu material didático foi uma folha de caderno pequena e um pedaço de lápis, só isso e nada mais”.

Em 1997 sua vida mudou quando fez parte do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI). Braulino conta:

Minha mãe fez o cadastramento em Retirolândia e depois de um período fui contemplado no programa, para minha alegria saí do trabalho pesado, passei a estudar o dia inteiro, pela manhã na escola regular, pela tarde no PETI. Minha vida e da minha família começou a mudar, pois minha mãe recebia R\$25,00 mensalmente que ajudava nas despesas da casa.

Braulino participou da ocupação de Nova Palmares, na época tinha 12 anos. “Somente meses depois as comissões formadas por 15 homens conseguiram lonas

e madeiras e construíram barracos. Então passei a morar debaixo do barraco de lona enfrentando o calor, o frio e a chuva. Eu tinha medo, mas não podia ir embora.”

Com todos os obstáculos, Braulino conseguiu em 2001 cursar as 6^a, 7^a e 8^a séries na Escola Agrícola Vasny Moreira de Vasconcelos. Narra:

O transporte era uma veraneio, quando cheio parecia um lata de sardinha. Neste ano saí do PETI e ingressei no Projeto Agente Jovem, que tinha como objetivo manter o jovem estudando de maneira que buscasse uma profissão para entrar no mercado de trabalho. Aprendi que a escola é o lugar onde se constrói o conhecimento de forma coletiva e mútua. De 2003 a 2006, fiz o Ensino Médio no Colégio Polivalente de Conceição do Coité, nesse período aprendi o raciocínio amplo e crítico das coisas e virtudes do mundo que me cerca. A partir daí planejei fazer o ensino superior, infelizmente não consegui ingressar na universidade pública, foram várias tentativas e não consegui. Em 2011 entrei na faculdade particular para cursar de Pedagogia e atualmente estou no 7^o semestre.

Já atuou como coordenador e professor do TOPA pelo movimento sindical de 2002 a 2010 e foi professor da EJA em 2012, pela Prefeitura. No período de 2007 a 2011 foi coordenador do Departamento de Educação do Campo no Sindicato dos Trabalhadores Rurais em Conceição do Coité.

Atualmente, Braulino passa por dificuldades financeiras, sua preocupação é arcar com as mensalidades, visto que não está atuando como professor na escola que fica no Assentamento. Ele foi demitido após a última eleição para prefeito. “Eles me demitiram, os alunos da EJA estão sem aula, não querem professores que vêm da sede, está o impasse, situação complicada, quem perde são os adultos e idosos assentados que desejam continuar estudando”. Mas ele não desiste do objetivo de finalizar o curso superior e continuar atuando na EJA, por isso prestou seleção para conseguir um novo trabalho no campo educacional dentro do Assentamento.

A rotatividade e desligamentos sumários de alfabetizadores nos programas e projetos que atendem jovens, adultos e idosos reforçam o descaso e a falta de responsabilidade do poder público com os alfabetizados que, infelizmente, continuam reféns de interesses diversos e de diferentes posicionamentos políticos, ideológicos e éticos. Atualmente em Nova Palmares existem turmas de alfabetização do Todos pela Alfabetização (TOPA) e o Programa Brasil Alfabetizado (PBA).

Braulino exerce o papel de articulador cultural. Sua preocupação é preservar a história e a identidade de Nova Palmares. “A luta por um espaço e uma educação

de qualidade é ainda um desafio para os assentados. Minha preocupação é preservar a nossa memória, não deixar cair no esquecimento à história deste lugar e dessas pessoas”. As atividades culturais do Assentamento ficam sob sua responsabilidade. Braulino aponta algumas dificuldades para realizar as ações.

Os assentados precisam se envolver mais com as coisas aqui. Antigamente todo mundo se unia e realizava belas festas e comemorações. Agora a participação não é igual, mas estamos fazendo o possível para resgatar esse espírito que nos unia. Eu vivo o Assentamento, aqui sou feliz, cuido da minha família, tenho parentes e amigos. Nesse pedaço de chão sou feliz mesmo, mas tem as dificuldades e isso não pode ser esquecido. Eu acredito na força popular, por isso minha concepção de educação é popular, vivo Paulo Freire na minha tarefa de educar. Respeito e acredito nas potencialidades dos jovens, adultos e idosos. A luta é dura, mas vamos em frente. Eu gosto desta frase e tornou-se meu lema: *Dificuldades temos, mas a luta continua.*

Um por todos e todos por um!

Flaviano, 33 anos, agricultor familiar, sindicalista, solteiro, pai de uma filha.

Comecei a estudar aos 7 anos de idade. A escola ficava a 2km da minha casa numa comunidade rural pequena chamada de Pau-Fava no município de Retirolândia. Depois fui estudar numa outra escola localizada em Varginha de Dentro, no município de Valente distante 5km da minha casa. As últimas séries do Ensino Fundamental estudei no povoado de Valilândia, também no município de Valente localizada a 8km da minha casa. Um fato interessante foi que quando conclui a 8ª série fui trabalhar em Itiúba no motor de sisal para juntar dinheiro para fazer a colação de grau, que era muito importante naquela época, mas quando eu retornei com o dinheiro das despesas, já havia acontecido a solenidade e eu acabei ficando de fora. Iniciei em 1997 o Ensino Médio na cidade de Retirolândia. Em 1998 com minha entrada na Reforma Agrária vim morar no Assentamento Nova Palmares, mas continuei a estudar em Retirolândia. Tive muita dificuldade em concluir porque não tinha transporte escolar, às vezes eu ia de bicicleta numa distância de 18km. Ainda estudante, comecei a trabalhar em sala de aula, ensinava no programa de alfabetização de jovens e adultos, o AJABAHIA dentro do Assentamento de Nova Palmares. Em 2006 fui coordenar o Curso de Técnico em Agropecuária realizado em Serrinha, coordenado pela UNEB e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA). Fiquei apenas seis meses, quando fui aprovado no vestibular de Letras na UNEB, curso [no Cio da Terra, o Germinar das Letras em Movimento, também financiado pelo PRONERA] em Conceição do Coité. Concluí o curso de Letras, tendo a colação de grau em 2012.

Flaviano, como os demais sujeitos deste estudo, teve uma trajetória escolar e de vida marcada pelas dificuldades, mas também de persistência e determinação.

Comecei a trabalhar aos 10 anos no motor de sisal, sem contar que já ajudava minha família no plantio de mandioca, feijão e milho. Sempre trabalhei para comprar meus materiais escolares. Trabalhava pela manhã e estudava à tarde. Iniciei o trabalho social junto à igreja com um grupo de jovens na comunidade. Aos meus 17 anos, no dia 12 de janeiro de 1998 surgiu a ocupação da fazenda Berimbau. Senti ali que minha vida iria mudar, mas tinha que enfrentar o desafio de vencer a resistência de meu pai em fazer parte da ocupação da fazenda. Já tinha vivenciado outras experiências de reforma agrária acompanhando parentes em áreas de Santa Luz, Itiúba e Cansanção. Após vencer a luta com meu pai, apoiado pela minha mãe, fomos para o acampamento na madrugada do dia 12 de janeiro. Em Nova Palmares, antiga fazenda Berimbau, passei a morar sozinho, visto que meu pai só concordou em dar o nome para o Assentamento porque eu era ainda menor, mas eu teria que assumir tudo dentro do Assentamento. Assim feito, fiquei um período sozinho até que minha irmã e mãe vieram morar comigo.

Dentro do Assentamento, Flaviano é responsável pelo coletivo de jovens, sua própria trajetória de vida materializa seu compromisso com a juventude. Ele narra:

Assim que ocupamos Nova Palmares me desenvolvi com trabalhos sociais. Fui o fundador do grupo de jovem da comunidade e coordenador dos trabalhos religiosos. Particpei também da fundação do Coletivo de Jovens do Sindicato dos Trabalhadores Rurais em Conceição do Coité, onde fui cotado para fazer parte de sua diretoria, o qual desempenho até hoje.

Flaviano contribuiu na escolha do nome do assentamento. Era responsável pelos registros de Nova Palmares: fazia as atas, relatórios e preparava os documentos do Assentamento, além de ser o animador nas reuniões e atividades culturais.

Devido ao papel que eu tinha na organização de Nova Palmares, fui eleito presidente da Associação, nesse período eu tinha 21 anos e desenvolvi um trabalho muito importante, principalmente com a juventude. Sofri muitas perseguições no meu mandato de presidente, por ser jovem muitas pessoas não confiavam que eu poderia

fazer um bom trabalho, achavam que eu iria abandonar no meio do caminho. Algumas pessoas diziam que eu não conseguiria resolver as questões do Assentamento, ir ao INCRA resolver as pendências das pessoas e não era capaz de administrar a Associação da comunidade. Passei também a coordenar o coletivo municipal de jovens no Sindicato.

Ele é presidente da Cooperativa de Agricultores Familiares e Empreendimento Solidário (COOAFES), onde trabalha com a organização dos grupos de produção nas comunidades rurais de Conceição do Coité e de mais sete municípios sisaleiros.

Nossa alegria é saber que um dia todo esse povo se libertará! Atualmente estou cursando Direito pelo PRONERA/UNEB, no Campus I, em Salvador, distante de Nova Palmares 220 km.

A procura conduz a uma provisória certeza que me permite afirmar que a busca lança exigências de criar outras formas de arriscar, ser, pensar, conhecer, sentir, agir e existir. Na análise do cotidiano, deparamos sempre com um contexto cultural a ser decifrado, para o qual é preciso construir-se uma “leitura” que capte os sentidos concretos que se escondem ao olhar superficial do fato dado.

A partir dos memoriais e entrevistas dos sujeitos da pesquisa, fica evidente a importância da educação em suas vidas, como também as expectativas, dificuldades, entraves e desencantos com a educação pensada para eles e não com eles. A relação que estabelecem com ela revela o lugar que a educação ocupa nas suas trajetórias de vida e na luta social.

Dessa forma, as narrativas não se detiveram na exclusão e/ou estigmatização em si; elas se ampliaram incorporando outras esferas da vida dos assentados, protagonistas deste estudo, especialmente como sujeitos de possibilidades. A riqueza das trajetórias de vida, dos dados coletados e das análises desenvolvidas evidenciou a importância, as singularidades e a resistência de Nova Palmares.

Neste sentido, afirma a identidade e a cultura da mulher e do homem sisaleiro. A educação escolar que tem sido efetivada ainda ocorre em condições infraestruturais adversas, sem as mínimas condições necessárias à construção de conhecimentos socialmente valorizados, validados e legitimados por parte dos sujeitos que dela participam, e que ultrapassem a descrença e falta de

reconhecimento de seus saberes e fazeres, historicamente construídos nas suas trajetórias de vida.

Pensar a educação na relação com a sociedade e o desenvolvimento sustentável é pensar a partir da ideia de que o local, o território, pode ser reinventado através das suas potencialidades. Uma das formas de trazer à tona essas potencialidades está na revitalização da importância do coletivo como estratégia de participação popular de gestão das políticas. Assim, cada proposta de desenvolvimento possui sua visão de homem, de sociedade, de mundo desejado.

As políticas públicas, particularmente as direcionadas para o campo da educação de pessoas jovens, adultas e idosas ainda não contemplam de fato e verdadeiramente o sujeito do campo como protagonista do processo de desenvolvimento, como condição para a participação na construção de sociedades mais justas, solidárias, pacíficas, sustentáveis e que a diversidade de fato se constitua a riqueza que nos identifica como brasileiros.

O campo brasileiro é composto de diversas e singulares realidades sociais, econômicas, culturais e geográficas. Assim, os projetos e propostas educativas asseguram uma concepção/conotação variável e possuem intencionalidades específicas que muitas vezes não dialogam e tampouco atendem as demandas dos camponeses.

Neste contexto, não atendem de forma significativa e abrangente às reais necessidades e desejos dos trabalhadores que vivem no campo, não privilegiam as múltiplas realidades vividas pelos sujeitos do campo, seus saberes socialmente e historicamente construídos e impõem uma concepção/conotação estigmatizada sobre sujeitos do campo.

Por outro lado, a concepção de educação centrada no processo de humanização e conscientização contribui com os sujeitos do campo na medida em que fortalece a luta para viver e produzir *no campo*. Desvela a realidade perversa, subsidia os sujeitos para resistirem e continuarem na peleja contra a negação de direitos.

Um dos desafios contemporâneos da educação para jovens, adultos e idosos do campo é enfatizar os processos de formação humana tendo como ponto de partida os parâmetros de um ser humano concreto e historicamente situado e contribuir para que se percebam, se organizem e se reconheçam como sujeitos

coletivos e cidadãos de direito. Em síntese, como mulheres e homens de possibilidades.

A busca contínua pelo protagonismo dos movimentos sociais e populares vem conquistando um conjunto de ações no âmbito das políticas públicas que atendem os sujeitos do campo, especialmente no contexto sisaleiro. Entretanto, a ausência do poder público, mitigada, faz com que a responsabilidade e a culpa por essa indiferença recaiam sobre os próprios camponeses.

Tenta-se esconder a hegemonia das classes dominantes sobre o Estado, atribuindo-se às desigualdades sociais um caráter de inferioridade natural e não de característica endógena ao desenvolvimento do capitalismo no Brasil, no contexto baiano e sisaleiro. Isto é evidenciado pelo fato de serem as políticas educacionais filantrópicas e assistencialistas, além de descontínuas, pulverizadas e populistas.

A educação de pessoas jovens, adultas e idosas, concebida a partir dos anseios e demandas dos seus sujeitos, pode ser vista e reconhecida como uma política pública de direito social, configurando-se e contrapondo-se à educação que está a serviço do mercado.

Ao se pautar em uma concepção de campo e de desenvolvimento que não exclui as lutas, as resistências sociais, que reconhece as possibilidades de criação de novos territórios de vida e que não comunga com a educação excludente e perversa pautada pelo mercado, no desenvolvimento capitalista que fomenta a realidade desumana das precárias condições do campo, consubstancia outro tipo de política pública de direito social.

A educação como processo contínuo e constante de conscientização e humanização reconhece os camponeses não apenas por suas carências, mas por serem participantes de um processo de luta e transformação das relações sociais com o campo. Deste modo, caminha de forma a romper com a estigmatização, com o preconceito e a discriminação historicamente construídos. Supera, assim, a visão preconceituosa de sujeitos da falta e os reconhece como sujeitos de direitos e possibilidades.

O que se observa é que os excluídos da escola são também excluídos de outros direitos essenciais. Seus saberes são sempre desconsiderados e desvalorizados. Logo, a diferença é tratada como ignorância e atraso, portanto, não é considerada legítima. E, além de excluídos do âmbito escolar, são também privados das decisões e da participação político-social.

Apesar de se sentirem “excluídos no interior” da própria sala de aula, não abandonam a escola, como fizeram outros colegas. Segundo Bourdieu e Champagne (1998b, p. 224):

Obrigados pelas sanções negativas da Escola a renunciar às aspirações escolares e sociais que a própria Escola lhes havia inspirado, e, em suma, forçados a diminuir suas pretensões levam adiante, sem convicção, uma escolaridade que sabem não ter futuro.

A trajetória escolar regular e convencional sem atrasos, reprovações sucessivas e interrupções nos estudos, constitui-se, na maioria das vezes, em uma realidade apenas para os sujeitos oriundos dos meios sociais favorecidos, e que, portanto, para os sujeitos dos setores populares e, especialmente do campo, não é possível. Para eles, essa trajetória é marcada por desafios, lutas e limitações.

Neste contexto, é imperioso identificar de que maneira e com que intensidade as condições de existência afetam, por um lado, o destino escolar nas suas várias dimensões, entre elas, a duração da escolaridade, tipo de ensino, os resultados escolares obtidos, enfim a própria vivência da experiência escolar; e, por outro, as estratégias que cada sujeito utiliza para acessar e permanecer no processo de escolarização.

A educação vem historicamente deixando de cumprir o seu papel de instância humanizadora e transformadora. Como colocar em prática uma educação que garanta o acesso e permanência dos sujeitos do campo? Como transformar a realidade do meio em que vivem, levando em consideração os aspectos sociais, econômicos, políticos e culturais?

A educação de pessoas jovens, adultas e idosas no contexto brasileiro, baiano e sisaleiro, ainda não conseguiu alicerçar-se em políticas de Estado. Historicamente, sua estrutura e funcionamento foram marcadas e legitimadas por políticas de governo, quase sempre sem avaliação dos seus impactos no contexto onde foram implantadas e sem tomar como ponto de partida a identidade dos sujeitos.

Traçar o perfil dos sujeitos, razão desta investigação, tornou-se ao mesmo tempo instigante e necessário para compreender seus saberes e fazeres, como produzem a existência, quais são seus desejos e expectativas e que projetos de vida manifestam.

5 DESAFIOS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DO CAMPO

A visão urbanocêntrica, na qual o campo é encarado como lugar de atraso, meio secundário e provisório, vem direcionando as políticas públicas de educação do Estado brasileiro. Pensadas para suprir as demandas das cidades e das classes dominantes, geralmente instaladas nas áreas urbanas, essas políticas têm se baseado em conceitos pedagógicos que colocam a educação do campo prioritariamente a serviço do desenvolvimento urbano-industrial (BRASIL, 2007, p. 13)

5.1 “GENTE DA ROÇA NÃO CARECE DE ESTUDO”: ENTRE O DIREITO E A NEGAÇÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA NO CAMPO

O direito à educação pública, obrigatória e gratuita é recorrente no discurso dos diversos segmentos que compõem a sociedade brasileira no contexto contemporâneo.

A defesa do direito de todos à educação dialoga com a discussão sobre a obrigatoriedade e responsabilidade do poder público e da família em oferecer condições de acesso e permanência para a educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade em contextos educacionais.

Para Duarte (2004), o direito público subjetivo, em si, não é uma garantia *stricto sensu*, embora constitua um instrumento jurídico que reforça o sistema geral de proteção do ensino fundamental como direito social.

Na acepção larga do conceito de garantia, pode-se incluir, no caso da educação, a consideração de certos princípios, como o da obrigatoriedade do ensino entendida como a imposição de um dever ao Estado e o da sua gratuidade em estabelecimentos oficiais.

O Brasil está entre os 53 países que ainda não atingiram e nem estão perto de atingir os objetivos de Educação para Todos (EPT) até 2015, apesar de ter apresentado importantes avanços no campo da educação ao longo das duas últimas décadas, possui desafios significativos.

A Unesco, agência incumbida da coordenação da política global em direção à EPT, monitora a implementação das atividades, avaliando os progressos realizados, analisando as políticas efetivamente formuladas, disseminando conhecimentos sobre as boas práticas e alertando quanto aos desafios emergentes.

Ressalta que a EPT é um compromisso global firmado por 164 governos reunidos na Cúpula Mundial de Educação, em Dakar, 2000, para oferecer a todas as crianças, jovens e adultos uma educação que satisfaça suas necessidades básicas de aprendizagem, no melhor e mais pleno sentido do termo, e que inclua aprender a aprender, a fazer, a conviver e a ser.

A educação é um direito humano fundamental e é essencial para o exercício de todos os direitos. Mesmo assim, existem ainda cerca de 774 milhões de analfabetos no mundo, e cerca de 57 milhões de crianças ainda se encontram fora da escola primária, e muitos jovens e mulheres e homens adultos continuam sem aprender o que precisam saber para dirigir suas vidas com saúde e dignidade.

Devido a uma combinação de fatores – como pobreza, disparidade de gênero, isolamento geográfico e situação da minoria – a qualidade da educação é um sonho distante para muitos, sobretudo para meninas de famílias pobres de áreas rurais. Elas estão entre as crianças que enfrentam as maiores barreiras de acesso à educação. Uma das principais responsabilidades da UNESCO é defender o direito de toda menina e menino, e de todo homem e mulher jovem e adulto, a ter educação de qualidade ao longo da vida – independentemente da definição (formal, não formal ou informal). (UNESCO, 2014)

O Brasil, nestas últimas duas décadas apresentou, entre outros avanços, a redução das taxas de analfabetismo entre jovens e adultos, o acesso ao ensino fundamental está quase universalizado, com 98% da população de 7 a 14 anos incluídos nesse nível de ensino, a proporção de jovens no ensino médio é mais que o dobro da existente em 1995 e aumento no acesso ao ensino superior. (UNESCO, 2014)

Mesmo com os avanços, o Brasil ainda enfrenta problemas para atingir a educação básica de qualidade para todos, a qual é essencial para: erradicação da pobreza; redução da mortalidade infantil; controle do crescimento populacional; reconhecimento e afirmação da igualdade de gênero, política de desenvolvimento sustentável, a paz e a democracia.

A educação é importante, na medida em que busca contribuir também com o fim da pobreza e da desigualdade social. Ambas, fruto do modelo capitalista exploratório, que se baseia na exploração humana, na produtividade e no consumismo.

A pobreza, no Brasil, revela o descaso social e político que condenou fortemente trabalhadores rurais ao não acesso, permanência e conclusão da escolarização na infância e na adolescência.

Mesmo aqueles que sabem ler e escrever foram condenados à exploração capitalista desumana e degradante. A educação conscientizadora, em acordo com as ideias de Freire, denuncia o sistema explorador e sinaliza as possibilidades para a sua superação e transformação.

Os sujeitos que ainda conseguiram estudar tiveram seu processo educativo marcado por experiências escolares negativas, descontínuas, fragmentadas, repletas de idas e vindas. Tais marcas se devem, na grande maioria das vezes, à necessidade de ajudar seus pais na agricultura, colaborando com o sustento da família, geralmente numerosa.

A situação social do campo; pobreza; crescimento das desigualdades; a degradação da qualidade de vida; ausência de políticas públicas que garantam o direito à educação e a escola para os camponeses são consequências de um sistema econômico que, sob a égide da ideologia neoliberal, ao longo do tempo, vem reproduzindo uma sociedade individualista e competitiva, segregada da efetiva participação, inclusive, política.

A lógica perversa e desumana do trabalho no modelo do capital tem produzido uma sociedade de consumo, pessoas se tornam mercadorias, muitas vezes incapazes de refletir sobre a realidade desigual e sob intensa exploração, da qual são reféns e estrategicamente impossibilitadas de (re)conhecer e de exigir seus direitos.

Crianças, jovens, adultos e idosos vivem na sociedade contemporânea um processo contínuo de encaixe-desencaixe; inclusão-exclusão, enraizamento-desenraizamento. Segundo Bauman (2007), a “sociedade” é vista na contemporaneidade como “rede” em vez de “estrutura”, ela é percebida e encarada como uma matriz de conexões e desconexões aleatórias e de um volume essencialmente infinito de permutações possíveis.

A sociedade abrange jeitos de ser, viver, perceber, conhecer e pensar que se enfrentam. Entre tensões, modos distintos de construir identidades sociais e étnico-raciais e cidadania, os sujeitos da diversidade tentam dialogar entre si, ou pelo menos buscam negociar a partir de suas diferenças e propostas políticas que

incluam a todos nas suas especificidades sem, contudo, comprometer a coesão nacional, tampouco o direito garantido pela Constituição de ser diferente.

Segundo Hall (2002), o sujeito pós-moderno não possui identidade fixa, essencial ou permanente, mas contraditória, que é constantemente deslocada e desenraizada. As consequências da globalização atingiram de fato as identidades, fragmentando-as.

Por outro lado, pode ocorrer o inverso: as identidades locais podem se enraizar, fortalecerem-se com a presença de outras identidades ou, ainda, produzirem simultaneamente 'novas' identificações 'globais' e novas identificações 'locais'.

A história da educação de pessoas jovens, adultas e idosas se mistura com o lugar social historicamente reservado aos camponeses, trabalhadores, pobres, negros, subempregados e privados de direitos básicos.

A educação no meio rural foi sempre tratada pelo poder público com políticas compensatórias. Historicamente não houve, para o sistema de educação rural, a formulação de diretrizes (políticas/pedagógicas) para atender seu funcionamento, tampouco um financiamento que possibilitasse a institucionalização e manutenção de uma educação em todos os níveis, com qualidade e dignidade.

A educação, por si só, não promove a transformação social, mas sem ela esta transformação não é possível, como ensinou Freire. Não há como pensar o desenvolvimento do campo sem a educação dos camponeses.

Os sujeitos do campo têm vida, saberes, fazeres, formas de ser e estar no mundo. A educação é condição *sine qua non* para uma política econômica justa e ecologicamente sustentável para o campo.

A implementação de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento do campo, para a qualidade de vida da população, tem na educação um instrumento fundamental para o processo. Porém, não para a educação que está posta, mas para outra concepção de educação, capaz de atender a heterogeneidade, diversidade, singularidade, complexidade e especificidades do campo.

Existe uma ideologia disseminada que vê o campo como lugar da falta, da pobreza, do atraso, da dependência, das carências, das ideias fortalecidas pelo processo excludente da educação pública, restando ao camponês buscar estratégias e alternativas, por vezes idealizadas e ilusórias, de que os centros urbanos são locais apropriados para a (re)produção e manutenção da vida.

O preconceito e a discriminação são latentes sobre os camponeses, vistos muitas vezes como pessoas incapazes e atrasadas para acompanhar o desenvolvimento na contemporaneidade.

Na maioria das vezes as mulheres e homens camponeses são considerados “[...] sem eira nem beira, sem direito a qualquer postulação de título de propriedade, possuidor de uma cultura rústica, grosseira, incompatível com a sofisticação de que era portadora a elite agrária brasileira”. (PEREIRA; QUEIROZ, 2005)

Os nordestinos, especialmente nos anos de 1940, migraram para as grandes metrópoles do Sul e Sudeste brasileiro, em busca de trabalho na indústria em expansão. A maior parte destes migrantes de origem do campo, com costumes, hábitos e formas de pensar, ser e estar no mundo.

Eles estão marcados por suas vivências e por sua condição social de homens pobres, analfabetos, submetidos a rotinas de trabalho que exaurem suas forças e impõem muitas privações, o que reforçará este estereótipo de sujeitos carentes, miseráveis e atrasados.

Esse contexto também coloca em evidência a situação precária da educação pública dos municípios nordestinos. De acordo com o último *Censo demográfico de 2010*, do Instituto de Geografia e Estatística (IBGE, 2010), o Estado da Bahia possui 1,8 milhão de baianos com 15 anos ou mais que não sabem ler e escrever, o que corresponde a 16,7% da população do Estado nesta faixa etária.

O analfabetismo é ainda mais preocupante na zona rural, onde estão concentrados pouco mais de 53% (962 mil) dos habitantes que não estão inseridos na cultura letrada.

A descrição da realidade educacional baiana, tanto em sua dimensão de análise do acesso e do aproveitamento escolares como da exclusão educacional, sinaliza para resultados historicamente conhecidos para aqueles que atuam com a questão social da educação: as precárias condições de vida da maioria da população baiana que ainda não possui direitos básicos assegurados às crianças, os jovens e adultos expulsos do sistema escolar orientado por políticas discriminatórias de educação que contribuem para a rejeição e abandono da escola por parte destes sujeitos, especialmente aqueles que vivem no campo.

O espaço da aprendizagem ampliou-se, a escola ainda que seja a instituição validada pela sociedade como espaço de socializar o conhecimento sistematizado, não é mais a única responsável pelo processo de formação educacional do homem.

Inúmeros e diferentes espaços de aprendizagem surgiram, tais como: associações de bairro, sindicatos, igreja, canteiros de obras, hospitais, entre outros.

Diferentes segmentos sociais urbanos e rurais configuram a educação como um dos importantes e necessários caminhos de transformação social. Quando se pensa em fazer o desenvolvimento, de modo geral, cogita-se em realizar atividades ligadas à produção, como implementar a indústria, melhorar a agricultura, incentivar o turismo, desvinculando os efeitos ao bem estar do homem.

A Tabela 1 apresenta os desafios e complexidades dos municípios em atender as demandas educacionais dos sujeitos do Território do Sisal.

Tabela 1 - Classificação dos municípios, segundo a posição do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) na Região Sisaleira/ 2011

Municípios	POSIÇÃO	IDEB 5º ANO	IDEB 9º ANO
São Domingos	1º	4.5	4.3
Valente	2º	4.3	3.3
Nordestina	3º	4.2	3.0
Tucano	4º	4.1	3.1
Retirolândia	5º	4.1	2.8
Santaluz	6º	4.0	3.5
Ichu	7º	3.8	3.2
Barrocas ¹	8º	3.8	2.9
Teofilândia	9º	3.7	2.8
Quijingue	10º	3.7	2.5
Conceição do Coité	11º	3.5	3.4
Queimadas	12º	3.5	3.1
Monte Santo	13º	3.5	3.1
Itiúba	14º	3.3	2.9
Euclides da Cunha	15º	3.3	2.5
Lamarão	16º	3.2	2.6
Candeal	17º	3.1	2.4
Serrinha	18º	3.0	3.0
Cansanção	19º	3.0	2.7
Biritinga	20º	2.8	*
Araci	21º	2.6	2.5

¹ O município de Barrocas foi introduzido no Censo 2000 pelo IBGE, a partir de Serrinha.

*Número de participantes na Prova Brasil insuficiente para que os resultados sejam divulgados.

Os resultados marcados em verde referem-se ao IDEB cuja meta foi atingida.

Este contexto também tem contribuído para a migração de jovens e adultos sisaleiros, especialmente os homens, que se deslocam para os centros urbanos e

capitais para onde, sem qualificação profissional, partem em busca “ilusória” de melhores oportunidades de vida, do sonho de ser “gente” e deixam no campo sua família, e o sonho na maioria das vezes de voltar a sua terra natal.

Os sujeitos do campo percorrem, ao longo dos anos, um caminho de invisibilidade: deles próprios e do que produzem como riqueza material e imaterial. Assim, na maioria das vezes os jovens, adultos e idosos oriundos do campo vivem um processo contínuo de desenraizamento, quando deslocados para a vida urbana.

Até pouco tempo atrás, a impermeabilidade do Estado brasileiro, face à impregnação de seus aparelhos e instituições pela ideologia das classes dominantes, fazia prevalecer a ideia de que o campo fosse “hospedeiro do analfabetismo” e que os sujeitos do campo não necessitavam de estudo.

Isso se evidenciava, sobretudo, pelos baixos investimentos educacionais e econômicos para as classes trabalhadoras do campo. Quando muito, o ensino ficava restrito à alfabetização ou à qualificação profissional para atender o imediatismo da necessidade de mão de obra no universo urbano.

O *Censo escolar da educação básica* (IBGE) de 2013 destacou a evolução de matrículas em creche, que teve crescimento de 72,8%, passando de 1.579.581 para 2.730.119 no período entre 2007 e 2013. Entre 2012 e 2013, o aumento das matrículas em creche foi de 7,5%. A pré-escola apresentou evolução de 2,2% na quantidade de matrículas entre as duas últimas edições do Censo, chegando a 4.860.481 crianças matriculadas.

Desde 2010, o número de matrículas em educação integral no ensino fundamental cresceu 139%, chegando a 3,1 milhões de estudantes. Só no último ano, o crescimento foi 45,2%. Segundo o Ministério de Educação (MEC), os dados do Censo ainda apresentam os desafios e destacam resultados dos esforços conjuntos.

A desigualdade em relação à educação dos camponeses não é apenas infraestrutural no que diz respeito aos equipamentos escolares, mas também concernente aos níveis de ensino ofertados.

Existe um afunilamento, reduzindo as vagas e, conseqüentemente, as chances de continuidade de estudos, na medida em que se aumenta o nível de ensino: diminui-se o número de escolas, o que dificulta mais ainda a permanência e ascensão escolar para os que vivem no campo.

Mesmo com os dados do Censo revelando avanços e possibilidades de acesso, quase em sua totalidade, as escolas do campo oferecem apenas os anos iniciais do ensino fundamental (1ª a 5ª séries). Em geral, a única opção é a escola da localidade.

Na maioria das vezes, sofre com os problemas identificados nas suas classes multisseriadas: o currículo descontextualizado e uniformizador, falta de materiais didáticos e/ou pedagógicos e quando existem são desvinculados da vida, do cotidiano e necessidades dos camponeses.

Não há justificativa para tamanha desconsideração do poder público e da sociedade civil para com os graves problemas de infra-estrutura e de condições de trabalho e aprendizagem que enfrentam os professores e estudantes das escolas multisseriadas, que, em geral, se encontram abandonadas às situações contingentes próprias das comunidades em que se localizam; afinal, delas depende atualmente a iniciação escolar da maioria das crianças, adolescentes e jovens do campo. (HAGE, 2006, p. 310)

As precárias instalações físicas das escolas colocam em risco a saúde e a vida dos educandos e professores. Muitas escolas no Brasil, especialmente aquelas que estão nas periferias e no campo não atendem a condições básicas.

Sem cadeiras, carteiras, energia elétrica, água potável, banheiros, merenda escolar e também ausência de investimentos na formação inicial e continuada de professores não garantem o direito à educação e nem a qualidade do ensino aos cidadãos.

Os sujeitos pertencentes aos setores populares, tanto do campo como na cidade, não tiveram acesso ainda às políticas educacionais, na medida do necessário e do direito, tampouco elas foram capazes de satisfazer seus anseios, demandas e necessidades educacionais. Isto equivale a reconhecer que a população constituída de sujeitos do campo encontra-se praticamente excluída da escola.

Esses sujeitos carregam consigo uma das duas marcas principais em relação à educação pública: de um lado, a negação de acesso à escola e, de outro, a exclusão prematura do processo escolar, consequência de inserção precoce no trabalho e da luta pela própria sobrevivência, ou até mesmo pelo fato de a escola utilizar mecanismos que reforçam a desigualdade e a exclusão no seu interior, expulsando-os de um processo mal iniciado de escolarização.

Nesse sentido, os sujeitos expressam o sentimento de que permanecem à margem em seu próprio processo de escolarização, constituindo-se "excluídos potenciais", uma vez que, embora tenham ingressado no contexto escolar e nele permaneçam precariamente, sofrem com o descaso e com as consequências de um sistema escolar concebido e estruturado sob a égide de uma "[...] distribuição diferencial dos benefícios escolares e dos benefícios sociais correlativos [...]". (BOURDIEU; CHAMPAGNE, 1998b, p. 221)

O camponês não quer receber, porque ele quer produzir, construir, ser protagonista da educação que serve para ele, e não apenas recebê-la como dádiva de quem pensa que sabe que educação lhe convém. O descaso em atender o compromisso com a formação de todos para uma vida cidadã em uma sociedade democrática resulta em privação de direitos.

Neste sentido, inserir a educação de jovens, adultos e idosos efetivamente na agenda de governo e, especialmente, no conjunto de políticas públicas de direito, torna-se um desafio para diferentes governos e para a sociedade como um todo. Um exemplo singular é o PRONERA e seus impactos na vida dos camponeses.

As soluções insatisfatórias e parciais alimentam e legitimam ações benevolentes e superficiais, e que se efetivam em propostas, programas e projetos de duração mínima, isto é, com prazo de validade insuficiente, além de nenhuma avaliação sobre os impactos das implementações.

Essa realidade é visível no cotidiano vivido por mulheres e homens sisaleiros, egressos destes programas de propostas de curta duração, que se caracterizam como pontuais e descontínuos, e que não combinam a escolarização com oportunidades de educação profissional, desenvolvimento cultural, ação comunitária, cidadania e participação social, de forma conjunta.

5.2 A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DO CAMPO NA CONTEMPORANEIDADE

Um dia pela força de nosso trabalho e de nossa luta, o arame da nossa ignorância, e então ali eu percebi, melhor cortamos os arames farpados do latifúndio e entramos nele, mas quando nele chegamos, descobrimos que existem outros arames farpados, como ainda naquele dia, que quanto mais ignorante, quanto mais inocentes diante do mundo, tanto melhor para os donos do mundo, e quanto

mais sabido, no sentido de conhecer, tanto mais medrosos ficarão os donos do mundo.³²

O trecho acima traz à tona toda a luta pela terra e pela cidadania, permeada pela educação. Os altos índices de analfabetismo no meio rural estão ligados também ao empobrecimento da população do campo.

Essas ofertas materializadas por campanhas e movimentos de curto prazo apontam as “duas faces da mesma moeda”, a desvinculação das propostas de programas e projetos com a identidade e especificidades do público a que se destina – que pode provocar resistências e tensões entre os sujeitos e a proposta materializada –; por outro lado, descortina a importância destes programas e projetos.

Mesmo que ainda pontuais, precários, inadequados e descontínuos, os programas e cursos são frequentados pelos trabalhadores rurais. Esses projetos e programas representam, para jovens e adultos que deles se utilizam, uma estratégia concreta de inserção no mundo da escola, e mesmo que na falta de oferta para as séries demandadas, cursam aquelas que se lhes apresentam.

Neste sentido, também fornecem possibilidades para repensar as propostas de programas e projetos na educação de pessoas jovens, adultas e idosas do campo brasileiro e, especificamente, baiano e sisaleiro. A história da educação brasileira deixa um legado de discriminação e privação de direitos para a maioria dos brasileiros.

A ideia de erradicação do analfabetismo num curto espaço de tempo sem considerar que a eliminação do problema depende de mudanças estruturais nas condições econômicas, sociais e educacionais que produzem o analfabetismo sempre fracassou. Para Paulo Freire, os analfabetos não são uma erva daninha que deve ser erradicada, mas a expressão concreta de uma realidade social injusta e perversa.

No Brasil, vêm se materializando ao longo dos anos campanhas que costumam ser centralizadas e unificadas no desenvolvimento das atividades pedagógicas e da produção do material didático e não na formação do educando em sua totalidade e, tampouco, nas suas reais condições de existência humana.

³² Depoimento de um alfabetizador e camponês sem terra em um assentamento no Rio Grande do Sul. (FREIRE, 2004)

A educação dos camponeses foi descaracterizada e excluída do plano de desenvolvimento para o país, na medida em que não se levou em consideração a população que vive no campo, acarretando de forma acelerada e perversa o processo migratório do homem do campo para os grandes centros urbanos, onde sempre estiveram as prioridades para o investimento do capital nas indústrias.

Assim, a justificativa para a elaboração e a implementação de políticas para a educação de jovens, adultos e idosos tanto das cidades quanto para os que vivem no campo fundamenta-se mais nas necessidades do crescimento da economia e nos desejos do capital, assim como nos discursos populistas que “defendem” a participação política dos sujeitos.

Nessa perspectiva, é possível apontar alguns entraves para o desenvolvimento de políticas educacionais que garantam tanto o acesso como a qualidade, para a permanência e continuidade dos sujeitos do campo no contexto da educação pública.

Inicialmente, destaca-se a formulação das políticas educacionais sem a participação ativa e efetiva dos sujeitos, bem como a precariedade do acompanhamento e avaliação por parte do órgão público responsável pelas políticas.

Outro entrave significativo no contexto da educação pública, especialmente para os sujeitos do campo, é superar a ausência da oferta de educação básica em condições favoráveis e adequadas às exigências e demandas das mulheres e homens que dela necessitam, e, tanto quanto possível, fomentar e assegurar uma educação de qualidade social, enraizada nos saberes e fazeres que extrapolam o “chão da sala de aula”.

A função social da escola na sociedade capitalista contemporânea, os seus limites, a falta de efetiva universalização e qualidade da educação pública gera a precariedade, o descaso e o abandono da educação de pessoas jovens, adultas e idosas no cenário brasileiro, especialmente para trabalhadores do campo.

Ressalte-se que não é suficiente que essa educação limite-se somente à oferta de uma alfabetização tardia e rudimentar, que não terá continuidade. Um dos fatores da (re)produção do analfabetismo resulta da inexistência e/ou insuficiência do ensino fundamental para a população em idade escolar.

Os movimentos sociais populares do campo, nas últimas décadas, têm participado ativamente das disputas que envolvem a conquista da terra, o fortalecimento da agricultura familiar e a garantia do direito à vida com dignidade, constituindo-se sujeitos coletivos de direito, entre os quais se encontra o direito à educação. (HAGE, 2006, p. 303)

Por isso, ainda é vista como uma educação compensatória e, como tal, uma educação que não visa à formação humana, ao desenvolvimento, à criticidade e à participação dos sujeitos na sua formulação e implementação.

As pontuais e descontínuas propostas de projetos e programas da educação de jovens, adultos e idosos, além de serem inadequados, ou seja, não visam à especificidade dos sujeitos do campo, não dão condições de funcionamento satisfatório, como estrutura, formação inicial e continuada dos professores, recursos didáticos adequados e, especialmente, salários condizentes com os fazeres da docência nos espaços de aprendizagem, seja na sala de aula da escola pública ou para além dela.

Os mecanismos de bolsas para os alfabetizadores e coordenadores de programas e projetos de alfabetização de jovens, adultos e idosos ainda configuram estratégias de precarização das relações de trabalho. Na maioria das vezes materializada na utilização de mão de obra voluntária e sem formação alguma no campo da educação de pessoas jovens, adultas e idosas.

A contratação de professores temporários e sem formação específica convive ao longo da história do desenvolvimento desses programas e projetos com a ausência de perspectiva de continuidade, pois dependem da política local, tornando-os, na maioria das vezes, “clientelistas” e “eleitoreiros” e não especializados na formação dos camponeses. Inexiste uma política que contemple a qualidade e valorização do trabalho docente para que a educação não dependa apenas da “boa vontade” e do conhecimento insuficiente do professor e/ou alfabetizador.

A formação de professores vai além da questão técnica, é acima de tudo possibilitar a estes, caminhos para conciliar as dimensões: humana, política e pedagógica do saber-fazer-ser da sua profissão. Essas dimensões não se excluem mutuamente, pelo contrário, necessitam conviver de forma indissociável e dinâmica.

No currículo de formação de professores que atuam com os camponeses não podemos deixar de lado as experiências, os saberes, as suas histórias e especialmente desvelar/desvendar os seus percursos formativos com suas

pluralidades, dimensões, fronteiras, métodos, estratégias que permearam ou não todo esse processo, no qual esses professores se constituíram.

A educação do campo de jovens, adultos e idosos carece de uma política de financiamento próprio, que leve em consideração a inexistência e/ou insuficiência dos materiais didáticos, a especificidade da formação inicial e continuada dos professores e alfabetizadores, as limitações de locomoção e acessibilidade das salas de aula.

A falta de acompanhamento e de avaliação adequados por parte das secretarias de educação dos municípios, nas comunidades rurais, sobre as práticas docentes e as condições de ensino contribuem significativamente com a conformação e o descaso.

O Estado, historicamente, negou uma educação que desvelasse e proporcionasse uma compreensão concreta da realidade, por meio de políticas estruturais que garantissem as condições necessárias aos sujeitos do campo.

A materialização das políticas através de programas e projetos para os camponeses tem se constituído em ações e campanhas com poucas implicações nas questões estruturais, e insatisfatórias para suas vidas e as da própria comunidade em que vivem.

As experiências destes sujeitos são marcadas pelas lembranças de incertezas e (des)esperanças que vivenciaram no contexto destas políticas descontínuas, em que o processo do ensino e aprendizagem é interrompido de maneira abrupta.

O sonho de continuar estudando é ceifado constantemente, enfraquecendo o pertencimento ao grupo: laços de amizade que foram construídos são desfeitos. Assim, a educação, que é um direito universal, está sendo negada na medida em que não é garantida uma qualidade que possibilitaria a permanência e a continuidade dos camponeses na escola, os quais vivem hoje com a incerteza no futuro imediato, o amanhã.

Entender o processo de exclusão da educação é fundamental para entendermos o problema das desigualdades no Brasil, assim como entender o contexto das desigualdades no Brasil é fundamental para entendermos o processo de exclusão na educação. (HADDAD, 2008, p. 10)

Para as mulheres e homens do campo, a continuidade dos estudos é uma esperança e não um direito, conforme determina a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, assim como as Diretrizes Operacionais para Educação Básica nas Escolas do Campo aprovadas em 2002.

O resultado é a negação do exercício do direito à educação. A ausência de políticas efetivas de combate às desigualdades sociais acaba comprometendo os ideais igualitários do discurso político da educação, tão propagados. A ausência de materialização de projetos políticos pedagógicos para a construção de políticas públicas que procurem respeitar as especificidades e a realidade dos camponeses constitui-se em um desafio, embora em termos jurídicos existam avanços.

As demandas e anseios dos sujeitos da educação das pessoas jovens, adultas e idosas do campo não constituem ponto de partida na formulação das políticas.

Assim, as conquistas no âmbito jurídico demoram para serem materializadas, prevalecendo ainda a ideia de que “gente da roça não carecia de estudos”. A afirmação servia para justificar os baixos investimentos educacionais e econômicos no campo.

O ensino ficou restrito à alfabetização ou à qualificação profissional para atender a necessidade de mão de obra, não assegurando a participação ativa e efetiva dos camponeses, negando a possibilidade de construir com eles e não para eles.

Não são, portanto, efetivamente superadas as características de uma educação cujo caráter de assistência ao desfavorecido, de construção de hegemonia e exercício de controle social, ou de atendimento a demandas pontuais do capital, se sobrepõe, nitidamente, ao princípio ético-político de educação como “direito de todos”.

Direito à educação, assim entendido, tem existido como fundamento à ideia de educação como condição necessária ainda que não suficiente, para se pensar o modelo democrático de sociedade, para o qual o papel do Estado, como garantidor desse direito, tem sido insubstituível. (PAIVA, J., 2009, p. 137)

Esse caráter – dispensado da educação dos sujeitos que vivem no campo – estabelece-se pela estigmatização e culpabilização de que são vítimas, historicamente, os camponeses não alfabetizados e os não escolarizados, que

passam a constituir, pela lógica do poder e da sociedade desigual, parte do mecanismo que assegura a opressão e a privação de direitos de extensas camadas das classes trabalhadoras do campo e, também, da cidade.

Por parte dos trabalhadores do campo há esforços e indícios, mesmo pouco perceptíveis, de luta e movimento para superar as dificuldades e debilidades na efetivação do direito à educação.

A correção deste quadro de privação de direitos implica desconstruir toda uma estrutura que historicamente colocou a educação a serviço dos interesses políticos de perpetuação de poder, assegurando a manutenção das desigualdades que tanto afrontam o povo brasileiro.

Invisibilizados na maioria das vezes, mulheres e homens do campo mobilizam-se para a efetivação de um processo organizativo participativo que fortaleça politicamente os camponeses e demande do Estado cumprir seu dever.

Neste processo é fundamental que sejam incluídas as vozes dos jovens, adultos e idosos, para que eles próprios possam falar de suas necessidades e expectativas, direcionando a reflexão, o planejamento e a execução das práticas sociais e das políticas públicas educativas rumo a sua efetiva democratização. Um dos desafios é contribuir para que os sujeitos tornem-se protagonistas, participantes ativos e propositivos na realidade em que vivem.

Nas duas últimas décadas do século passado, os movimentos sociais do campo inserem a educação na agenda política das suas organizações, como uma das prioridades dos coletivos e setores.

Começam a desenvolver propostas específicas de educação, reinventam teorias e práticas sociais como estratégias fundamentais para a emancipação dos sujeitos que, ao longo de suas vidas, foram excluídos de todo e qualquer direito, inclusive de fazer a escolha de viver no campo.

A educação é reconhecida como uma política pública de direito social, vai-se configurando e contrapondo-se àquela pautada pelo mercado, pois a educação pautada por uma concepção de campo e de desenvolvimento que não exclui as lutas, as resistências sociais, que reconhece as possibilidades de criação de novos territórios de vida não comunga com a educação excludente e perversa pautada pelo mercado, no desenvolvimento capitalista que fomenta a realidade desumana das condições do campo.

Os movimentos sociais do campo passaram a expressar esse movimento de construção de outro paradigma de educação concebida como Educação do Campo (EC), em contraposição a um conceito vigente de Educação Rural.

Alguns antecedentes políticos que deram origem à EC estão relacionados à perversa acumulação do capital internacional desde a década de 1970, e mais fortemente nas décadas seguintes, provocando profundas crises e aumentando a expropriação e concentração de terra.

Os movimentos sociais do campo ampliaram as suas formas de organização e passaram a definir novas estratégias de ocupações, enfrentando as diferentes políticas. No campo educacional ampliam-se as possibilidades de acesso, mas em contrapartida não se ampliam as de permanência com qualidade.

Ainda na década de 1970, com a “expansão” do sistema educacional, assistiu-se à excessiva burocratização e à queda da qualidade na educação escolar. A partir daí, diversos grupos investiram em experiências de educação popular que veio renovando as esperanças e possibilidades de um projeto de educação vinculado a um projeto de transformação social.

Na década de 1980, muitas forças sociais foram surgindo: o Partido dos Trabalhadores (PT), a Central Única dos Trabalhadores (CUT), o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). A retomada da luta pela terra e pela reforma agrária, interrompidas com o golpe militar e a instalação de assentamentos rurais promoveram a defesa pela educação.

Ressaltando que um dos motivos que levam os militares à tomada do poder era o temor de que a reforma agrária – já tardia – se instalasse com o governo Jango, expropriando, às avessas, a terra usurpada aos que dela viviam, pelos grandes latifundiários. Também nesse período aumentam as lutas em defesa da escola pública por parte de diversos setores organizados da sociedade.

A década de 1990 foi marcada pela consolidação da política neoliberal que propõe, entre tantas outras estratégias, uma reorganização profunda no sistema educacional brasileiro, com o auxílio de forças internacionais, com o intuito de atender os interesses do capital monopolista.

Nesta perspectiva, a educação passa a ser compreendida e implementada a partir dos mesmos critérios do capital. Com a aprovação pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) das *Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo* (CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (Brasil); CÂMARA DE

EDUCAÇÃO BÁSICA, 2002), os movimentos sociais populares do campo têm buscado colocar na agenda pública dos governos (estados e municípios) os problemas e desafios pertinentes à educação dos camponeses.

A EC nasceu na década de 1990, com a proposta de vinculação a um projeto político de nação, por ser compreendida como estratégia fundante para a ampliação das possibilidades de mudanças sociais concretas e significativas, como parte da construção de um projeto popular. Segundo Caldart (2012, p. 261) “A Educação do Campo não é para nem apenas com, mas sim, dos camponeses, expressão legítima de uma pedagogia do oprimido”.

A EC origina-se do movimento de lutas pelos direitos de todos que vivem nos territórios do campo, floresta e águas, e que veem na educação possibilidades de (re)construção das identidades, da ampliação e do aprofundamento de conhecimentos e também da assunção de poder, e fundamentalmente, de contribuir na construção e compartilhamento de um projeto político para o país, pensando o desenvolvimento territorial, onde os sujeitos sejam protagonistas.

Como prática social a EC, mesmo ainda em processo de constituição histórica, afirma-se como luta social pelo direito e acesso dos sujeitos do campo à educação construída por eles mesmos. Contrariando um modelo privatista e excludente, os trabalhadores do campo concebem e tomam consciência do direito à educação e lutam por ela.

Neste contexto, o *popular* insere-se na concepção da EC, quando seus referenciais apontam para a utopia e a materialização de projeto de futuro. Nela, os sujeitos não são abstratos (massa humana) que podem ser manipulados pelo capital; os homens e mulheres são sujeitos históricos, que possuem desejos e direitos.

Na relação entre educação/homem/desenvolvimento, na lógica capitalista, a educação é um meio de desenvolvimento técnico-instrumental, o homem é visto como um ser passivo e a razão é compreendida como algo desvinculado da emoção.

Na EC, essa tríade tem outra configuração, pois nela se defende a conscientização, em que os fazeres e saberes dos sujeitos são avaliados por eles próprios. Assim, conhecimentos e práticas sociais são constituídas pela emoção e razão, porque ambas caminham todo o tempo, indissociáveis.

A Educação do Campo nomeia um fenômeno da realidade brasileira atual, protagonizado pelos trabalhadores do campo e suas organizações, que visa incidir sobre a política de educação desde os interesses sociais das comunidades camponesas. Objetivo e sujeitos a remetem às questões do trabalho, da cultura, do conhecimento e das lutas sociais dos camponeses e ao embate (de classe) entre projetos de campo e entre lógicas de agricultura que têm implicações no projeto de país e de sociedade e nas concepções de política pública, de educação e de formação humana.

Como conceito em construção, a Educação do Campo, sem se descolar do movimento específico da realidade que a produziu, já pode configurar-se como uma categoria de análise da situação ou de práticas e políticas de educação dos trabalhadores do campo, mesmo as que se desenvolvem em outros lugares e com outras denominações. E, como análise, é também compreensão da realidade por vir, a partir de possibilidades ainda não desenvolvidas historicamente, mas indicadas por seus sujeitos ou pelas transformações em curso em algumas práticas educativas concretas e na forma de construir políticas de educação. (CALDART, 2012, p. 257)

A EC sugere o exercício da liberdade na construção de condições solidárias e democráticas, o campo como o lugar do pensar diverso, do exercício de saberes, da resistência, do compartilhamento de sonhos e utopias, enfim, da emergência da(s) cultura(s) camponesa(s).

Torna-se assim uma das estratégias importantes de construção teórica e prática de formação dos sujeitos, num modelo de desenvolvimento pautado pela ética da vida, de uma sociedade mais livre, sustentável e socialmente mais justa.

Vale ressaltar que o avanço da consciência do direito entre os povos do campo tem provocado o avanço na EC como política pública e, acima de tudo, provoca o repensar sobre o campo, com suas lutas sociais que ocorrem e mudam as relações e, especialmente, que é inviável qualquer política pública, sem pensar nos sujeitos que vivem e trabalham no campo.

No discurso das mulheres e homens sisaleiros ficam explícitos os desejos e os obstáculos que vivenciam para se alfabetizarem e continuarem no processo de escolarização. Eles apontam, além das condições precárias de vida, as dificuldades de conciliar o trabalho e a escola.

Considera-se normal e banaliza-se a existência de um grande número de mulheres e homens excluídos do acesso à escolarização. Mesmo aqueles e aquelas que foram excluídos ou que nunca foram à escola, acreditam nela.

5.2.1 O Direito à Educação de Pessoas Jovens, Adultas e Idosas: conquista social ou tutela do Estado?

O Brasil é signatário de pactos e tratados internacionais que estabelecem a educação de pessoas jovens, adultas e idosas como um direito. Estas normativas internacionais ganham ainda mais força em um ambiente em que este direito é expressamente garantido e reforçado em suas normas internas. Contudo, historicamente, a educação de adultos brasileiros foi colocada sob a égide da caridade, solidariedade, voluntariado, filantropia e não do direito.

Na contemporaneidade, essa educação, entretanto, adquire outro sentido, fruto de práticas desenvolvidas no contexto dos movimentos sociais, no trabalho e até mesmo no âmbito escolar. Legitimadas por meio de ordenações jurídicas, de acordos, firmados e aprovados pela aliança e parceria de instâncias e segmentos que representam os sujeitos adultos.

De fato, existe uma contradição entre os caminhos políticos assumidos pelo Estado brasileiro, internamente, e os acordos firmados como signatário de compromissos estabelecidos internacionalmente. Desde a Constituição de 1824 (BRAZIL, 1824), previa-se “[...] gratuidade do ensino primário a todos os cidadãos”, mas efetivamente não se asseguravam os direitos das pessoas adultas das camadas populares do campo brasileiro.

A maior parte da população morava em pequenas e grandes propriedades rurais e não nas cidades. O analfabetismo não estava necessariamente vinculado à pobreza, e a elite econômica proprietária de grandes latifúndios também não tinha pleno acesso à educação: oferta e procura eram escassas.

Eleger e ser eleito dependia da prova de renda e não da capacidade e domínio de ler e escrever. Assim, não afastava as camadas proprietárias de terras do exercício do poder. O uso político da educação na história brasileira legitima e assegura os privilégios e o seu uso para fins eleitoreiros garante a opressão e a dominação.

Desde a Colônia e o Império, o analfabetismo é tema de discussão, entretanto é mesmo no início do século XX, precisamente após a década de 1940, que passa a ser considerado problema nacional, associado à ignorância, e os camponeses que unicamente não sabiam ler e escrever eram discriminados e considerados culturalmente inferiores.

Ao longo de 50 anos de experiências com campanhas e movimentos de massa, os problemas e complexidades da educação de jovens, adultos e idosos brasileiros, especialmente do campo, não foram resolvidos e não o serão, caso não se reconheça que os entraves que delinham o contexto em que essa educação se faz estão enraizados em uma sociedade desigual e injusta.

No passado, a ausência e insuficiência de escolarização para as crianças e adolescentes geraram um contingente de mulheres e homens que, na contemporaneidade, ingressam na pobre e ineficiente educação de pessoas adultas.

Nos dias atuais, a Constituição de 1988 (BRASIL, 1988) garante o direito à educação de forma universal, como um direito de todos, “[...] visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho [...]” e imputa como dever do Estado fornecê-lo tanto a crianças como àqueles que não tiveram acesso ao ensino em idade própria, conforme previsto no Capítulo 3, Seção I – Da Educação, Artigo 208. Ainda que pese estar explícita a garantia, a educação dos jovens, adultos e idosos enfrenta obstáculos para ser, de fato, um direito.

Na análise da Lei de Diretrizes e Bases da Educação n. 9394/96, (BRASIL, 1996) observa-se uma estrutura ainda fragmentária e hierárquica, inviabilizando a ideia de Sistema Nacional de Educação. As políticas governamentais buscam minimizar a educação de pessoas adultas, o que a tem restringido à questão do analfabetismo, sem relacioná-la com o ensino básico como um todo.

Os sujeitos pertencentes às classes populares, tanto do campo como da cidade, historicamente herdaram do Estado uma educação pública marcada pela ausência de uma proposta pedagógica consistente e com uma estrutura física incapaz de satisfazer seus anseios e necessidades educacionais “[...] a trágica herança autoritária transformou a escola em questão de baixa economia”. (CAMPOS, 1992, p. 19)

Assim, os investimentos educacionais passaram a ter baixos custos. Conforme Aguilar (2000) convive-se com um Estado “desertor”, isto é, que não

cumpra com suas obrigações, responsabilidades e deveres com a população, especialmente com aquelas e aqueles que continuamente têm que lutar para assegurar seus direitos.

No Brasil, muitos têm sido os autores a estudar e a problematizar a questão do direito à educação e à escola pública popular, seus limites e possibilidades concretas, especialmente no que diz respeito ao fosso que existe entre o que é instituído e não atende as demandas e exigências da população, e a busca constante de estratégias para assegurar conquistas e avanços.

Os estudos de Paulo Freire (1967, 1974, 1997), Miguel G. Arroyo (1999, 2005), Moacir Gadotti e José E. Romão (2001), e Sérgio Haddad (2008), entre outros, enfocam profundamente as lutas populares, pelo direito de crianças, jovens, adultos e idosos à educação que valorize sua cultura, suas formas de ser e estar no mundo.

Diferentes segmentos sociais, urbanos e rurais, compreendem a educação como um dos importantes e necessários caminhos para a transformação social. Quando se pensa em promover o desenvolvimento, de modo geral, cogita-se realizar atividades ligadas à produção, como implementar a indústria, melhorar a agricultura, incentivar o turismo, desvinculando os efeitos ao bem estar do homem.

Apesar de toda a crise que caracteriza o sistema público de ensino, espera-se, também, que a escola, em geral, possa “transmitir” valores, comportamentos, disciplina e formação moral, requeridas diante das novas exigências sociais determinadas pelas velozes transformações de que sofre a sociedade atual.

Na escolarização de adultos não é diferente, ou melhor, fica mais evidente a ação do imaginário social dos adultos, produzindo sentidos para o ato de escolarização como condição indispensável de participação social. (FEITOSA, 2007, p. 57)

Desse modo, não há como ignorar incertezas que rondam a escolarização, que se reporta aos “desaproveitamentos” escolares; à distorção idade/série; a trajetórias escolares curtas; à acessibilidade difícil; à impossibilidade de conciliação entre escola e trabalho; a índices de analfabetismo além de outros pontos.

Não há como pensar o desenvolvimento do campo priorizando investimentos no agronegócio, ou seja, naqueles setores sociais que apenas buscam a terra como meio de gerar mais lucros, negligenciando a educação dos sujeitos que vivem no campo e que encontram na terra seu meio de produção de vida.

Qual a imagem do ser humano que se encontra subjacente nos processos de desenvolvimento? Para a racionalidade técnica científica, o homem é apenas um ser racional; para o desenvolvimento econômico, ele é um consumidor; para o desenvolvimento humano, ele é um sujeito ativo, subjetivo, ator social enraizado na sua História, que dela participa e a pode transformar.

Assim, cada proposta de desenvolvimento possui sua visão de homem, de sociedade, de mundo desejado. Pensar a educação na relação com a sociedade e o desenvolvimento sustentável é pensar a partir da ideia de que o local, o território, pode ser reinventado através das suas potencialidades.

Como trazer à tona essas potencialidades? Será na revitalização da importância do coletivo como método de participação popular de gestão das políticas? Neste contexto, a educação tem um papel fundamental, especialmente na vida dos jovens, adultos e idosos, pois, na maioria das vezes, ela é concebida como um importante instrumento na efetivação dos direitos de cidadania.

Os sujeitos da EJA são: negros, brancos, indígenas, amarelos, mestiços; mulheres, homens, jovens, adultos, idosos; quilombolas, pantaneiros, ribeirinhos, pescadores, agricultores, trabalhadores, desempregados; de origem rural ou urbana; vivendo em metrópoles, cidades pequenas ou campo; livres ou privados de liberdade por estarem em conflito com a lei; pessoas com necessidades educacionais especiais, todas elas constituindo as singularidades do povo brasileiro e, necessariamente, precisando permear os encaminhamentos, os planejamentos e as implementações de políticas para a EJA.

A necessidade de estabelecer diálogo permanente entre oprimidos, em busca de soluções para a melhoria da qualidade de vida, especialmente dos que foram deixados fora de processos democráticos, em um Estado de direito, além de constituir uma forma de educação a serviço do desenvolvimento, educa cada sujeito para a conquista da consciência da opressão e do lugar protagônico das classes populares, por meio de reivindicações, na construção de políticas públicas de educação para todos, tanto na cidade, como no campo.

A garantia de oportunidades educacionais aos que não ingressaram na escola ou precocemente a abandonaram, significa muito mais que lhes dar a oportunidade de “ocupar espaço” no mercado de trabalho. A questão econômica, os problemas no âmbito familiar e a exclusão no contexto escolar marcam inegavelmente as

trajetórias de vida e escolar da maioria dos jovens e adultos trabalhadores, especialmente os sisaleiros.

Ao longo da história brasileira, ideologias de longa data discriminam pessoas adultas e legitimam políticas sem impactos que contribuam concretamente e significativamente na sua vida e da comunidade onde se inserem, revelando-se continuamente sob novas roupagens, que se reproduzem até hoje.

As estratégias políticas e as propostas e programas direcionados às pessoas adultas engendram e contribuem para uma educação que ocorre, na maioria das vezes, de forma aligeirada e sem vínculo algum com as trajetórias de vida e escolar destes homens e mulheres trabalhadores.

Essas pessoas, na sua maioria, carregam trajetórias excludentes, fragmentadas, descontínuas, mas também de incansável resistência, exigindo o direito à aprendizagem ao longo da vida.

Neste sentido, inserir a EJA efetivamente no conjunto de políticas públicas de direito se torna um desafio para diferentes governos e para a sociedade como um todo. A produção de políticas centradas nos sujeitos, como expressão de toda a diversidade que constitui a sociedade brasileira, busca superar as formas veladas, sutis e explícitas de privação de direitos de que a desigualdade se vale.

Pensar a EJA, portanto, é enfrentar a desigualdade como obstáculo a ser superado. Não existindo uma interlocução, tampouco uma gestão democrática entre os diferentes segmentos e/ou setores que assegurem de fato a valorização da diversidade na EJA, inviabiliza-se a implementação de diretrizes e políticas pedagógicas que busquem garantir aos jovens, adultos e idosos que não tiveram acesso à escola ou dela foram excluídos, o direito à educação ao longo da vida.

A falta de articulação e colaboração efetiva entre os sistemas de ensino estaduais e municipais e as iniciativas das organizações sociais representa um obstáculo. Existe fronteira entre o instituído e o instituinte, isto é, há um fosso entre o dito e o que é efetivamente feito no cenário educacional brasileiro.

O sonho pela humanização, cuja concretização é sempre processo, e sempre devir, passa pela ruptura das amarras reais, concretas, de ordem econômica, política, social, ideológica etc., que nos estão condenando à desumanização. O sonho é assim uma exigência ou uma condição que se vem fazendo permanente na história que fazemos e que nos faz e re-faz. (FREIRE, 1997, p. 99)

O direito à educação está relacionado aos demais direitos sociais e humanos. Como direito público subjetivo de todos, a educação transforma-se num instrumento importantíssimo para afirmar a cidadania, autonomia e a democracia.

Entretanto, este direito infelizmente ainda não é assegurado na escola pública (de educação infantil à Universidade), pois ainda está presente a perpetuação dos mecanismos de exclusão dos sujeitos pertencentes às classes populares, particularmente aos de maioria negra e pobre. Isto se dá através das práticas cotidianas que constituem o ritual escolar, seja a partir da aculturação porque passam as classes populares (tornando-se assim vítimas, e porque não, reféns), seja também nos mecanismos de conservação social, diminuindo cada vez mais a possibilidade de mobilização social destes sujeitos.

Os jovens, adultos e idosos deste estudo protagonizam trajetórias de humanização, de engajamento aos movimentos sociais do campo e da cidade, pela luta por outra sociedade e por seus direitos. Por isso, suas trajetórias não podem ser vistas apenas pelas carências sociais, nem sequer pelas carências de um percurso escolar nem sempre bem sucedido.

Os movimentos sociais populares, tanto no campo como nas cidades, têm recorrido à ação direta para promover o acesso das classes marginalizadas à educação, à cultura, à segurança, à saúde, à terra e à habitação, o que vem permitindo a estas classes empreenderem atividades alternativas de produção que viabilizam ideais de sustentabilidade, de igualdade e a solidariedade.

Em síntese, observa-se que, historicamente, os debates e as discussões em torno da necessidade de eliminar o analfabetismo, especialmente dos sujeitos que vivem no campo brasileiro, por meio da disseminação da educação por todo o país, oscilam entre a tutela e a responsabilidade do Estado e a luta pela conquista desse direito pela própria população que, ao longo do tempo, vem sofrendo com descasos e omissões, especialmente na educação para pessoas jovens, adultas e idosas.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realidade da vida cotidiana é compartilhada com os outros.
(BERGER; LUCKMANN, 2011, p. 46)

A citação provoca reflexão sobre a realidade da vida cotidiana, muitas vezes concebida como um mundo intersubjetivo, um mundo que (com) partilho com outros sujeitos, embora sozinhos no mundo de nossos sonhos, a vida cotidiana é tão real para as outras pessoas quanto para nós mesmos. Assim não poderemos existir na vida cotidiana sem estar continuamente em interação com os outros que também possuem sonhos, pelejas e projetos de trabalho.

O sonho provoca o desejo e a necessidade de ser mais do que espectadora de mim mesma, por isso busco descobrir novos cenários e contextos e especialmente, viver sonhos (com)partilhados na vida cotidiana. Muitas vezes desafiando mesmo o “impossível”, semelhante à belíssima letra da música de Chico Buarque de Holanda *Sonho impossível*³³:

Sonhar/Mais um sonho impossível/Lutar/Quando é fácil
ceder/Vencer/O inimigo invencível Negar/Quando a regra é
vender/Sofrer/A tortura implacável/Romper/A incabível prisão
Voar/Num limite improvável/Tocar/O inacessível chão/É minha lei, é
minha questão/Virar esse mundo/Cravar esse chão/Não me importa
saber/Se é terrível demais/Quantas guerras terei que vencer/Por um
pouco de paz/E amanhã, se esse chão que eu beije/For meu leito e
perdão/Vou saber que valeu delirar/E morrer de paixão/E assim, seja
lá como for/Vai ter fim a infinita aflição/E o mundo vai ver uma
flor/Brotar do impossível chão.

Meu sonho de fazer a revolução na educação nos diferentes espaços de aprendizagens onde estão inseridas as pessoas das camadas populares, os trabalhadores que vivem nas periferias, muitos deles expulsos do campo, da sua terra, do seu lugar foi tomado muitas vezes como ufanismo, inclusive dentro da academia. Entretanto, a educação de pessoas jovens, adultas e idosas do campo e minha relação com o Território do Sisal tem como gênese minha própria história de vida.

³³ Letra de Chico Buarque de Holanda e Rui Alexandre Guerra Coelho Pereira para a música norte-americana de Joe Darion/Mitch Leigh, *The impossible dream*, que foi gravada no Brasil, em português, por Maria Bethânia. Álbum Chico Buarque & Maria Bethânia ao vivo gravado no Canecão - Rio de Janeiro, em junho de 1975 Philips LP 6349.146.

TODO RISCO

A possibilidade de arriscar
é que nos faz homens.
Vôo perfeito
no espaço que criamos.
Ninguém decide
sobre os passos que evitamos.
Certeza de que não somos pássaros
e que voamos.
Tristeza de que não vamos,
por medo dos caminhos.
(Damário da Cruz)

Segundo o poeta baiano Damário “a vida é todo risco”, é de uma complexidade que não tem medição, embora as escolhas que fiz e a decisão de viver a vida como risco: medido, calculado e jamais negado, expressa o meu comprometimento e minha vinculação e conexão transcendental com as mulheres e homens sisaleiros, especialmente os protagonistas deste estudo que com suas histórias marcaram as minhas escolhas teóricas, metodológicas e epistemológicas.

Contribuíram nos meus argumentos e extraordinariamente, no meu percurso formativo e humano. Um dos objetivos principais foi ampliar o olhar e o diálogo com sujeitos que caminham na busca das utopias, do ser mais, da esperança, por fim, como base das lutas sociais, dos sonhos, projetos e ações para a transformação.

Os sujeitos se constituem no processo de interação com outros sujeitos em diferentes espaços de atuação e sociabilidade. O ser sujeito confere protagonismo e ativismo aos indivíduos e grupos sociais, transforma-os de atores sociais, políticos e culturais, em agentes conscientes de seu tempo, de sua história, de sua identidade, de seu papel como ser humano, político e social.

Como destacado na introdução da Tese, os sujeitos protagonistas deste estudo são marcados direta ou indiretamente pelo motor do sisal no corpo e na existência, as mulheres e homens deste estudo mostram sua importância e singularidades em busca de igualdade e conquistas através das trajetórias de idas e voltas, avanços e recuos, de caídas e recaídas. Geralmente, de escolhas sem horizontes definidos, mas também de luta, resistência e muita fibra.

Os sisaleiros não vivem somente das agruras, como geralmente é identificado, mesmo com as privações cotidianas e o sofrimento que historicamente marcam sua existência, as mulheres e homens vivem do trabalho e também da alegria na sua plenitude. Estão enraizados na esperança de ser mais!

Durante o processo de pesquisa surgiu a seguinte questão: O que é Ser Sisaleiro? Muitas mulheres e homens de diferentes municípios do Território do Sisal responderam. Destaco uma das respostas que se “entrelaça nas fibras” deste estudo de forma “visceral”. Conforme Tiago Jesus dos Anjos, poeta sisaleiro e professor [...] “Pra mim, ser sisaleiro é como a própria planta, é reluzir na aridez do dia a dia, na teimosia do sol, na simplicidade e sorriso no rosto, nas rachaduras das mãos atentas ao labor, e sobretudo, na sabedoria natural da gente, como a planta!”.

Ouvindo as mulheres e homens sertanejos sisaleiros protagonistas deste estudo foi possível perceber as “duas faces da mesma moeda”; a inexistência de políticas educacionais que reconheça efetivamente os direitos dos sujeitos que na infância sofreram com a ausência e insuficiência de escolarização e que gerou um contingente de mulheres e homens que ingressam na ineficiente educação escolar enraizada na sociedade contemporânea desigual e injusta; por outro lado revela as estratégias e táticas materializadas através de resistência, revolta e organização para resistir aos contínuos e constantes mecanismos políticos, educacionais, sociais e econômicos que negam seus direitos. A luta ensina, não apenas a escola.

A possibilidade de pesquisar as lutas, ações e atuações de diferentes segmentos torna-se um dos caminhos possíveis, embora complexos, que poderão contribuir na construção e efetivação das políticas públicas destinadas às mulheres e homens do Território do Sisal, como também para o desenvolvimento territorial, particularmente garantindo o desenvolvimento humano sustentável, tanto econômico, como educacional e sociocultural.

Reflexões permanecem em aberto, após a feitura da Tese, tornando-se assim, campo fértil e necessário para novas discussões e reformulações. Como contribuição a educação de pessoas, jovens, adultas e idosas do campo, os resultados da pesquisa apontam a necessidade de dar vez e voz aos sujeitos.

A procura conduziu a uma provisória certeza que me permite afirmar que a busca lança exigências de criar outras formas de ousar, arriscar, ser, pensar, conhecer, sentir, agir e existir. Na análise do cotidiano, deparamos sempre com um contexto cultural a ser decifrado, para o qual é preciso construir-se uma “leitura” que capte os sentidos concretos que se escondem ao olhar superficial do fato dado.

O território cotidiano destes sujeitos é um espaço no qual venho trilhando os itinerários e percursos de minha trajetória profissional e humana. O que se buscou neste estudo, através da ênfase na história e cotidiano das mulheres e homens

assentados de Nova Palmares, sujeitos da pesquisa, foi trabalhar com os seus saberes, fazeres e suas lutas, voltando-se para suas concepções, seus significados culturais e para seus valores; não me restringi em descrevê-los e encaixá-los em minhas concepções e valores, enquanto pesquisadora procurei ir além, tentei compreendê-los.

A relevância de um estudo desta natureza ressalta a necessidade de registrar as histórias, memórias e os fatos a partir dos próprios sujeitos. Tive oportunidade de conhecer e aprender com o trabalho de campo, pois ele surpreendeu-me, e não simplesmente confirmou teorias já postas e “encaixadas”; pelo contrário, o referencial foi (re)construído em todo processo de vivência e (com)partilhamento com os sujeitos da pesquisa, no cenário da pesquisa.

Na feitura da Tese busquei a partir do referencial teórico-metodológico e dos conhecimentos construídos no campo de pesquisa com os sujeitos protagonistas deste estudo, desvelar o mundo vivo e vivido por mulheres e homens sisaleiros, procurei através da pesquisa potencializar ainda mais suas vozes, que muitas vezes são sufocadas por outras vozes que, à custa de tanto se fazerem ouvir abafam e silenciam todas as demais. “Respeitem minha voz, vocês não sabem de onde venho e quem eu represento”.

A voz de Zenira, uma mulher sisaleira, alimenta e aviva o meu desejo e sonho talvez “impossível “ de que este estudo contribua de alguma forma para a vida das pessoas jovens, adultas e idosas sertanejas sisaleiras: “o mundo vai ver uma flor/Brotar do impossível chão.” A minha responsabilidade, comprometimento e sensibilidade de não ignorar essa multiplicidade de vozes contribuíram para a compreensão e apreensão da realidade complexa e ao mesmo tempo singular onde estão inseridos os sujeitos desta pesquisa.

A realidade de Nova Palmares não é diferente de tantos outros assentamentos em nosso país que passam por dificuldades, onde na maioria das vezes os assentados são estigmatizados e sofrem com as injustiças, perseguições e descasos do poder local, estadual e da União.

Entretanto, os sertanejos sisaleiros que vivem cotidianamente as lutas e plenitudes em Nova Palmares pertencente ao município de Conceição do Coité localizado no Território do Sisal da Bahia, vêm deixando um legado histórico devido à sua capacidade de organização e da produção coletiva, superando e rompendo com o modelo antigo, legado do coronelismo e da opressão. Como ressaltou

Braulino, “A luta é dura, mas vamos em frente. Eu gosto desta frase e tornou-se meu lema: Dificuldades temos, mas a luta continua.”

Nova Palmares torna-se assim um referencial de possibilidades do trabalho coletivo que pode mudar a correlação de forças no campo, pela organização, pela competência e solidariedade. “Um por todos e todos por um!”, como afirmou Flaviano, um dos protagonistas deste estudo.

A luta social pelo direito à educação na vida de mulheres e homens sertanejos sisaleiros certamente contribuirá como força motriz da esperança para todos aqueles que lutam por um mundo melhor. Mulheres e homens com união, organização, persistência, ousadia e muita fibra continuarão na luta. Conforme Neuza, “semelhantes ao mandacaru, resistindo a tudo e todos.”

Rememorar a história das lutas e conquistas dos movimentos sociais populares do campo ao longo da história brasileira e especificamente sisaleira é um desafio. Trata-se de um percurso que nem sempre possui registros, muitas vezes estão dispersos e fragmentados. Uma característica da própria trajetória da maioria dos camponeses que ao longo da história foram silenciados, explorados, subordinados politicamente, privados de direitos políticos, educacionais sociais, culturais e econômicos.

Geralmente, a imagem que herdamos e aprendemos dessas mulheres e homens do campo está vinculada à versão historicamente construída pelos “vencedores do processo histórico”. Não narraram seus combates, suas vitórias e o massacre que os vitimou camponeses ao longo da história brasileira que por lutarem pela Reforma Agrária “na lei ou na marra”, e por outras tantas reformas de base de caráter radical, ousaram propor outro destino para o Brasil.

Ao refletir sobre essa omissão arbitrária das narrativas de protagonistas da luta concreta, os camponeses passam a espectadores da história política do país, e o mais perverso, da sua própria história.

Geralmente são narrativas de uma diáspora, protagonizada por anônimos trabalhadores subempregados nas metrópoles, habitantes miseráveis, das periferias, ou trabalhadores rurais vivendo precariamente no campo, sem nenhum engajamento e projetos coletivos.

Para superar as lacunas do poder público em relação à negação de direitos básicos, os movimentos sociais populares envolvidas com as populações da cidade

e especialmente do campo têm forjado processos emancipatórios em diferentes espaços de luta e aprendizagem para os camponeses.

Vale ressaltar que a linha de ataque da classe dominante ao processo acelerado de apropriação dos meios de produção e conhecimento por parte da classe trabalhadora camponesa tem-se acirrado na mesma medida do avanço da mobilização e organização popular, e chama atenção que na contemporaneidade os movimentos sociais populares do campo protagonizem a perspectiva antagônica à das elites – daí serem alvo principal do ataque e criminalização dos meios de comunicação hegemônicos.

Os excluídos são constantemente culpados, geralmente pelos outros (os não excluídos), ou por eles próprios, o que torna esta realidade ainda mais cruel, por suas condições de existência e de vida. A questão econômica, os problemas no âmbito familiar e a exclusão no âmbito escolar, marcam extraordinariamente as trajetórias de vida e escolar dos sujeitos da educação do campo, especialmente as mulheres e homens sisaleiros, protagonistas deste estudo.

Seus saberes, fazeres, conhecimentos são construídos ao longo da vida a partir das suas inserções, escolhas, engajamentos, militância. A cultura sertaneja sisaleira e a educação popular são fundamentais nesse processo de ensino e aprendizagem para além dos muros da escola. Elas animam e potencializam os jovens, adultos e idosos sisaleiros para a resistência, fortalecem a disposição de lutar, promovem o engajamento político e produzem a cultura de um movimento; a educação do campo exige parceria, equalização de saberes e desejos e compartilhamento; a desigualdade acirra as diferenças e produz exclusões, negando o direito de muitos homens e mulheres.

Neste contexto, a educação popular de jovens, adultos e idosos do campo, na medida em que afirma a igualdade de todos como sujeitos de direitos quebra a lógica de que uns valem mais do que outros. E reforça a necessidade da luta contínua contra as injustiças e o da indignação diante da barbárie.

O legado da Educação Popular permite a construção de práticas pedagógicas emancipatórias na educação de jovens adultos e idosos no Território do Sisal, fundamental para assegurar a interlocução e parceria nos diversos espaços educativos, principalmente na educação pública para sujeitos que vivem nos municípios sisaleiros.

A garantia de instâncias de diálogo mais propositivos com os sujeitos destes diferentes segmentos contribuirá certamente para superar a pulverização e a fragmentação das ações que se materializam no Território do Sisal. O desafio é sair do “território de disputas”, pois crianças, jovens, adultos e idosos não ficarão passivos a esses processos, mas se farão presentes nas lutas por direitos em tantas fronteiras.

Algumas questões tornam-se evidentes: como transformar a educação em campo de emancipação e autonomia? De que forma as políticas públicas educacionais deveriam assegurar efetivamente o acesso, o acompanhamento e permanência no sistema público de ensino dos sujeitos das classes populares, da educação infantil até o ensino superior? Como deveria ser o perfil das escolas e dos professores vinculados ao projeto de transformação social?

Pensar a educação na relação com a sociedade e o desenvolvimento sustentável é pensar a partir da ideia de que o local, o território, pode ser reinventado através das suas potencialidades e possibilidades. Uma das formas de trazer à tona essas potencialidades está na revitalização da importância do coletivo como “motor” de participação popular de gestão das políticas. Assim, cada proposta de desenvolvimento possui sua visão de homem, de sociedade, de mundo desejado.

Um dos desafios contemporâneos no campo educacional é repensar a educação de pessoas jovens, adultas e idosas tomando como legado, a rica e ainda viva concepção de participação popular, onde estejam explícitos o engajamento e a esperança num mundo mais humano e justo, numa sociedade igualitária, um desenvolvimento de mulheres e homens em sua plenitude, formando de fato sujeitos protagonistas, responsáveis e acima de tudo, livres.

A luta não para. A constância triunfa sobre a opressão e o esquecimento. A semente plantada através dos primeiros movimentos de luta da história brasileira ainda esta viva, embora não esteja tão visível e pujante. A mesma necessidade está na fisionomia do operário, do homem do campo e daqueles que lutam por igualdade, justiça e direitos. Enquanto existir fome, miséria e desigualdades, a luta popular será contínua.

REFERÊNCIAS

AGUILAR, Luis Enrique. **Brasil - Argentina nos anos de 1982-1992**. Campinas, SP: FE/Unicamp; R. Vieira, 2000.

ALMEIDA, Suzana Souza Moreira de. Memória e trabalho no sertão: a peleja dos pequenos agricultores jacuipenses no Sisal, 1960-1970. **Cadernos de Pesquisa do NPGA**, Salvador, v. 3, n. 2, p. 135-147, 2006. Disponível em:<<http://www.cadernosnpga.ufba.br/viewarticle.php?id=110>>. Acesso em: 12 mar. 2008.

ANDRADE, Manuel Correia de O. **A questão do território no Brasil**. São Paulo: Hucitec; Recife: IPESPE, 1995.

ARAÚJO, Miguel Almir Lima de. **Sertania**: sabenças de uma saga agridoce. Feira de Santana: UEFS Editora, 2013.

ARROYO, Miguel Gonzales. A educação básica e o movimento social do campo. In: _____; FERNANDES, Bernardo Mançano. **A educação básica e o movimento social do campo**. Brasília, DF: Coordenação da Articulação Nacional por uma Educação Básica do Campo, 1999. p. 13-52 (Por uma educação básica do campo, 2).

_____. Educação de jovens-adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública. In: SOARES, Leôncio; GIOVANETTI, Maria Amélia Gomes de Castro; GOMES, Nilma Lino (Org.). **Diálogos na educação de jovens e adultos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p. 19-50.

AZEVÊDO, Fernando Antonio. **As ligas camponesas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

BACHELARD, Gaston. **A formação do espírito científico**: contribuição para uma psicanálise do conhecimento. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

BAHIA. Comissão Pastoral da Terra. **A cultura do sisal**: relações de trabalho no processo de produção de fibras. Juazeiro, 1994.

BAHIA. Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional. **Alternativas socioeconômicas para o desenvolvimento da região sisaleira**. Salvador, 1994. (Cadernos CAR, 4).

BAHIA. Conselho Regional de Desenvolvimento Rural Sustentável da Região Sisaleira. **Plano territorial de desenvolvimento sustentável do sisal**. Valente, 2010.

BAHIA. Secretaria da Agricultura. **Anteprojeto do plano de racionalização da lavoura do sisal**. Salvador, [19--?].

_____. **Recomendações do plano de racionalização da lavoura do sisal**. Salvador: SEAGRI, 1970.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. **Sisal**. Fortaleza: Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste, 1957. v. 2.

BAUMAN, Zygmund. **Tempos líquidos**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2007.

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade: tratado da sociologia do conhecimento**. 33. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

BOURDIEU, Pierre. A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e a cultura. In: _____. **Escritos de educação**. 8. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998a. p. 39-64.

_____; CHAMPAGNE, Patrick. Os excluídos do interior. In: _____. **Escritos de educação**. 8. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998b. p. 217-227.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Educação popular**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

_____ et al. **O educador, vida e morte: escritos sobre uma espécie em perigo**. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 11 fev. 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE/CEB nº 1, de 3 de abril de 2002. **Diretrizes Operacionais Para a Educação Básica das Escolas do Campo**. Brasília, 2002.

BRASIL. CNE/CEB. Resolução CNE/CEB nº 2 de 2008. **Diretrizes Complementares para o atendimento da Educação Básica do Campo**. Brasília.

BRASIL. Emenda Constitucional nº. 59, de 11 de novembro de 2009. Acrescenta § 3º ao art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para reduzir, anualmente, a partir do exercício de 2009, o percentual da Desvinculação das Receitas da União incidente sobre os recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino de que trata o art. 212 da Constituição Federal, dá nova redação aos incisos I e VII do art. 208, de forma a prever a obrigatoriedade do ensino de quatro a dezessete anos e ampliar a abrangência dos programas

suplementares para todas as etapas da educação básica, e dá nova redação ao § 4º do art. 211 e ao § 3º do art. 212 e ao *caput* do art. 214, com a inserção neste dispositivo de inciso VI. **Diário Oficial da União**, Brasília, 12 nov. 2009.

BRASIL. Lei n. 4.214, de 2 de março de 1963. Dispõe sobre o "Estatuto do Trabalhador Rural". Revogado pela Lei nº 5889, de 8 junho de 1973.

Disponível em:

<<http://www3.dataprev.gov.br/sislex/paginas/42/1963/4214.htm>>. Acesso em: 14 jan. 2009.

BRASIL. Lei n. 9 394, 26 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996. Disponível em:

<<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf>>. Acesso em: 20 maio 2008.

BRASIL. Secretaria de Desenvolvimento Territorial. **Referências para a gestão social de territórios rurais**. Brasília, DF, 2005. (Documentos Institucionais, 3).

BRASIL. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Educação do campo**: diferenças mudando paradigmas. Brasília, DF, 2007. (Cadernos SECAD, 2).

BRAZIL. Constituição (1824). **Constituição política do Império do Brazil (de 25 março de 1824)**. Disponível

em:<http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm>. Acesso em: 12 fev. 2008.

BRITO, Cristóvão. Revisando o conceito de território. **Revista de desenvolvimento econômico**, Salvador, v. 4, n. 6, p. 12-20, jul. 2002.

CALDART, Roseli Salete. Educação do campo. In:_____ et al. (Org.). **Dicionário da educação do campo**. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Fiocruz; São Paulo: Expressão Popular, 2012. p. 257-265.

_____. **Educação em movimento**: formação de educadoras e educadores no MST. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

_____. **Pedagogia do movimento sem terra**: escola é mais do que escola. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

CAMPOS, Rogério Cunha. Educação e participação política: notas sobre a educação no espaço urbano nos anos 80. **Veracidade**, Salvador, n. 4, p.19-32, 1992.

CECCON, Claudius; PAIVA, Jane (Org.). **Bem pra lá do fim do mundo**: histórias de uma experiência em Rancho Fundo. Rio de Janeiro: CECIP, 2000.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: 1: de fazer. Tradução Ephraim Ferreira Alves. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996. v. 1.

_____; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. **A invenção do cotidiano**: 2: morar, cozinhar. Tradução Ephraim F. Alves e Lúcia Endlich Orth. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (Brasil); CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA. **Resolução CNE/CEB 1, de 3 de abril de 2002**. Institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me4533.pdf>>. Acesso em: 2 fev. 2008.

CUNHA, Luiz Antônio; GÓES, Moacyr de. **O golpe na educação**. 4. ed. Rio de Janeiro: J. Zahar, 1994.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **História oral**: memória, tempo, identidades. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

DUARTE, Clarice Seixas. Direito público subjetivo e políticas educacionais. **Perspectiva**, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 113-118, abr./jun. 2004.

ENCICLOPÉDIA dos municípios brasileiros. Rio de Janeiro: IBGE, 1957. v. 30

ENCONTRO DOS TRABALHADORES DA REGIÃO SISALEIRA, 1., 1992, Conceição do Coité, BA; SEMINÁRIO DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHADOR DA REGIÃO SISALEIRA, 1., 1992, Conceição do Coité, BA. **Relatório**. Conceição do Coité. BA: SETRAS; CRT; CAAS/CART, 1992.

ENCONTRO ESTADUAL DE TRABALHADORES RURAIS DA LAVOURA SISALEIRA, 2., 1995, Conceição do Coité, BA. **Relatório**. Conceição do Coité, BA: CRT; CAAS/CART, 1995.

ENCONTRO ESTADUAL DOS TRABALHADORES RURAIS DA LAVOURA SISALEIRA, 3., 1999, Conceição do Coité, BA. **Relatório**. Conceição do Coité, BA: SETRAS; CRTRAD; SUDET, 1999.

FACES da Negritude do Sisal. Direção Paulo Marcos. Roteiro Fredson Costa. Web Design Cleidson de Oliveira. Araci, BA: Araci Bahia Filmes, 2012. (38 min.). Documentário. Vencedor do Edital Novembro Negro 2011, na categoria Registro e Memória, da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial do Estado da Bahia (SEPROMI/BA). Lançado em Conceição do Coité em 13 de abril de 2012. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=m4lbgo9oxfc>>. Acesso em: 25 jun. 2012.

FARIA, Edite Maria da Silva de. **Trajectoria escolar e de vida de egressos do Programa AJA Bahia**: herdeiros de um legado de privações e resistências: Laginha: Conceição do Coité: Bahia. 2008. 142 f. Dissertação (Mestrado) – Departamento de

Educação, Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2008.

FÁVERO, Osmar. **Uma pedagogia da participação popular**: análise da prática educativa do MEB - Movimento de Educação de Base (1961/1966). Campinas, SP: Autores Associados, 2006. (Educação contemporânea).

FEITOSA, Débora Alves. Uma compreensão sobre os sentidos da escola no imaginário social de mulheres recicladoras. In: GUSTSACK, Felipe; VIEGAS, Fernando M.; BARCELOS, Valdo H. L. (Org.). **Educação de jovens e adultos**: saberes e fazeres. Santa Cruz do Sul, SC: EDUNISC, 2007. p. 9-248.

FOLLARI, Roberto A. Problemas em torno da pesquisa qualitativa. In: BIANCHETTI, Lucídio; MEKSENAS, Paulo (Org.). **A trama do conhecimento**: teoria, método e escrita em ciência e pesquisa. Campinas, SP: Papyrus, 2008. p. 73-93. (Papyrus Educação).

FREIRE, Paulo. **Conscientização**: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. 4. ed. São Paulo: Cortez & Moraes, 1980.

_____. Direitos humanos e educação libertadora. (Conferência de junho de 1988). In: FREIRE, Ana Maria (Org.). **Pedagogia dos sonhos possíveis**. São Paulo: Ed. da UNESP, 2001.

_____. Educação: o sonho possível. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues et al. **O educador**: vida e morte: escritos sobre uma espécie em perigo. 5. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1982. p. 89-102

_____. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

_____. **Paulo Freire**: da 'pedagogia do oprimido' à 'ecopedagogia'. São Paulo: Ed. Instituto Paulo Freire, 1999a. (Cadernos Pensamento Paulo Freire).

_____. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

_____. **Pedagogia da esperança**: um reencontro com a pedagogia do oprimido. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

_____. **Pedagogia da terra**. São Paulo: Fundação Peirópolis, 2000. (Brasil cidadão).

_____. **Pedagogia da tolerância**. São Paulo: Ed. UNESP, 2004.

_____. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

GADOTTI, Moacir; ROMÃO, José Eustáquio (Org.). **Educação de jovens e adultos: teoria, prática e proposta**. 4. ed. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2001. (Guia escola cidadã, 5)

_____.; TORRES, Carlos Alberto. **Educação popular: utopia latino-americana**. São Paulo: Cortez: EDUSP, 1994.

GAJARDO, Marcela. **Reformas educativas en América Latina: balance de una década**. Santiago: CIDE/PREAL, 1999.

GAMBOA, Silvio S. Tendências epistemológicas: dos tecnicismos e outros “ismos” aos paradigmas científicos. In: SANTOS FILHO, José C. dos; GAMBOA, Silvio S. (Org.). **Pesquisa educacional quantidade – qualidade**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2000. p. 60-83.

GATTI, Bernadete A. Análise das políticas públicas para formação continuada no Brasil, na última década. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 37, p. 57-186, jan./abr. 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v13n37/06.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2009.

_____. Estudos quantitativos em educação. **Educação e pesquisa**: revista da Faculdade de Educação da USP, São Paulo, v. 30, n. 1, p. 11-30, jan./abr. 2004.

GERMANI, Guiomar I. A questão agrária na Bahia: permanências e mudanças. In: MENDONÇA, Francisco de Assis; SAHR; Cicilian Luiza Lowen; SILVA, Márcia da. **Espaço e tempo, complexidade e desafios do pensar e do fazer geográfico**. Curitiba: ADEMAN, 2009. p. 348-370.

_____. Questão agrária e movimentos sociais: a territorialização da luta pela terra na Bahia. In: COELHO NETO, Agripino Souza; SANTOS, Edinusia Moreira Carneiro; SILVA, Onildo Araujo da (Org.). **(Geo)grafias dos movimentos sociais**. Feira de Santana, BA: Universidade Estadual de Feira de Santana, 2010. p. 269-304.

GOHN, Maria da Glória M. **Educação não-formal e cultura política: impactos sobre o associativismo no terceiro setor**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2005a.

_____. Educação, trabalho e lutas sociais. In: GENTILLI, Pablo (Org.). **Educação, trabalho e exclusão social**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales; Petrópolis, RJ: Vozes, 2000a.

_____. **Movimentos sociais e educação**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2005b. (Questões da nossa época; v. 5)

_____. MST e a mídia. **Caderno CEAS**, Salvador, n. 179, 1999a.

_____. O papel dos conselhos gestores na gestão urbana. In: RIBEIRO, Ana Clara Torres. **Repensando a experiência urbana na América Latina**: questões, conceitos e valores. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales: Asdi, 2000b.

_____. Paulo Freire e a formação de sujeitos sociopolíticos. **Cadernos de Pesquisa**: pensamento educacional, Curitiba, v. 4, n. 8, p. 17-41, 2009.

_____. Os sem-terra e os desafios da participação popular no meio rural brasileiro ao final do milênio. **Caderno CRH**, Salvador, n. 28, p. 191-215, 1999b.

_____. **Os sem-terra, ONGs e cidadania**. São Paulo: Cortez, 1997a.

GOHN, Maria da Glória M. **Teorias dos movimentos sociais**. São Paulo: Loyola, 1997b.

GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

GROPPO, Luís Antonio; COUTINHO, Suzana Costa. A práxis da educação popular: considerações sobre sua história e seus desafios diante da consolidação do campo das práticas socioeducativas. **Revista de Educação Popular**, Uberlândia, MG, v. 12, n. 2, p. 20-33, jul./dez. 2013.

HADDAD, Sérgio. Educação e exclusão no Brasil. **Ação Educativa**, São Paulo, ago. 2008. Não paginado. Publicado originalmente no jornal *Le Monde Diplomatique Brasil*. Disponível em: <<http://www.acaoeducativa.org.br>> Acesso em: 23 ago. 2008.

HAESBAERT, Rogério. Território e região no desafio dos conceitos para uma política de ordenamento territorial. In: COELHO NETO, Agripino Souza; SANTOS, Edinusia Moreira Carneiro; SILVA, Onildo Araujo da (Org.). **(Geo)grafias dos movimentos sociais**. Feira de Santana, BA: Universidade Estadual de Feira de Santana, 2010. p. 155-170.

HAGE, Salomão Mufarrej. Movimentos sociais do campo e a afirmação de direito à educação: pautando o debate sobre as escolas multisseriadas na Amazônia paraense. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**. Brasília, DF, v. 87, n. 217. p. 302-312, set/dez/. 2006.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. 7. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

(A) HISTÓRIA de 10 anos de Nova Palmares. Produção Associação de Nova Palmares. Roteiro Núbia da Silva Oliveira. Narrador Genivaldo Silva. [Nova Palmares]: Rildo Filmagens, 2010.

IANNI, Octavio. **O colapso do populismo no Brasil**. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1994.

IBGE. **Censo demográfico 2010**. Brasília, DF, 2011. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010>>. Acesso em: 10 mar. 2012.

_____. **Censo escolar da escola básica de 2013**. Brasília, DF, 2013. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/basica-censo>>. Acesso em: 14 jan. 2014,

KOLLING, Edgar Jorge; CERIOLI, Paulo Ricardo; CALDART, Roseli Salete (Org.). **Educação do campo: identidade e políticas públicas**. Brasília, DF: Articulação Nacional por uma Educação do Campo, 2002. (Por uma Educação do Campo, 4)

LEWIS, Oscar. **Antropologia de la pobreza: cinco famílias**. Traducción Emma Sánchez Ramírez. México: Fondo de Cultura Económica, 1954.

LIMA, Adelaide Mota de; OLIVEIRA, Sandra Cristina Santos; SPÍNDOLA, Vera. Estrutura econômica de sub-região do semi-árido baiano: quadro atual e potencialidades dos territórios Itaparica, Semi-Árido Nordeste II e Sisal. **Bahia Análise & Dados**, Salvador, v. 18, n. 2, p. 277-239, jul./set. 2008.

LÜDKE, Menga. **Etnografia da prática escolar**. 7. ed. São Paulo: Papyrus, 1986.

_____. O professor e sua formação para a pesquisa. **Eccos: revista científica**, São Paulo, v. 7, n. 2, p. 333-349, jul./dez. 2005.

_____; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MARQUES, Nonato. **O sisal na Bahia**. Salvador: FAEB: PROSISAL, 1978. (Convenção Regional do Sisal, 5).

MARTINS, José de Souza. **Exclusão social e novas desigualdades**. São Paulo: Paulus, 1997. (Temas de atualidade).

_____. A sujeição da renda da terra ao capital e o novo sentido da luta pela Reforma Agrária. **Boletim de Geografia Teórica**, Rio Claro, v. 10, n. 19, p. 31-47, 1980.

MAYO, Peter. **Gramsci, Freire e a educação de adultos: possibilidades para uma ação transformadora**. Porto Alegre: Artmed; 2004.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de história oral**. 5. ed. São Paulo: Loyola, 2005.

MELO, Alberto. A ação local dos cidadãos como forma de resistência à nova onda de colonização global: o caso da associação. In: SANTOS, Boaventura de Souza (Org.).

Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 435-471.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes; 1994.

(O) MOC na linha do tempo: 40 anos por um sertão justo. Feira de Santana: [s.n.], 2007. Disponível em:<http://www.moc.org.br/download/40anos_omocnalinhadotempo_web.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2014.

MOCHCOVITCH, Luna Galano. **Gramsci e a escola.** 2. ed. São Paulo: Ática, 1990.

MOLINA, Mônica Castagna; JESUS, Sônia Meire Santos Azevedo de (Org.). **Contribuições para a construção de um projeto de educação do campo.** Brasília, DF: Articulação Nacional por uma Educação do Campo, 2004. (Por uma educação do campo, 5).

MORIN, Edgar. **Ciência com consciência.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

MOURA, Milton. Os mutilados do sisal. **Cadernos do CEAS**, Salvador, n. 95, p. 17-25, jan./fev. 1985.

NARRADORES de Javé. Produção e direção de Eliane Caffé. Roteiro Luis Alberto de Abreu e Eliane Caffé. Música composta por DJ Dolores. Rio de Janeiro: Bananeira Filmes, 2003. (100 min.). Drama. Disponível em:<<http://www.youtube.com/watch?v=S4EqilXFFt4>>. Acesso em: 1º mar. 2013.

NASCIMENTO, Antônio Dias. Construindo trincheiras em território minado: a educação no movimento sindical dos trabalhadores rurais sob o fogo cerrado da linha dura e do governo da distensão: o caso da Bahia nos idos dos anos de 1972 a 1990. **Revista da FAEEBA:** educação e contemporaneidade, Salvador, v. 19, n. 34, jul./dez. 2010.

_____. Os sujeitos da educação do campo e processo civilizatório: subsídios para reflexão. In: DIAS, Adelaide Alves; MACHADO, Charlton José dos Santos; NUNES, Maria Lúcia da Silva (Org.). **Educação, direitos humanos e inclusão social:** currículo, formação docente e diversidades socioculturais. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2009. p. 195-206.

NASCIMENTO, Humberto Miranda do. **Capital social e desenvolvimento sustentável no sertão baiano:** a experiência de organização de pequenos agricultores do município de Valente/BA. 2000. Mestrado (Dissertação) - Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2000.

_____. **Conviver o sertão:** origem e evolução do capital social em Valente/Ba. Valente, BA: APAEB; São Paulo: Anna Blume, 2003.

NOGUEIRA, Maria Alice. Trajetórias escolares, estratégias culturais e classes sociais. **Teoria & Educação**, Porto Alegre, n. 3, p. 89-112, 1991.

NOSELLA, Paolo. **A escola de Gramsci**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.

_____. **Gramsci o ensino noturno**. 2005. Disponível em: <<http://www.acesa.com/gramsci/?page=visualizar&id=440>> Acesso em: 23 ago. 2007.

OLIVEIRA, Ariovaldo de. **A agricultura camponesa no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2001. (Caminhos da Geografia).

OLIVEIRA, Dalila Andrade (Org.). **Gestão democrática da educação: desafios contemporâneos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

OLIVEIRA, Edinólia Moreira de; RIBEIRO, Iracy Trindade de Souza; OLIVEIRA, Núbia da Silva. **Educação do campo e desenvolvimento sustentável: o contexto do ensino fundamental em Conceição do Coité**. 2009. Monografia (Graduação do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Terra) - Departamento de Ciências e Tecnologias, Universidade do Estado da Bahia, Bom Jesus da Lapa, BA, 2009.

OLIVEIRA, Maria Aparecida Brito. **Participação política e gestão territorial: um estudo do Conselho Regional de Desenvolvimento Rural Sustentável da Região sisaleira do estado da Bahia CODES SISAL**. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) – Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2011.

PAIVA, Jane. **Educação de jovens e adultos: direito, concepções e sentidos**. 2005. 480 f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2005.

_____. **Os sentidos do direito à educação de jovens e adultos**. Petrópolis, RJ: DP&A; Rio de Janeiro: FAPERJ, 2009.

PARANÁ. Ministério Público. Resolução nº 1, de 2002. Institui diretrizes operacionais para educação básica nas escolas do campo. Paraná, 2002.

PEREIRA, João Baptista Borges; QUEIROZ, Renato da Silva. Por onde anda o Jeca Tatu? **Revista USP**, São Paulo, n. 64, p. 6-13, dez./fev. 2005.

(As) 40 HORAS de Angicos: Paulo Freire e a primeira experiência do seu método. Produção SECREN. [Natal], 1963. 1CD-ROM (14'54" min.) Documentário.

45 ANOS do MOC: por um Sertão Justo. Produção Programa de Comunicação do MOC. Edição Vídeo/Áudio Kivia Carneiro Produções. [S.l.], 2012.

RAMOS, Alba Regina; NASCIMENTO, Antônio Dias. O trabalho infantil na lavoura sisaleira do estado da Bahia. **Caderno CRH**, Salvador, n. 26/27, p. 405-418, jan./dez. 1997.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens**: discurso sobre as ciências e as artes. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

RUMMERT, Sonia Maria. **Educação e identidade dos trabalhadores**: as concepções do capital e do trabalho. São Paulo: Xamã, 2000.

_____. A marca social da educação de jovens e adultos trabalhadores. In: SIMPÓSIO TRABALHO E EDUCAÇÃO, 6., 2007, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte, 2007.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entraram em cena**: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da grande São Paulo (1970-1980). 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Construção multicultural da igualdade e da diferença. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA NO INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS, 7., 1995, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro, 1995.

_____. **Produção capitalista**: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 13-22.

_____. Reinventar a democracia: entre o pré-contratualismo e o pós-contratualismo. In: HELLER, Agnes et al. **As crises dos paradigmas em ciências sociais e os desafios para o século XXI**. Rio de Janeiro. Contraponto, 1999.

SANTOS, Edinusia Moreira Carneiro. **Associativismo e territorialidade na Região Sisaleira da Bahia**: relações com o desenvolvimento. 2007. 295 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Sergipe, Aracaju, 2007.

_____. Gente ajudando gente: a influência da APAEB para a constituição de outras entidades coletivas. In: COELHO NETO, Agripino Souza; SANTOS, Edinusia Moreira Carneiro; SILVA, Onildo Araujo da (Org.). **(Geo)grafias dos movimentos sociais**. Feira de Santana, BA: Universidade Estadual de Feira de Santana, 2010. p. 367-388.

SANTOS, Milton. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel, 1987.

_____. **A natureza do espaço**: tempo e técnica, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____. **Por uma geografia nova**. São Paulo: Hucitec, 2002.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SEMERARO, Geovanni. **Libertação e hegemonia** : realizar a América Latina pelos movimentos populares. São Paulo: Idéias & Letras, 2009.

SILVA, Jerry Adriani da. **Relatório síntese da Reunião da Comissão Nacional de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos (CNAEJA)**. 2008. Reunião realizada em Salvador - BA, 25 e 26/02/08. Disponível em: <<http://forumeja.org.br/files/cnaejasalvador.pdf>> Acesso em: 10 mar. 2008.

SILVA, Maria Auxiliadora da. Impacto das atividades econômicas do sertão sisaleiro. In: LAGE, Creuza Santos; ARGOLO, João Lamarck; SILVA, Maria Auxiliadora da. **O sisal baiano: entre natureza e sociedade: uma visão multidisciplinar**. Salvador: UFBA, 2002.

SILVA, Onildo Araujo da; SANTOS, Edinusia Moreira Carneiro. Agentes sociais de produção do espaço rural no território do sisal: Bahia. **Revista campo-território**, Francisco Beltrão, PR, v. 5, n. 9, p. 71-88, fev. 2010.

SOARES, Leôncio; FÁVERO, Osmar (Org.). **I Encontro Nacional de Alfabetização e Cultura Popular**. Brasília, DS: Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009. (Coleção Educação para Todos; v. 33).

SODRÉ, Nelson W. **A ideologia do colonialismo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

SOUZA, Frederico Fernandes de. Trajetória e desafios das políticas públicas de combate ao trabalho infantil. **Bahia Análise & Dados**, Salvador, v. 20, n. 2/3, p. 273-290, jul./set. 2010

SPOSITO, Marília Pontes. **A ilusão fecunda: a luta por educação nos movimentos populares**. São Paulo: Hucitec: Edusp, 1993.

STÉDILE, João P. et al. (Org.). **A reforma agrária e a luta do MST**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

TORRES, Carlos Alberto. Educação de adultos e educação popular na América Latina. In: GADOTTI, Moacir; TORRES, Carlos Alberto. **Educação popular: utopia latino-americana**. São Paulo: Cortez: Edusp, 1994.

UNESCO. **Educação para Todos no Brasil**. 2014. Disponível em: <<http://www.unesco.org/new/pt/brasil/education/educational-governance/education-for-all>>. Acesso em: 12 mar. 2013.

VELLANES, Paulo de Tarso. **O Colégio Estadual Presidente Humberto de Alencar Castelo Branco na memória social dos moradores de Periperi**. 2004. 142 f. Dissertação (Mestrado) – Departamento de Educação, Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2004.

VIERO, Anézia. Educação de jovens e adultos: da perspectiva da ordem capitalista à solução para a emancipação humana. In: GUSTSACK, Felipe; VIEGAS, Moacir Fernando; BARCELOS, Valdo (Org.). **Educação de jovens e adultos: saberes e fazeres**. Santa Cruz do Sul, SC: EDUNISC, 2007.

ANEXO A - Carta do Sisal

CARTA DO SISAL

Localizada no semi-árido Nordeste a Região Sisaleira integra uma das áreas mais pobres do Estado da Bahia, onde as condições climáticas desfavoráveis vulnerabilizam ainda mais a base produtiva regional, vinculada a um frágil sistema agropecuário, determinam restrições a sua diversificação e penalizam, com maior impacto, a pequena produção de subsistência do Sisal.

A crise que vem afetando a região no transcorrer da atual década, assume uma dimensão bastante complexa, uma vez que a sua produção realizada sob padrões de reduzida produtividade e níveis tecnológicos rudimentares, passou a sofrer concorrência de fibras sintéticas elaboradas com menor custo, o que modificou substancialmente a demanda externa pelo produto e seus patamares de preços.

Assim, a concomitância de diversos fatores restritivos, derivados da precária infraestrutura econômica e social da região, dos níveis de produtividade vigentes e dos padrões tecnológicos adotados, bem como a tendência de queda do consumo de fibras vegetais, tem afetado drasticamente a cultura sisaleira, sinalizando para uma **urgente e necessária modernização e diversificação**. Ressaltando-se ainda o elevado número de mutilações nos trabalhadores que atuam nesta atividade, situação que já destacou negativamente a região em termos de níveis de periculosidade e do grau de incidência de acidentes de trabalho.

Por ser uma atividade altamente absorvedora de mão-de-obra, assegura emprego para mais de 800.000 trabalhadores, contribuindo decisivamente na formação do bolo do ICMS e por ocupar um lugar de destaque nas exportações, gerando divisas para o nosso País, justifica o investimento dos Governos Federal e Estadual para modernizar e dinamizar a região.

Nós trabalhadores do sisal, reunidos no III Encontro dos Trabalhadores Rurais da Lavoura Sisaleira, promovido pela Secretaria do Trabalho e Ação Social e organizado pelo Polo Sindical da região, contando com a participação de representantes de 30 Sindicatos de Trabalhadores Rurais da região, da Câmara Federal, INSS, Delegacia Regional do Trabalho, Secretaria de Saúde do Estado da Bahia, EBDA, União dos Prefeitos da Bahia, Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAG), APAEB e Prefeituras da Região Sisaleira, elaboramos o presente documento objetivando sensibilizar os órgãos públicos ligados aos problemas da classe, destacamos os seguintes problemas e apresentamos as possíveis alternativas:

LEVANTAMENTO DOS PROBLEMAS	PROPOSTAS APRESENTADAS
Alto índice de mutilação	Garantia de recursos para a viabilização da nova máquina desfibradora do sisal.
Falta de acompanhamento médico específico ao trabalhador do sisal	Implantação e funcionamento do NUSAT. Aquisição de unidades móveis para atendimento ao trabalhador.
A Previdência considera como empresário o trabalhador que possui motor e trabalha no mesmo, junto com a família.	Exemplificar nas normas do INSS, o trabalhador da lavoura sisaleira como segurado especial, disciplinando forma exclusiva ou específica de comprovação do exercício da atividade.
<ul style="list-style-type: none"> - A baixa produtividade - Pouco aproveitamento do sisal - Baixa qualidade da fibra 	Garantir recursos para o funcionamento do Centro Tecnológico em Valente. Implantar escritório regional da EMBRAPA.
Financiamento fora do alcance do pequeno produtor, com juros elevados e prazo de carência inferior ao da primeira colheita.	Financiamento para recuperação do sisal com equivalência – produto, com carência de 05 anos.
<ul style="list-style-type: none"> - Baixo preço da fibra para o produtor. - Falta de unidades de beneficiamento do Sisal na região Piemonte 	Criação da Cooperativa regional de produção, beneficiamento e exportação do sisal. Garantia de preço mínimo para a comercialização do sisal com referência ao preço de 1 litro de óleo diesel. Criação do Fórum Permanente do Sisal.
<ul style="list-style-type: none"> - Falta de diversificação e sub-aproveitamento dos produtos agrícolas e pecuários. 	Implantação de agro-indústria Incentivo a caprino-ovinocultura
<ul style="list-style-type: none"> - Falta de divulgação do Protocolo do Sisal. 	Maior divulgação do Protocolo do Sisal
Municípios que fazem parte do PETI e que não foram contemplados.	Implantação do PETI nos municípios que compõem o Programa e que ainda não foram contemplados.
Retorno ao campo do sisal dos egressos do PETI.	Garantia de formação profissional para os egressos do PETI.
Alto índice de analfabetismo.	Criação de programas de alfabetização e qualificação para o homem do campo.

ANEXO B – Lei nº 313, de 14 de outubro de 2002.

Eleva Nova Palmares a condição de Povoado do Município de Conceição do Coité e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CONCEIÇÃO DO COITÉ, ESTADO DA BAHIA,

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte

LEI:

Artigo 1º - Fica o aglomerado urbano denominado de Nova Palmares elevado à categoria de Povoado do Município de Conceição do Coité – Bahia.

Artigo 2º - O ponto de referência principal de Nova Palmares fica distante 11,3Km da Praça 08 de dezembro, em Conceição do Coité, na coordenada geográfica “S 11º27’49,8 e W 39º18’10,4”.

Artigo 3º - O perímetro urbano do Povoado fica no polígono traçado pelos pontos e coordenadas abaixo indicados:

PONTO 1 – S 11º27’41” e W 39º18’17,7”

PONTO 2 – S 11º27’39,4” e W 39º17’56,7”

PONTO 3 – S 11º28’03,4” e W 39º18’04,1”

PONTO 4 – S 11º28’04,8” e W 39º18’07,2”

PONTO 5 – S 11º27’46,9” e 39º18’17,9”

Parágrafo Único – O Ponto 03(três) fica no entroncamento da Estrada de Conceição do Coité para o Povoado de Itareru e de Conceição do Coité para o Povoado do Batom.

Artigo 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal,
Conceição do Coité, 14 de outubro de 2002.

WELLINGTON PASSOS DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

APÊNDICE A - Projetos de Assentamentos da Região Sisaleira/BA

ID	SIPRA	PA	Município
1	BA0478000	PA ÁGUA SALGADA	Cansanção
2	BA0245000	PA MARI (ex-NOVA VIDA)	Cansanção
3	BA0165000	PA NOVA ESPERANÇA E ALTO BONITO	Cansanção
4	BA0457000	PA RIO VERDE	Cansanção
5	BA0210000	PA NOVA PALMARES	Conceição do Coité
6	BA0273000	PA NOVA CONQUISTA DE ITIÚBA	Itiúba
7	BA0458000	PA NOVO PARAÍSO	Itiúba
8	BA0087000	PA SITIO DO MEIO	Itiúba
9	BA0530000	PA BEIRA RIO III	Monte Santo
10	BA0033000	PA FAZ. DESTERRO	Monte Santo
11	BA0564000	PA LAGE DO ARIRI	Monte Santo
12	BA0461000	PA LAGOA DO COIQUI	Monte Santo
13	BA0881000	PA MARAVILHA	Monte Santo
14	BA0394000	PA SENHORA DO ROSÁRIO	Monte Santo
15	BA0526000	PA SOLEDADE	Monte Santo
16	BA0386000	PA NOVA PAZ	Queimadas
17	BA0143000	PA PARAÍSO	Quijingue
18	BA0872000	PA QUIJINGUE	Quijingue
19	BA0096000	PA RENASCER	Quijingue
20	BA0042000	PA TÁBUA SERRINHA	Quijingue
21	BA0094000	PA ANTONIO CONSELHEIRO	Santaluz
22	BA0073000	PA LAGOA DO BOI	Santaluz
23	BA0036000	PA MUCAMBINHO	Santaluz
24	BA0531000	PA RUMO À INDEPENDENCIA	Santaluz
25	BA0093000	PA VARGEM FUNDA	Santaluz
26	BA0307000	PA SANTA VIRGÍNIA	Sátiro Dias*
27	BA0188000	PA AMAZONAS	Tucano
28	BA0907000	PA ATRACAJU	Tucano
29	BA0213000	PA COVA DA ARVORE	Tucano
30	BA0289000	PA FAZ. BOQUEIRÃO	Tucano
31	BA0207000	PA MURITY	Tucano
32	BA0055000	PA PÉ DE SERRA	Tucano
33	BA0453000	PA SANTA VIRGÍNIA	Tucano
34	BA0246000	PA SÃO JOSE DO MARIMBÁ	Tucano

Fonte: INCRA/BA, 2013.

APÊNDICE B – Carta de Cessão**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO – CAMPUS I
PROGRAMA DE PÓS- GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO E
CONTEMPORANEIDADE – PPGEDUC****CARTA DE CESSÃO**

Eu, _____ através desta permissão assinada, concedo a professora/pesquisadora Edite Maria da Silva de Faria, doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade (PPGEduC) - DEDC I/UNEB, a inclusão do meu depoimento e imagens (fotos) na tese de doutorado, intitulada **A luta social ensina: o direito à educação na vida de mulheres e homens sisaleiros - assentamento Nova Palmares - Conceição Do Coité – Bahia.**

Nova Palmares ____ de _____ de 2013.

APÊNDICE C- Roteiro de Entrevistas (assentados)

Nome: _____

Idade: _____

Estado _____

Civil: _____ Sexo; _____ Cor: _____

Profissão _____ Nº de filhos: _____

1. Fale-me sobre sua vida: Quando e onde nasceu?
2. O que se lembra da infância?
3. Alguma vez foi a escola? Como ela era? O que significou para você?
4. Quando começou a trabalhar?
5. Como conciliava trabalho e escola? Que estratégias utilizava?
6. O que você acha de saber ler e escrever?
7. Como era o cotidiano vivido no espaço que ocorriam as aulas? O que faziam, o que aprendiam, o que gostavam ou não gostavam?
8. Quais os entraves, limites, desafios e possibilidades que você destacaria?
9. Mudou algo na sua vida? De que maneira?
10. Quais as dificuldades que encontrou para continuar estudando?
11. Quais suas expectativas hoje? O que projeta para o futuro?
12. Quando e por que escolheu morar em Nova Palmares?
13. O que mais marcou na chegada?
14. Qual o seu papel dentro de Nova Palmares?
15. Quais os desafios, necessidades e possibilidades de viver em Nova Palmares?
16. O que a família achou da sua decisão de estudar? Teve apoio deles?

APÊNDICE D - Roteiro de Memorial

1-Dados Pessoais

- a) NOME
- b) IDADE
- c) COR
- d) DATA DE NASCIMENTO
- e) LOCAL DE NASCIMENTO
- f) ESTADO CIVIL
- g) FILHOS
- h) ESCOLARIZAÇÃO

2-DADOS PROFISSIONAIS

3-TRAJETÓRIA DE VIDA

4-TRAJETÓRIA ESCOLAR

5-TRAJETÓRIA PROFISSIONAL

Pontos sobre trajetória escolar e de vida

- a) Quando e por que começou a trabalhar?
- b) Quando começou a estudar? E por que?
- c) Como era sua escola? O que você lembra dela?
- d) O que aprendeu na escola contribuiu para sua vida em que sentido?

Pontos sobre Nova Palmares

Quando e por que escolheu morar em Nova Palmares?

O que mais marcou na chegada?

Qual o seu papel dentro de Nova Palmares?

Quais os desafios, necessidades e possibilidades de viver em Nova Palmares?